ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 306
29 de Novembro de 1979

Preço: 10$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português — Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 — Composição e impressão – Heska Portuguesa — Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

CAMPANHA ELEITORAL CONFIRMOU:

votar AD
é votar no fascismo

votar PS
é votar na incerteza

votar nos esquerdistas
é votar para nada

VOTAR APU POVO UNIDO

é votar no 25 de Abril
na liberdade
na democracia

PARA A VITÓRIA DEMOCRÁTICA VOTAREMOS ASSIM:

APU POVO UNIDO

Editorial **VITÓRIA ELEITORAL EM PERSPECTIVA**

Editorial

VITÓRIA ELEITORAL EM PERSPECTIVA

Amanhã, quando soar a meia-noite, terá terminado a campanha eleitoral mais significativa de quantas até à data tiveram lugar no Portugal de Abril.

Uma enorme confiança na vitória da democracia, expressa através de uma votação maciça na Aliança Povo Unido, se desprende do seio das massas populares desde o Sul ao Norte, desde o Continente às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

O significado salta à vista, a confiança justifica-se: no domingo, por meio do voto, os portugueses maiores de 18 anos vão dizer coisas importantes para o futuro da sua Pátria. E vão dizê-lo de maneira insofismável e concludente.

Apesar das deformações que resultam de uma situação antidemocrática imposta por caciques da direita pró-fascista em vastas zonas do território nacional, apesar das densas nuvens de poeira da propaganda mistificadora da reacção e de uma opinião insuficientemente esclarecida acerca das questões principais da conjuntura actual e do nosso futuro imediato e a médio prazo, o Povo português vai no domingo exprimir nas urnas uma clara vontade quanto aos destinos do País.

Mas não só isso. Vai também julgar uma política – a dos que, nas eleições anteriores, assumiram perante o povo português compromissos solenes que depois mandaram às malvas; vai julgar a prática política daqueles que garantiram o paraíso nos seus programas e na sua propaganda eleitoral e depois, com o maior despudor no governo e no parlamento, negaram tudo o que haviam prometido aos eleitores.

Principalmente, os propagandistas da direita esfalfam-se a descartar-se das responsabilidades cimeiras que têm no agravamento das condições de vida do povo, no adensamento de difíceis problemas que a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista criou em Portugal.

☆ ☆ ☆

O trio dirigente da Aliança Reaccionária – Sá Carneiro, Freitas do Amaral e o pagem Teles – e outros finos cavalheiros do cacharolete direitista da AD, com uma vozinha repassada de falsa piedade pelos pobres e pelos desafortunados, enumeram com o ar mais inocente do mundo as chagas que sangram no corpo do Povo português depois do 25 de Abril. Esquecem deliberadamente o passado.

A vida cara, o desemprego, as miseráveis barracas, a falta de habitações, o peso dos impostos, a deficiente assistência na doença, na velhice, na infância, são calamidades que os reaccionários, responsáveis directos pela situação existente, procuram imputar aos outros, especialmente ao PCP, que eles embrulham numa mirífica fórmula de "governos da maioria de esquerda".

A "maioria de esquerda", em termos políticos, na qual os cabeças da reacção pretendem meter o PCP, nunca teve, como é sabido, e por culpa exclusiva do PS, a mínima expressão quer a nível governativo quer mesmo a nível parlamentar, embora, por vezes comunistas e socialistas se entendessem sobre questões pontuais. Mas é a válvula de escape com que a direita intenta hoje ludibriar o Povo português e procura limpar-se das suas próprias responsabilidades.

A História não pode ser tão grosseiramente falsificada. Desde o 25 de Abril e somente até ao termo do VI Governo Provisório, convém lembrar, o PCP ocupou apenas oito cargos ministeriais e nenhum depois das eleições de 1976. O trabalho dos ministros comunistas foi, além disso, um modelo de inteira dedicação ao povo trabalhador. Em contrapartida passaram pelos Governos sucessivos até à exoneração de Mota Pinto, além de 26 ministros chamados independentes, alguns de duvidosa "independência" e vários já hoje integrados nos partidos da AD, 61 ministros do PPD, CDS, CAP, CIP, PPM e aparentados, e 41 do PS (dos quais 4 se passaram com armas e bagagens para a Aliança Reaccionária).

Aliás, Mário Soares, dizia peremptório ao "Diário de Notícias" de 19 de Junho de 76, como ainda hoje insensatamente reafirma: "não há no horizonte nacional nenhuma aliança PC-PS. Ponto final".

A chamada "maioria de esquerda" fórmula aritmética que o PCP lutou por transformar em maioria política, é um nado-morto a que só as forças reaccionárias tentam atribuir vida para efeitos da sua mistificação eleitoral.

☆ ☆ ☆

Maioria de esquerda? O insuspeito semanário "O Jornal", logo depois da formação do I Governo Constitucional dirigido por Mário Soares, classificava assim os próprios 17 ministros socialistas: "moderados" 12; do "centro-esquerda" 3, da "esquerda" somente 2. De notar que no centro-esquerda "O Jornal" situava então personagens como Barreto e Medeiros Ferreira, hoje na extrema-direita, integrados na Aliança Reaccionária.

Quem são os autores e que partidos aprovaram as leis da contra-revolução legislativa? (leis: Barreto; do arrendamento rural dos senhorios ricos; das indemnizações; dos limites entre os sectores público e privado; sindical, de Gonelha; das Comissões de Trabalhadores, etc.) São os comunistas ou é a aliança de facto entre o PS, o PPD e o CDS? Não é verdade que os deputados comunistas se bateram até à última para que tais leis não fossem aprovadas?

Quem negociou e aprovou os calamitosos acordos com o FMI? Quem pôs em prática a política dos "pacotes" cheios e do "cabaz" vazio? Quem quer atrelar Portugal ao carro ruinoso da CEE? Quem pretende amarrar ainda mais o nosso País aos planos armamentistas e bélicos da NATO? Quem aceitou a diminuição do nosso ritmo de desenvolvimento económico em troca do astronómico endividamento externo? Quem provocou a rarefacção e o encarecimento do crédito? Quem imprimiu uma subida galopante do custo de vida e provocou a diminuição drástica dos salários reais dos trabalhadores? Quem entregou as empresas intervencionadas, algumas já em autogestão ou transformadas em cooperativas, aos antigos patrões sabotadores? Quem levou a ilegalidade, a violência e o roubo à zona da Reforma Agrária, quem atirou sobre os pacíficos trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo os cães-polícias, as G-3 e os chaimites da GNR? Quem aumentou as rendas de casa? Quem está a expulsar em massa das terras arrendadas dos senhorios ricos milhares de pequenos e médios agricultores rendeiros? Onde está um só nome de comunista nesta longa prática de atentados contra os trabalhadores e todo o povo laborioso de Portugal, contra a estabilidade económica e financeira do País, contra a democracia e a Constituição, contra a nossa independência nacional?

Quem tentou aguentar a todo o custo o governo fascizante Mota Pinto?

Um conhecimento mínimo dos factos mostra à evidência que os autores de todos estes crimes contra o povo são o PPD e o CDS mais o PPM integrados na Aliança Reaccionária (AD) e foram, lamentavelmente, também, socialistas do PS em estreita aliança com a direita que abriram caminho às tentativas de destruição do Abril dos capitães.

E é tudo isto que no domingo vai ser julgado pelo voto dos portugueses.

☆ ☆ ☆

A campanha eleitoral que antecede o voto, e que amanhã à meia-noite vai terminar, tem revelado à saciedade o carácter dos partidos que vão disputar as eleições, os seus processos e conceitos.

O "comício ambulante" da Aliança Reaccionária, com as suas boas dezenas de luxuosos e amplos "Mercedes", chega às vilas e aldeias despeja a sua carga de "forasteiros", enche as fotografias de "O Dia" e de "A Tarde" e tem sempre "público", muitas vezes ante a completa indiferença ou a indignação e a hostilidade aberta das populações locais.

Brutalidades, provocações, violências e intimidações caracterizam os processos "aliançários". Os conselhos morigeradores do célebre "documento interno" de inspiração castelhana chocam-se com a natureza fascizante, virulenta e desordeira dos propagandistas da Aliança Reaccionária.

À porta da igreja de Tarouca, por exemplo, ofendendo a consciência dos católicos e praticantes, um pároco muito pouco cristão distribuía há dias um papelucho assinado por seis caciques da "Aliança" e dirigido aos abstencionistas em termos como estes: "Tu com a tua criminosa abstenção, foste um traidor e terás o fim de todos os traidores. Não mereces mais". E ainda: "Tu serás também marcado como um criminoso indigno de viver numa sociedade livre, tu, abstencionista, serás apontado. Estamos atentos. Pensa bem, vê o que fazes!"

Esta gente que foi a Espanha beber o "marketing" eleitoral trata o Povo português como um rebanho de carneiros e nem se lembra que tivemos e continuamos a ter as nossas "padeiras de Aljubarrota".

A mentira e a moca embrulhada em papel de seda são o nervo da propaganda eleitoral dos partidos reaccionários mas já dificilmente enganam e intimidam o Povo português.

Da parte do PS começam a definir-se algumas indefinições... Mário Soares reafirma o "slogan" de "quem ganhar deve governar" e contesta outro dirigente do seu partido reafirmando a intenção de deixar passar um governo AD, se acaso a coligação reaccionária viesse a ser a mais votada. Os ataques, as calúnias, as críticas desonestas ao PCP surgem em textos e discursos de socialistas, provocando a repulsa de muitos dos que antes deram ao PS os seus votos e a sua confiança.

Na chamada ultra-esquerda os dislates, o anticomunismo disfarçado e a obtusidade política servem o divisionismo e facilitam o jogo da direita. Um dos grupúsculos esquerdistas proclamava há dias como um axioma que o principal problema da mulher trabalhadora... é o do aborto! Como se vê, a exploração capitalista e a segregação social da mulher sob o capitalismo são coisas irrelevantes para os verbalistas da chamada ultra-esquerda...

A inteligência do Povo português tem sido agredida mas os resultados serão contraproducentes para os objectivos da reacção e do divisionismo.

☆ ☆ ☆

A contrastar com tais métodos e com a falta de acolhimento que os seus práticos encontram junto das massas populares, a campanha eleitoral do PCP, integrada na APU, tem-se inserido numa clara política de verdade ao serviço do povo, dos trabalhadores, da democracia, da independência nacional.

Centenas de milhares de portugueses de todas as condições sociais e dos mais variados credos políticos e religiosos acorrem a ouvir a palavra dos comunistas e nelas encontram a resposta para os seus problemas e anseios. O Povo português de Valença do Minho e Vila Real de Santo António, de Rio Maior aos Açores e à Madeira, vira as costas à demagogia e à mentira dos partidos reaccionários, distancia-se das ambiguidades e aleivosias do PS e do divisionismo dos esquerdistas e busca a única força que jamais atraiçoou os seus compromissos de defesa da democracia, da liberdade, das instituições e do regime democrático exarados na Constituição, do 25 de Abril, das conquistas da Revolução.

A viva impressão que se recolhe da campanha eleitoral da APU é a de uma grande votação democrática nas eleições de domingo, é a de uma inconfundível manifestação de confiança nas suas candidaturas, é a da consagração nas urnas de um trabalho abnegado e profundo realizado ao longo dos anos para o bem do povo e do País.

As três argolas da Aliança Povo Unido que substituem e representam nas listas a foice e o martelo do PCP e a árvore enraizada do MDP/CDE, são o símbolo da união indestrutível de todos os verdadeiros democratas e patriotas, cujo número cresce sem cessar e cuja vontade é determinante para a defesa e consolidação das conquistas democráticas, do 25 de Abril, de uma nova forma de vida que ruma ao socialismo.

As forças reaccionárias tudo tentaram para distorcer o carácter da saída constitucional para a crise de governo que as eleições intercalares representam. Mas a maturidade do Povo português, a credibilidade e influência política do PCP, integrado na APU, permitiu que as linhas de força da campanha eleitoral que termina amanhã à noite fossem as apontadas pelos comunistas, as decorrentes da sua justa análise da correlação de forças, da justa enunciação dos objectivos eleitorais, de uma correcta caracterização da situação actual e das perspectivas imediatas no quadro da Constituição.

Uma grande confiança num resultado vitorioso das listas APU assenta assim em sólidas premissas e enche de esperança milhões de portugueses.

A questão do voto útil ganha um significado especial nas decisões políticas de domingo.

Cada vez mais se torna exigente e claro para todos os patriotas o sentido duma opção essencial:

— Votar APU é votar seguro e certo na democracia portuguesa!

— Votar APU é votar seguro e certo para a derrota da reacção!

— Votar APU é votar seguro e certo no 25 de Abril e nas conquistas da Revolução!

A história de um comício em Ponta Delgada

● À coragem dos comunistas e seus aliados corresponde o interesse crescente em ouvir a voz da APU

À coragem dos comunistas e dos seus aliados na APU tem correspondido o interesse em ouvir a voz democrática da Povo Unido, que se tem imposto nos Açores apesar das provocações que, aqui e ali, os separatistas e os fascistas da FLA organizam para impedir que essa voz chegue aos trabalhadores e ao povo da Região Autónoma.

Ainda na segunda-feira passada e pela primeira vez desde há três anos, os comunistas promoveram em Ponta Delgada uma sessão de esclarecimento da APU integrada na campanha eleitoral para a Assembleia da República. Antes da hora marcada para a sessão e enquanto a sala do Cine S. Pedro se ia enchendo com a presença de pessoas que, apesar do mau tempo, quiseram participar, chegaram em bandos organizados, os arruaceiros. Algumas dezenas de jovens marginais e de filhos-família ocuparam os lugares do fundo da sala, iniciando a barulheira, enquanto outros, cá fora, em atitudes de provocação, procuraram e de certo modo conseguiram desmobilizar bastantes democratas que se dirigiam à sala. Um tal Décio Machado, indivíduo que é conhecido como separatista e que com o seu irmão Labiano participou em 1975 no assalto ao Centro de Trabalho que o PCP mantinha em Ponta Delgada, sentava-se entre os arruaceiros.

Apesar da barulheira e das provocações, os candidatos da Povo Unido, Paulo Lima, da lista para a Assembleia da República e cabeça de lista para a Assembleia Municipal de Ponta Delgada, e Manuel Cosme Viveiros, também candidato à AR e à Assembleia de Freguesia das Capelas, subiram à tribuna, acompanhado do deputado comunista Matos Gago e da camarada Maria da Graça, da Coordenadora da APU de S. Miguel.

O Hino Nacional desmascara os fascistas

A gritaria subiu de tom mas foram os primeiros acordes do Hino Nacional que mais irritaram os fascistas. Com assobios, gritos e apupos impediram a sua audição, enquanto muitos dos presentes, de pé, começaram a aplaudir os candidatos da APU.

Por várias vezes, Maria da Graça tentou iniciar a sessão, saudando os democratas presentes na sala. Os arruaceiros vieram para o meio da sala, em tropel. A equipa da televisão regional foi provocada fisicamente e os fascistas derrubaram-lhes o equipamento, junto à tribuna. A serenidade dos que tinham vindo para ouvir uma voz democrática contrapôs-se sempre às provocações mas não impediu que estas aumentassem de tom, obrigando o comandante da PSP local, um tenente-coronel, a subir à tribuna para pedir silêncio aos arruaceiros. A reacção destes não se fez esperar: entre alguns insultos e obscenidades, rebentaram aos gritos de "vai para o continente!". O comandante das forças de segurança, que no final declarava ser sua intenção apenas conseguir as condições para que a expressão fosse livre, decidiu, depois de vários avisos, expulsar os flatistas. As forças de intervenção entraram na sala e obrigaram os arruaceiros a sairem.

A resistência destes originou cenas de alguma violência e muita gente teve, na confusão que se gerou, de sair também.

Cá fora, os incidentes continuaram, tendo-se registado ferimentos em alguns agentes da PSP.

Mas a sessão realizou-se. E Maria da Graça teve a oportunidade, ao falar às cerca de seis dezenas de pessoas que ficaram, e a aplaudiram vibrantemente, de se afirmar contra a violência, lamentando os incidentes, apelando para a unidade dos democratas, que hoje encontram na APU a força mais consequente.

Seguiram-se intervenções de Sousa Lima e de Matos Gago. O primeiro recordou os boicotes já sofridos nos Açores, nomeadamente à sessão em que participou Carlos Brito, na Terceira, e o assalto à sede da APU, no mesmo dia, em Ponta Delgada. Explicou depois os objectivos da Povo Unido nas actuais eleições, manifestando-se contra a "autonomia sem limites" de Mota Amaral, acentuando que essa prática do governo regional tem produzido nos Açores a descida dos salários dos trabalhadores da região em relação aos do Continente, e a perda de regalias.

Matos Gago, por seu lado, sublinhou que a tentativa de boicote que acabava de se presenciar significava que, se a direita ganhasse no País, a voz dos trabalhadores não teria oportunidade de fazer-se ouvir livremente.

No final, Maria da Graça, correspondendo ao entusiasmo dos presentes, lembrou que aos Açores apenas chegava ainda o "cheiro" do 25 de Abril, mas que o 25 de Abril acabaria por chegar à Região.

Mais tarde, na sede da APU, muitos camaradas e amigos comentavam com orgulho: a sessão tinha sido programada, a sessão realizara-se, dera-se mais um passo na direcção das liberdades que os comunistas e a Povo Unido defendem para os portugueses, do Minho aos Açores.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699-Lisboa CODEX. Tel. 768345.
ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL.* Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.
DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/v – 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 28938.
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq – 4000 Porto. Tel. 310441.
Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrulha – 3000 Coimbra. Tel. 31286.
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.
ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.
PUBLICIDADE CENTRAL:
Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.
EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.
Composto e impresso na **Heska Portuguesa** R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Outubro: 71 600

Democracia à PPD...

Nos Açores, as provocações continuam. Nos Açores, há quem queira impedir a voz livre da APU de chegar junto das populações. A violência, o ódio e a arrogância de quem assim age são uma afronta à legalidade democrática e um insulto ao povo da Região Autónoma dos Açores.

No decorrer da campanha eleitoral, têm-se multiplicado os atentados à liberdade. Na ilha do Faial, registaram-se alguns actos significativos do desprezo à democracia por parte da reacção local. Assim: na noite de 10 para 11, um jornal de parede da APU foi lançado ao mar, enquanto dois panos de propaganda foram destruídos na noite de 14 para 15 foi roubado um painel em que estava afixado um jornal de parede da APU; na mesma noite, foi igualmente roubado um painel pertencente à Câmara Municipal da Horta e que estava legalmente atribuído à APU; no dia 16 foi destruída toda a propaganda que estava afixada em Castelo Branco; na noite desse dia, um grupo de reaccionários afectos à FLA impediu, com acções de intimidação, que se realizasse uma sessão de esclarecimento da APU naquela localidade; na noite do dia 17, foram roubados dois painéis da Câmara da Horta atribuídos à APU.

A par destes actos de vandalismo – a maior parte dos quais efectuados pela calada da noite – verificou-se ainda a recusa de cedência à APU de uma sala nos Flamengos, sala essa que constava com indicação do dia e hora do despacho n.º 37/MR/79 do Ministro da República.

A propósito de todos estes acontecimentos, a Comissão APU da ilha do Faial interroga, com toda a legitimidade:

Onde está a democracia e a liberdade nesta região governada pelo PPD?

Nome de rua de Lisboa para Agostinho Neto

Uma delegação da Direcção Nacional da Associação de Amizade Portugal-República Popular de Angola e da Comissão Organizadora das Comemorações do 25 de Abril na RPA avistou-se há dias com o presidente interino da Câmara Municipal de Lisboa, a quem foi entregue um documento no qual se propõe ao Município que, **com a possível brevidade, atribua a uma das artérias da capital portuguesa o nome do dr. António Agostinho Neto, incansável lutador contra o fascismo e o colonialismo português e primeiro Presidente da RPA.**

Um exemplo de unidade que vem do Seixal

23 de Novembro de 1979. Clube Recreativo de Cruz de Pau, concelho do Seixal. 165 pessoas assistem, com grande interesse, a uma sessão de esclarecimento integrada na campanha eleitoral da APU.

Um orador fala da unidade democrática. Fala da unidade necessária para se avançar no caminho do progresso. A dada altura, refere o exemplo da Câmara Municipal do Seixal, onde comunistas, independentes de esquerda e socialistas trabalham em unidade, desenvolvendo um trabalho coerente posto ao serviço das populações do concelho.

No decorrer da sessão, pede a palavra um dos assistentes. Sublinha o exemplo referido. E propõe que se vote, assine e divulgue uma Declaração, um texto simples e breve, onde se diz.

"O povo da Cruz de Pau presente na sessão da APU no dia 23 de Novembro, a propósito das questões de reforço da unidade necessária dos democratas no momento presente, entendeu dar relevo à unidade conseguida na Câmara Municipal do Seixal (onde todas as deliberações foram tomadas por unanimidade), como exemplo de que é possível, desejável e necessário que uma maioria numérica, nomeadamente de comunistas e socialistas na Assembleia da República, actue como maioria política na defesa dos interesses das classes trabalhadoras, na consolidação das conquistas de Abril e no avanço para uma sociedade socialista".

Das 165 pessoas presentes na sessão, uma absteve-se e 164 aprovaram a Declaração.

Aconteceu a 23 de Novembro de 1979, na Cruz de Pau.

Octávio Pato no Norte e Centro

«A campanha eleitoral da APU chegou, desta vez, a zonas, aldeias e lugares do nosso país onde a palavra dos comunistas e seus aliados nunca tinha chegado de viva voz e, em contrapartida, onde só chegavam as calúnias, as mentiras e as falsificações da reacção sobre a posição dos comunistas»:

Palavras do camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, quando terminava no Coliseu do Porto um contacto de três dias com o povo do Norte e Centro do país. Fosse em Viseu, em S. João da Pesqueira, em Mirandela, na Afurada ou na maior sala de espectáculos da cidade invicta o destacado dirigente do PCP encontrou sempre um ambiente de grande entusiasmo, confiança e de combatividade.

No Pavilhão Féira de S. Mateus, em Viseu, juntou-se uma enorme multidão, na noite de sexta-feira, naquela que foi considerada a maior jornada promovida pelo PCP no distrito. O recinto transbordava de trabalhadores e democratas, que não cessaram de manifestar o seu apoio às palavras e propostas do Partido.

Com o cinema à cunha, mais de três centenas de pessoas escutaram e aplaudiram Octávio Pato, em S. João da Pesqueira, na tarde de sábado. Algumas horas mais tarde, depois de ter assistido num café de Mirandela à transmissão da propaganda da APU pela televisão, o dirigente comunista foi para o Liceu, onde falou para mais de 600 presentes no mais concorrido comício efectuado na vila na presente campanha eleitoral.

«O povo está alerta, vota APU pela certa» gritava uma pequena multidão de pescadores e moradores da Afurada, quando acmpanhava da Praceta de S. Pedro até à Lota, o camarada Octávio Pato, no domingo, pelas 13 horas. Foi uma recepção calorosa e sincera. Antes do início da **«sardinhada»**, o dirigente do Partido dirigiu algumas palavras aos participantes em mais uma demonstração de apoio à Povo Unido.

«Não vimos aqui prometer mundos e fundos, ao contrário dos outros partidos. Dizemos ao povo da Afurada, aos trabalhadores e pescadores, que estamos com eles e com a juventude. Queremos que estas crianças vivam uma vida diferente dos seus pais», frisou – a dado passo – Octávio Pato, que recordou ter vivido clandestino com o camarada Pires Jorge, há 30 anos, naquela vila piscatória do concelho de Gaia.

O mesmo ambiente era patente em Penafiel, onde desde o princípio da tarde se juntaram muitas centenas de rendeiros e médios agricultores para participaram numa jornada de esclarecimento e de luta, promovida pela APU no edifício da Escola Secundária, cujo Pavilhão Polivalente estava literalmente cheio.

«Esta campanha demonstra que a reacção perde o pé», salientou no início da sua intervenção o membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, ladeado na mesa, por candidatos da Povo Unido em vários distritos (Edgar Correia, Vítor Louro, Castro Lopes, Albino Teixeira, Álvaro Ferreira Alves) e, ainda, por vários componentes das listas Povo Unido para os órgãos autárquicos do concelho de Penafiel.

No fim da sua intervenção, Octávio Pato teve de abandonar a sessão para estar presente no grandioso comício da Juventude do Coliseu do Porto, cuja lotação estava literalmente esgotada. Milhares e milhares de pessoas, sobretudo jovens trabalhadores e estudantes, assistiram à projecção do «Amacord», de Fellini, e vibraram com a actuação de Carlos Paredes e Fernando Alvim e sublinharam com grandes aplausos as palavras dos dois candidatos dos jovens do distrito (José Dias e Luís Pimentel) e do camarada Octávio Pato, que encerrou esta importante Festa da Juventude.

Em Braga

Grande participação

A campanha eleitoral da APU na região de Braga caracterizou-se por uma imensa participação popular, em todos os concelhos do distrito, nas sessões de esclarecimento realizadas em grande número por iniciativa do PCP, mesmo em pontos onde há três anos não se apresentaram ao sufrágio listas do Povo Unido.

Depois da visita do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, a Vila Nova de Famalicão, Braga e Guimarães, com intervenções em comícios que congregaram a presença de muitos milhares de trabalhadores e de democratas daqueles três concelhos industriais do distrito, o camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, na capital do Minho e em Fafe, e a camarada Alda Nogueira, membro do Comité Central, também em Braga, sentiram a adesão crescente da juventude e das mulheres à causa da democracia e do 25 de Abril.

O camarada Carlos Costa, num comício promovido pela JCP, no liceu D. Mria II, foi acolhido por uma multidão de jovens que mal coube no vasto recinto. E nessa massiva participação pôde ver a certeza de que as conquistas da Revolução serão defendidas e continuadas também pela juventude bracarense, distrito que vai eleger, já no próximo domingo, o seu primeiro deputado comunista. **Um candidato da APU eleito pelo círculo de Braga é já garantido** – disse o camarada Carlos Costa – **apontando agora o objectivo imediato para a eleição de um segundo, que está ao nosso alcance.**

No último domingo, no liceu Sá de Miranda desta vez, a camarada Alda Nogueira teve um encontro com as mulheres de Braga, encontro em que participaram igualmente as candidatas da Aliança Povo Unido por aquele distrito, Maria da Graça Branco e Maria Luísa Caeiro. Foi outra significativa afirmação da força crescente do PCP no quarto distrito do país, pois o salão-teatro esteve repleto de centenas e centenas de companheiras e amigas, com predominância de operárias e camponesas, mas onde se viam também empregadas e intelectuais. Os problemas que mais preocupam as mulheres estiveram naturalmente em foco no debate, mas foi a questão do custo de vida e a necessidade de combater, através do voto na APU, os factores e os partidos políticos responsáveis pelo seu constante agravamento, nos últims três anos, que dominou grande parte das atenções.

O desespero da direita e da extrema-direita, que sentem dia-a-dia a perda de influência em áreas que julgavam errada e presunçosamente como suas, tem sido traduzido, em algumas freguesias do interior, em acções de arruaça e boicote às actividades da campanha da APU. A isso têm sabido responder com determinação e firmeza as forças progressistas.

Entusiasmo e confiança no distrito do Porto

Muitos milhares de pessoas acorreram a comícios e a dezenas de sessões de esclarecimento da APU, realizados nos últimos dias no distrito do Porto. A dois dias do termo da campanha pode dizer-se que os seus traços dominantes no distrito do Porto foram: uma crescente audiência e apoio à candidatura da APU, um ambiente de euforia e de confiança na vitória da Povo Unido, uma diminuição notória do campo de manobra das forças reaccionárias que, em muitos lados, se defrontaram mesmo com a hostilidade popular aos seus desígnios.

Fossem grandes ou pequenas as salas, nos arredores do Porto ou em freguesias do distrito, por todo o lado as iniciativas promovidas pelo Partido de apoio à APU suscitaram uma grande adesão popular. É de sublinhar, pela sua importância, a massiva e activa participação de mulheres e de jovens nas sessões, onde encontraram respostas para as suas preocupações e apoiaram propostas visando a melhoria das suas condições de vida.

É igualmente de assinalar o sucesso alcançado com as numerosas sessões de esclarecimento para trabalhadores dos principais sectores (têxteis, metalúrgicos e madeiras), que decorreram no interior das empresas, ou mesmo no exterior quando o patronato sabotava a liberdade de reunião e de esclarecimento.

Vários camaradas da direcção do Partido desenvolveram intenso trabalho de esclarecimento, no último fim-de-semana, por todo o distrito. Na passada sexta-feira, o camarada Ângelo Veloso esteve na UTIC, em Laborim, Gaia, onde falou para os trabalhadores que enchiam a cantina da empresa. Horas depois, o camarada Blanqui Teixeira tomava a palavra no comício efectuado em Rio Tinto, no Cine-Teatro Vitória. Na tarde de sábado, o camarada Carlos Costa fez uma intervenção no concorrido comício-festa de Matosinhos. Por seu turno, Ângelo Veloso falou a muitas centenas de pessoas que participaram nas entusiásticas jornadas no ex-Mercado das Frutas, nas zonas ribeirinhas e no salão polivalente da Escola Secundária do Bairro do Cerco do Porto.

Também no sábado à tarde, o Sector Intelectual do Porto do PCP promoveu na Escola Superior de Belas Artes um debate sobre problemas de arte e da cultura, animado pelos camaradas Óscar Lopes, do CC, e Júlio Cardoso, ambos candidatos da APU, e ainda por outros intelectuais candidatos da Povo Unido à Assembleia Municipal do Porto. Presentes cerca de 300 pessoas que assistiram e contribuíram para a análise dos problemas em questão e aprovaram um manifesto e um apelo. À noite, no salão dos Bombeiros de Leça do Balio, decorreu um grande comício-festa, no decorrer do qual intervieram os camaradas Helena Medina e Vitor Ranita, ambos candidatos da APU à Assembleia da República.

A manhã infantil realizada no domingo nos jardins da Avenida dos Aliados foi um êxito, pela razoável afluência de crianças. Estas, ocuparam a manhã fazendo exercícios físicos e praticando desporto. Entretanto, na parte da tarde, realizaram-se sessões dedicadas aos agricultores (em Penafiel) e à juventude (no Coliseu do Porto). Realizaram-se ainda, nesse dia, outras jornadas de esclarecimento, nomeadamente em Campo (Valongo) e em Gondomar, onde esteve presente o camarada Ângelo Veloso.

Jantar de homenagem

Hoje decorre um jantar de homenagem a Armando de Castro, José Morgado, Óscar Lopes e Ruy Luís Gomes, com a presença de muitas centenas de intelectuais e democratas, no Pavilhão do Académico. Como sublinhou a Comissão Organizadora, esta homenagem, esta jornada de reconhecimento e aplauso àquelas figuras da cultura e ciência nacionais **não pode dissociar-se do actual momento político, das ameaças que pairam sobre a democracia portuguesa e da necessidade de unir forças para a defesa da cultura, a valorização do povo português e o progresso de Portugal.**

E o comunicado da Comissão Organizadora acentua ainda: **Nestes dias, todos nos devemos empenhar no esclarecimento e na batalha para levar mais e mais amigos a dar o seu apoio à Povo Unido, sobretudo aqueles que, enganados e ludibriados, deram em eleições anteriores o seu voto a partidos da direita e da reacção.**

Como salientava o camarada Ângelo Veloso na noite da passada segunda-feira, em Gaia, perante uma assistência entusiástica de muitas centenas de pessoas, **os trabalhadores e os explorados devem pensar pela sua própria cabeça e não devem votar nos partidos dos patrões. (...) A esses homens e mulheres, nós dizemos: não vos deixeis enganar, não voteis pelo que vos diz o patrão ou os seus lacaios, os vossos interesses não são os dos ricos e dos poderosos.**

Algumas imagens de importantes sessões entre aś muitas realizadas nos últimos dias no Norte: em Penafiel (1), no antigo Mercadoda Fruta da zona ribeirinha do Porto (2), no Coliseu do Porto (3) e em Matosinhos (4)

Em Aveiro

Confiança na vitória

Desta vez, a campanha eleitoral realizada pela APU no distrito de Aveiro é considerada diferente por todos os democratas que ali vivem e trabalham.

E diferente porquê? Primeiramente, porque houve uma intensificação do contacto directo com as populações. Os candidatos da Aliança Povo Unido têm participado em dezenas de visitas a empresas, onde ouvem os anseios dos trabalhadores, onde esclarecem, por vezes, dúvidas que são levantadas. E no caso em que as administrações não permitem a visita ao interior das instalações, isso não é motivo para desmobilizar. À hora da saída, os candidatos da APU aguardam que os trabalhadores terminem o seu dia de trabalho e as sessões realizam-se na rua.

Por outro lado, esta campanha tem sido diferente porque é notória a receptividade das populações às sessões de esclarecimento realizadas pela APU. Mesmo nos locais onde anteriormente era difícil, senão impossível, realizar uma sessão (casos de Oliveira do Bairro, Murtosa, Ílhavo e Vagos, para apenas citar alguns) as iniciativas têm decorrido até ao fim com grande participação, apesar de em muitos casos se verificar a presença de agitadores e provocadores da Aliança reaccionária que se mostram impotentes para concretizarem os seus intentos — ou seja, impedir que a sessão se realize.

Em terceiro lugar, o trio reaccionário tinha apostado que durante o comício com o camarada Álvaro Cunhal o número de presenças seria inferior ao do comício da Aliança reaccionária. Perderam a aposta aqui, como a perderam em muitos outros locais de Portugal.

Por último, as iniciativas de porta-a-porta têm permitido auscultar o sentir das populações. Por tudo isto se justifica o optimismo dos democratas e progressistas do distrito de Aveiro quanto aos resultados do próximo domingo, na certeza de que o distrito estará representado pela APU na próxima Assembleia da República.

A palavra dos comunistas

Não basta a derrota do PPD e CDS

A experiência política destes três anos mostrou, por que não basta a derrota do PPD e CDS para que se garanta a realização de uma política democrática ao serviço do povo e do país.

Na verdade, na anterior Assembleia da República havia uma maioria numérica de deputados socialistas e comunistas, mas o PS, aliando-se sistematicamente à direita, fez e permitiu que se fizesse uma política antipopular, contrária às novas realidades surgidas com o 25 de Abril e à real correlação de forças políticas existentes no país. Daí, por um lado, o colossal agravamento de todas as condições de vida do povo e da situação económica do país e, por outro, a instabilidade governativa que caracterizou estes três últimos anos.

Quem não se lembra da lei Barreto contra a Reforma Agrária, da lei dos senhorios ricos contra os rendeiros, do aumento vertiginoso do custo de vida? Quem não se lembra da lei de entrega do sector nacionalizado, da lei das indemnizações aos grandes capitalistas, da lei dos despedimentos, da lei Gonelha contra os sindicatos, da lei contra as comissões de trabalhadores recentemente aprovada e proposta pelo PS na Assembleia da República?

Todas estas leis foram aprovadas pela aliança real do PS com o PPD e o CDS.

Quem já se esqueceu do papel do PS na subordinação de Portugal ao FMI e aos monopólios da CEE? Quem já se esqueceu da política dos "pacotes",saudada, reivindicada e aplaudida pelo PPD e CDS, das altas taxas de juro que tantas dificuldades causaram e causam aos pequenos e médios comerciantes e industriais, a da política de corte de crédito e ruína dos agricultores? Quem se esqueceu das alianças do PS com os caciques em tantas e tantas autarquias, do seu desinteresse, capitulação e demissionismo perante a direita? Quem se esqueceu que, se o governo Mota Pinto/PPD/CDS passou na Assembleia da República foi porque o PS o deixou passar?

O que na verdade o PS fez foi utilizar os votos de esquerda dos seus eleitores não para combater a direita, mas para se aliar com ela; não para combater as forças reaccionárias e fascizantes mas para lhes fazer contínuas cedências; não para defender os interesses dos trabalhaodres, mas para se aliar com o patronato, contra eles.

Ora para obrigar a direcção do PS a mudar de política e de aliados, para salvar o próprio PS como partido democrático, para se garantir a necessária viragem democrática na política nacional, não basta que a APU e o PS em conjunto triunfem nas eleições, é absolutamente indispensável alterar profundamente a correlação de forças dentro das próprias forças democráticas, isto é, é absolutamente indispensável aumentar substacialmente o número de deputados comunistas elegendo simultaneamente deputados do MDP. **Uma grande votação na APU é, assim, simultaneamente, a melhor garantia da derrota da reacção e da viragem democrática na política nacional.**

(Carlos Costa em Matosinho em 24/1)

Duas graves ilegalidades

Vou só citar dois exemplos de graves ilegalidades para não termos que ficar muitas horas a falar nas manobras a que o PPD e o CDS costumam recorrer.

Recentemente foi descoberto e desmascarado em "o diário" que o presidente da Comissão Executiva Concelhia de Lisboa do CDS dirigia a diversas empresas cartas a pedir contribuições para a campanha do seu partido.

Ora é proibido pela lei a aceitação de contribuições de empresas. É natural que os partidos dos grandes patrões recolham destes um auxílio precioso e vultuoso. Mas não podem fazê-lo de forma tão descarada, não podem fazê-lo e depois, simplesmente, dizerem que não conheciam a lei.

Mais recentemente ainda, a Comissão Nacional de Eleições enviou ao Procurador-Geral da República "para eventual procedimento criminal" a gravação sonora duma intervenção do presidente do Governo Regional da Madeira.

Este senhor, Alberto João Jardim, que é chefe do PPD na Madeira, depois de ter sido um dos homens também do regime fascista, utiliza o seu poder para ir contra as leis. E tão frontalmente que não houve, na Comissão Nacional de Eleições, que se saiba, uma voz que se levantasse em sua defesa nem a do próprio representante do PPD. Se as leis forem cumpridas, o chefe do PPD na Madeira que mostrou, mais uma vez, como desrespeita os mais básicos princípios democráticos, arrisca-se a perder os direitos políticos, a pagar uma multa e a ser preso.

É a estes homens, inimigos da democracia, do povo e do país, que se vai dar o voto?

(Blanqui Teixeira em Riotinto em 23/11)

Fugiram como coelhos...

As ligações conhecidas dos terroristas aos partidos da direita mostram o carácter terrorista, pidesco, fascista de largos sectores do PPD e do CDS, que sonham com uma nova Pide em Portugal.

A actuação provocatória e nazi dos meninos fascistas da Aliança Reaccionária, revela com exatidão com que são educados os filhos do grande capital. O que eles sonham é impor uma nova legião, uma nova mocidade fascista, impunemente criminosa, denunciante, corrupta, drogada, bestialesca, podre. É vê-los a imitar os bandos de Hitler. É vê-los a odiar o povo e os trabalhadores. É vê-los a odiar raivosamente a democracia.

Em bandos de nazis, apoiados pelo Movimento nacionalista de Kaúlza e outros grupelhos de adultos ultra-fascistas tentam criar na cidade um ambiente de violência e desordem, não respeitam a propaganda da APU, impedem a distribuição de documentos no Rodrigues de Freitas, ameaçaram casas de antifascistas, etc.. Não vão mais longe porque não encontram apoio nem ambiente. No dia 11 e no dia 23, depois do comício da Aliança Reaccionária, tentaram mesmo assaltar a sede da Juventude Comunista.

No dia 23, juntaram-se na Constituição, receberam matracas de uma carrinha e preparavam-se para dar campo aos seus instintos de animais de luxo do grande capital. Receberam a lição que há muito tempo andavam a pedir, fortemente sovados pelos jovens comunistas e trabalhadores que se tiveram de defender. Fugiram como coelhos. Agora devem meditar na lição que se poderá repetir se insistirem na violência, na desordem, nas posições antidemocráticas e terroristas.

Mas nós também devemos meditar. Porque estes bandos de meninos-bem são a cara, o espelho, a imagem viva do regime que a Aliança Reaccionária pretende impor ao nosso povo e ao nosso país.

(Ângelo Veloso em Campanhã, em 24/11)

O PS mente

O PS mente quando afirma que "deve governar quem ganhar" as eleições mesmo que só com maioria relativa. O PS sabe muito bem, e a experiência destes 3 anos aí está para quem tiver dúvidas, que um partido mesmo que seja o mais votado não pode garantir só por si a estabilidade governativa, precisa sempre de apoios de outro ou outros partidos que com ele façam uma maioria na Assembleia da República. Afirmando o que afirma, o PS além do mais está a dar trunfos à direita para que esta sofrendo uma grande derrota (ficar em em minoria) venha a cantar a vitória e a reclamar o direito de formar governo só porque teve mais votos que o PS, coisa que a acontecer não seria novidade nenhuma pois, é preciso lembrá-lo, já em Abril de 1976 o PPD e o CDS somados tinham 40% e o PS 35%. A não ser que com toda esta teoria absurda de que deve governar a força mais votada, o PS se esteja sim a preparar para deixar passar na Assembleia da República um governo minoritário do PPD/CDS, repetindo a bonita figurà que fez quando deixou passar e viver oito meses o governo Mota Pinto.

O PS mente quando afirma que o PCP "não é alternativa de poder" e que o PS é que é alternativa à direita, pois a verdade é que em termos parlamentares e do chamado jogo democrático, o PCP é tanto "alternativa de poder" como o PS, pois cada um sozinho é minoritário e qualquer deles precisa do outro para ter uma maioria, e porque o PS só é mais alternativa de poder que o PCP se pensa aliar-se com o PPD/CDS, com os tais que segundo PS, e nós estamos de acordo, querem liquidar o regime democrático.

O PS também não é a única "alternativa à direita" porque não esconde a sua intenção de se aliar com o PPD ou com o CDS depois das eleições e não se vê como pode alguém ser alternativa à direita aliando-se com a direita; isto é uma coisa tão absurda como se no tempo do fascismo aparecessem democratas a afirmar-se alternativa ao fascismo e de seguida entrassem para um governo do Salazar ou do Marcelo Caetano. A verdadeira, a única, a real, a necessária alternativa à direita é o entendimento de comunistas e socialistas e o voto na APU é o voto que faz força para esse entendimento, é o voto que serve de aviso ao PS para que não volte ao caminho das cedências com a direita que lhe custou tão caro, que tão caro custou aos trabalhadores e ao povo, que tão caro ia custando à democracia portuguesa.

(Octávio Pato no Porto em 25/11)

O PS e a AD em Setúbal

O PS aparece no distrito de Setúbal como um partido envergonhado, consciente de que vai pagar nas urnas os custos eleitorais da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, levada à prática por sucessivos governos que após as eleições de 1976 foram da sua responsabilidade ou governaram porque o PS os deixou passar e governar.

O PS vai pagar os custos eleitorais da política dos pacotes e dos tectos salariais (agora felizmente terminados pelo V Governo) que agravou as condições de vida dos trabalhadores, tudo isto por imposição do FMI a que o PS servilmente se submeteu.

O PS vai pagar os custos eleitorais do pacote de diplomas legislativos reaccionários que com o apoio do CDS e do PPD fez passar na AR em 1977, que ficaram conhecidos pela contra-revolução legislativa, de entre os quais se destacam a celerada Lei Barreto, a Lei das indemnizações e as leis antilaborais.

O PS vai pagar os custos políticos de ter aberto à reacção a área do poder, com a formação do governo PS/CDS e deixando seguidamente passar e governar o governo fascizante Mota Pinto/PPD.

O PS vai pagar pela canalhada que promoveu à categoria de ministros e que depois de terem feito todo o mal que puderam se passaram com armas e bagagens para o campo da reacção, tais como **Barreto, Medeiros Ferreira** e outros.

Vai pagar pela política divisionista que levou a cabo no movimento sindical que culminou na criação da UGT. Vai pagar pela continuação nas suas fileiras do senhor **Gonelha**, principal artífice e agente do divisionismo, autor, entre outras coisas, da célebre e malograda pretensão de partir a espinha ao movimento sindical unitário, representado pela gloriosa Intersindical.

De nada valerá ao PS a manobra eleiçoeira de ter "deportado" o senhor Gonelha, de Setúbal para Leiria, como candidato às eleições intercalares. Sabendo-se que Gonelha vive em Setúbal, que foi eleito para a AR por Setúbal em 1976 e que foi também eleito nesse ano para a Assembleia Municipal de Setúbal, onde primou pelo número de faltas, que maior e mais completa confissão do seu fracasso que esta fuga a dar contas a quem o elegeu da política que promoveu?

O PS vai pagar, também, o facto de mostrar nada ter aprendido com os erros e continuar disposto a fazer alianças à direita e a recusar-se aos entendimentos e acordos de governo com o PCP.

Que pensa de tudo isto o eleitorado do PS?

O que é isso do voto útil no PS de que fala M. Soares?

Quanto aos partidos agrupados na Aliança Reaccionária, a sua política e os seus objectivos consistem na liquidação das conquistas da Revolução e do Portugal de Abril. Vão, por isso, ter do povo português e particularmente dos trabalhadores e do povo do distrito de Setúbal, a resposta que merecem.

A campanha eleitoral da "AD" no distrito de Setúbal tem-se caracterizado por acções provocatórias ao eleitorado que sabem ser maioritariamente de esquerda. Os três chefes da Aliança Reaccionária desfilam em numerosos e luxuosos automóveis, estranhos ao distrito, fazendo proceder estas excursões por grandes concentrações policiais como quem tem medo do povo e não sente a consciência tranquila quanto ao julgamento do povo sobre a política que se propõem realizar, caso viessem a ser governo.

Para além disto e ainda mais provocatoriamente, a "AD" promove verdadeiros espectáculos de circo onde apresentam como atracção uma panterazinha, ferozmente anticomunista e colonialista que dá pelo nome de dona Roseta, cabeça de lista da "AD" pelo distrito de Setúbal. Este espectáculo é acompanhado pela exibição dum renegado da classe operária, hoje um indivíduo desclassificado, o ex-Chico da CUF, que ao serviço da pior reacção e do imperialismo dá um triste e vergonhoso espectáculo, vomitando para gáudio dos reaccionários que o escutam, as mais grosseiras e caluniosas falsidades contra os países socialistas e em particular contra a União Soviética que tão generosamente lhe deu asilo político nos difíceis anos do domínio do fascismo em Portugal.

Todo este lixo político será atirado pelo Povo português para a valeta da História, com os partidos e forças reaccionárias agrupados na Aliança Reaccionária. **O Povo não quer reaccionários no Poder!**

(Jaime Serra no Barreiro em 25/11)

Trabalhadores para conquistar J F's das Zonas Ribeirinhas

Uma palavra aqui necessária sobre as eleições para as Juntas de Freguesia das Zonas Ribeirinhas.

Estamos convencidos, estamos confiantes, lutamos com persistência e força para ganharmos as autarquias da zona ribeirinha do Porto. Achamos que temos o direito de provar que não há melhores gestores das autarquias do que os comunistas aliados aos democratas do MDP e aos homens e mulheres sem partido, mas dedicados à sua freguesia, aos seus bairros, às suas ruas.

Estamos convencidos, estamos confiantes, lutaremos para conquistar a maioria em Miragaia e em S. Nicolau. Não desistimos de conquistar a Sé. Nesta zona donde nasceu o Porto, donde cresceu esta grande cidade que amamos; neste núcleo antiquíssimo donde Portugal teve nome; nesta zona onde hoje se misturam a habitação degradada e certa marginalidade com uma parte sólida e combativa da classe operária e dos trabalhadores da cidade; aqui mesmo nós estamos confiantes que havemos de conquistar as primeiras autarquias maioritariamente comunistas na cidade do Porto.

Isto não significa qualquer irresponsabilidade da nossa parte. Sabemos as dificuldades que nos esperam. Sabemos os graves problemas de habitação, de higiene (lixos, inclusive), de degradação social, de inundações, de protecção à infância, de carências de meios com que se defrontam estas freguesias do Porto. Sabemos mesmo que, em muitos sentidos, se trata da zona da cidade com mais problemas e mais difíceis a resolver. Sabemos também que não iremos encontrar a boa vontade da Câmara ou até do Governo Civil. Não se trata, pois, de inconsciência dos problemas. É que temos a certeza que no quadro da APU, somos nós quem pode abrir o caminho para a solução dos graves problemas locais. Temos a certeza que, no quadro da APU, os comunistas aliados aos democratas e aos homens válidos das freguesias estão prontos a provar que somos capazes de enfrentar os problemas locais — por mais difíceis que sejam — e que somos capazes de encontrar os caminhos que levam à sua resolução.

A capacidade de realização dos comunistas, a dedicação aos trabalhadores e ao povo, a combatividade, o espírito de sacrifício, a isenção e a honestidade, a militância e a persistência dos comunistas e seus aliados no quadro da APU, **transformarão a vida** das freguesias de Miragaia, S. Nicolau e Sé, se tivermos aqui a maioria necessária.

Duma coisa ninguém pode ter dúvidas. Nunca nos poderão acusar de corrupção, de compadrio, de desonestidade. Nunca nos poderão vir a acusar de actuações estreitas e sectárias, ao serviço dos amigalhaços e dos caciques. Nem mesmo de transigências ou cedências ou ambiguidades na defesa dos interesses das populações. Esses vícios, esses erros não são nossos. São da reacção; são dos autarcas socialistas. Não dos comunistas. Não da APU.

(Ângelo Veloso no comício das Ribeirinhas em 24/11)

Semana

21 Quarta-feira

1806 – Napoleão determina o bloqueio a Portugal.

A frota da TAP em questão

O ministro dos Transportes anuncia que foi alargado o prazo dado à comissão interministerial de estudo das propostas sobre a remodelação da frota de longo curso da TAP/Air Portugal, para dar tempo às companhias norte-americanas "Boeing" e "Douglas" de especificarem as contrapartidas que oferecem a Portugal e que atingem já um montante de três milhões de escudos ■ A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) reafirma o seu rigoroso apartidarismo sublinhando que os agricultores devem orientar o seu voto responsável e consciente perante a definição dos candidatos em relação aos problemas da lavoura e não por ideias feitas ou preconceitos, sejam de que natureza forem ■ Os trabalhadores do Instituto Nacional de Estatística (INE) começam a trabalhar a ritmo reduzido para pressionarem o Governo a aplicar o diploma sobre correcção de anomalias naquele organismo ■ Em plenário, os trabalhadores da TAP decidem que paralisarão as suas actividades durante quatro horas no próximo dia 27 se entretanto não for dado cumprimento integral ao articulado do ACT que o Conselho de Gerência subscreveu há três meses ■ Os trabalhadores da Quimigal mandatam as estruturas sindicais representativas para convocarem uma greve de 24 horas, já na próxima semana, como forma de luta para levarem o Conselho de Gerência a negociar o ACTV na base da proposta que oportunamente apresentaram.

22 Quinta-feira

1931 – É inaugurado em Lisboa o monumento aos Mortos na Grande Guerra.

Sindicalistas franceses avisam

No final do I Congresso do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas os resultados da votação dos delegados apontam, inequivocamente, para o empenhamento na defesa da Banca nacionalizada e a oposição a todas as tentativas, mesmo que encapotadas, da abertura do sector à iniciativa privada ■ Representantes das três principais centrais sindicais francesas, que se encontram no nosso país a convite da CGTP-IN, alertam a opinião pública portuguesa para o perigo que representará a aprovação pelo Parlamento francês no próximo dia 17 de leis que pretendem reduzir o número de imigrantes em França e que afectarão os trabalhadores portugueses emigrados naquele país ■ Os representantes dos correspondentes bancários, em conferência de imprensa, protestam contra a decisão do Banco de Portugal de extinguir a sua actividade que, em seu entender, não pode ser substituída sem grandes desvantagens para as populações e a economia do país ■ Os trabalhadores da indústria e comércio farmacêutico paralisam a nível nacional como forma de luta pela publicação da respectiva portaria de regulamentação de trabalho (PRT) ■ O Conselho de Ministros, presidido excepcionalmente pelo Presidente da República, aprova entre outras coísas, a abolição do "tecto salarial", o aumento das pensões de invalidez e velhice e um maior apoio ao Fundo de Fomento de Habitação.

23 Sexta-feira

1667 – D. Afonso VI é deposto a favor do seu irmão, o príncipe D. Pedro.

É publicada a Lei da Amnistia no "Diário da República" com o n.º 74/79 e que, de acordo com as suas próprias disposições, entra imediatamente em vigor ■ O Plenário do Secretariado Distrital das UCPs e Cooperativas Agrícolas de Évora, reunido para eleger os seus corpos gerentes, aprova uma moção na qual apela ao voto consciente dos trabalhadores da Reforma Agrária nas forças que, tendo possibilidade de eleger deputados, não estejam comprometidas com a "Lei Barreto" nem com o passado de repressão ■ Em plenário, os trabalhadores na imprensa afirmam que poderão efectuar uma paralisação de 24 horas nos primeiros dias do próximo mês caso não sejam cumpridas as promessas relativas à publicação do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical e da Portaria de Regulamentação de Trabalho (PRT) para o sector.

24 Sábado

1977 – Morre em Lisboa o advogado e político Arlindo Vicente, que foi candidato às eleições presidenciais de 1958, tendo desistido a favor de Humberto Delgado.

O matutino "o diário" noticia que o Conselho Geral de Trabalhadores da Lisnave denunciou no passado dia 20 que esta empresa arrisca 560 000 contos em benefício exclusivo dos ex-monopolistas Mellos com um "negócio" que envolve a retirada da Lisnave da limpeza e desgaseificação de petroleiros, para ser entregue à "Boliden", empresa dominada pela família Mello e por capitalistas suecos ■ Chega a Lisboa o primeiro embaixador argelino no nosso país, Hocine Djoudi ■ Chega a Lisboa o ministro da Educação e Cultura de Cabo Verde, Carlos Reis, à frente da delegação do seu país para a 3.ª reunião da Comissão Mista Luso-Cabo-Verdiana ■ A CGTP-IN, comentando as medidas adoptadas no último Conselho de Ministros, considera que a abolição do "tecto salarial" corresponde a uma grande vitória dos trabalhadores, indo ao encontro dos objectivos da luta que empreenderam, nomeadamente a partir da imposição do "tecto salarial" de 15%.

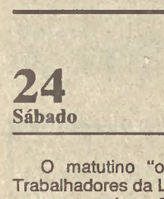
25 Domingo

1843 – Nasce o escritor Eça de Queiroz.

Promovido pelo Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa do PCP, realiza-se o espectáculo "Tu, Liberdade" no Coliseu dos Recreios de Lisboa, integrado na campanha eleitoral da APU e onde, perante uma assistência que superlotou o vasto recinto, actuaram alguns dos expoentes das Artes e das Letras do nosso País ■ Os sindicatos do Distrito de Lisboa protestam contra a decisão do Ministério dos Assuntos Sociais de marginalizar os representantes dos trabalhadores nos órgãos da Segurança Social ■ O general Ramalho Eanes, como Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, preside em Estremoz às cerimónias oficiais comemorativas do 25 de Novembro.

26 Segunda-feira

1880 – Morre em Lisboa o maestro português Guilherme António Cossoul.


E o dinheiro da cortiça?

O primeiro-ministro, Maria de Lourdes Pintasilgo, desloca-se ao Alentejo numa visita de trabalho, tendo visitado a UCP "A esquerda Vencerá", em Pias, e a cooperativa agrícola "Fonte dos Frades", perto de Beja ■ Principiam os trabalhos da Comissão Mista Luso-Cabo-Verdiana ■ Em comunicado, o Secretariado Distrital das UCPs e Cooperativas Agrícolas de Santarém denuncia a dificuldade que as UCPs e Cooperativas Agrícolas têm enfrentado ao tentarem receber as quantias respeitantes à cortiça que venderam e que se encontram depositadas à ordem do Instituto dos Produtos Florestais ■ O Instituto Nacional de Estatística (INE) informa que foi de 65,3 milhões de contos o défice da balança comercial portuguesa no primeiro semestre deste ano, sendo este saldo negativo ligeiramente inferior ao verificado no primeiro semestre do ano passado (66,0 milhões de contos).

27 Terça-feira

1968 – Marcelo Caetano, em discurso na Assembleia Nacional fascista, afirma que "o esforço da guerra ultramarina" teria de continuar a ser suportado com recursos provenientes das receitas ordinárias que dantes eram aproveitadas para cobrir despesas de fomento.

Um grupo de indivíduos afectos à «UGT» impede que um oficial de diligências proceda a um arrolamento de bens da Federação dos Escritórios do Sul e Ilhas. ■ O ministro da Educação e da Cultura de Cabo Verde, Carlos Reis, é recebido pelo seu homólogo português, Veiga da Cunha. ■ Os trabalhadores de terra da TAP paralizam quase completamente a actividade da transportadora aérea nacional durante quatro horas, visando pressionar o Conselho de Gerência da empresa a cumprir integralmente o acordo colectivo de trabalho. ■ O Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) apresenta ao Governo o seu caderno reivindicativo para 1980.

Agenda

Dia 29, Quinta-feira

DORP: Macieira (Felgueiras), 21 h, na escola primária • **Vila Cova da Lixa** (Felgueiras), 21 h, na escola primária • **Cruz de Pau** (Matosinhos), 21 h, na escola • **Matosinhos,** 21 h, na escola do Bairro dos Pescadores • **Covelas** (Baião), 20.30 h, • **Cête** (Paredes), 21 h, nos Bombeiros • **Arreigada** (Paços de Ferreira), 21 h, na escola primária • **Figueiró** (Paços de Ferreira), 21 h, na escola primária • **Meixoil** (Paços de Ferreira), 21 h, na escola primária • **Retorta** (Vila do Conde), 21 h, na escola • **Árvore** (Vila do Conde), 21 h, na Escola de Areia • **Guifões** (Maia), 21 h, na escola primária • **Porto,** 21.30, na Escola Académica • **Porto,** 21.30 h, no Estúdio 400 • **Porto,** 21.30 h, no Salão Nobre da Alfândega • **Porto,** 21.30 h, no Centro Social do Barredo • **Porto,** 21.30, no INATEL.

DORBI: Fratel (Vila Velha de Rodão), 21 h, com Nogueira Pires e Jorge Gouveia • **Canhoso** (Covilhã), às 21 h, • **Cernache do Bonjardim** (Sertã), 21 h, com Armando Morais, do CC • **Malpica do Tejo** (Castelo Branco), 21 h, na Casa do Povo, com Carlos Pinhão e António Lopes, ambos do CC do PCP.

DORSA: Entroncamento, a partir das 12 h, visita de Dias Lourenço às instalações da CP • **Tomar,** a partir das 15.30 h, Dias Lourenço visita as instalações da Rodoviária para um encontro com os seus trabalhadores. • **Vila Nova de Ourém,** às 21 h, nos Bombeiros, sessão de esclarecimento com **Dias Lourenço.**

DORL: Cacém, às 21 h, no Cinema S. João, "Jazz ao vivo" com o "Quinteto Crescente" • **Odivelas,** encontro de **Carlos Brito,** da Comissão Política do CC do PCP, com a população • **Loures,** 21.30 h, comício com **Carlos Brito** • **Azambuja,** em Aveiras de Cima, 20.30, sessão de esclarecimento com o camarada Orcinha, do CC • **Idanha** (Sintra), 21.30, no Grupo Bandolinistas 22 de Maio • **Queluz de Baixo,** 21.30 • **Póvoa de Santa Iria,** sessão de esclarecimento com Carlos Carvalhas, do CC • **Loures,** 21 h, nas Oficinas da Câmara, comício de encerramento da campanha eleitoral com Jerónimo de Sousa, do CC • **Lisboa,** 18 h, no refeitório da Carris, sessão de esclarecimento com **Carlos Brito** • **Lisboa,** no INE, às 13 h, sessão de esclarecimento com Pedro Serra • **Cascais,** 15 h, na Sociedade da Torre, sessão de esclarecimento com Alda Nogueira, do CC • **Cascais,** 21.30 h, sessão com João Amaral, candidato à AR • **Carenque,** 21.30, Centro Popular dos Trabalhadores, com Aurélio Santos, do CC • **Loures,** 21 h, na Sociedade Musical e Desportiva de Caneças, sessão com Manuel Pedro, do CC • **Castanheira** (Vila Franca de Xira), no "Juventude da Castanheira", 21 h, sessão de esclarecimento com **Octávio Pato,** da Comissão Política do CC • **Lisboa,** 18.30 h, no BPA – R. do Ouro, 110, 1.º – sessão de esclarecimento com Octávio Teixeira, candidato à AR • **Lisboa,** 16.30, no Hospital dos Capuchos, na sala de reuniões, sessão com Zita Seabra, do CC • **Cascais,** 14 h, visita aos estabelecimentos Pão de Açúcar • **Portela de Sacavém,** 16 h, na escola, sessão com Jorge Lemos • **Lisboa,** às 13.30 h, nas instalações dos CTT nos Restauradores, sessão de esclarecimento • **Odivelas,** durante todo o dia, contactos com a população • **Lisboa,** 12.30 h, sessão no Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica • **Lisboa,** 12.30 h, mini-comícios nos TLP no Largo Rafael Bordalo Pinheiro e na Av. Afonso Costa • **Lisboa,** 21.30 h, no Coliseu dos Recreios, o espectáculo "A Função Pública com Portugal de Abril" • **Lisboa,** 21.30 h, no Teatro Vasco Santana, sessão de esclarecimento para os trabalhadores da Justiça, com Aboim Inglês, do CC, Lino Lima e João Amaral.

DORS: Alcochete, 21.30, na escola Passil • **Pragal,** 21.30 h, na Cooperativa Pragalense • **Feijó,** 21.30, no Clube Vale de Flores • **Trafaria,** 21.30 h, no Sporting da Corvina • **Chegadinho,** 21.30, no Clube Recreativo "A Lagoa" • **Monte da Caparica,** 21.30, Clube Recreativo União Raposense • **Fonte da Telha,** 21.30, no Barracão da Câmara do Seixal • **Lavradio,** 21.30 h, na SFAL • **Santo António** (Barreiro), no Santo Antoniense, sessão com Hermenegilda Pereira, do CC • **Barreiro,** 18.30 h, na Sociedade Industrial do Bonfim, com Álvaro Monteiro • **Água Derramada** (Grândola), sessão de esclarecimento às 20 h • **Aldeia do Futuro** (Grândola), 20 h, na escola primária • **Moita,** 21.30 h, na Sociedade Capricho Moitense, com Sousa Marques • **Baixa da Banheira,** 21.30, na Sociedade Recreativa "Os Alentejanos" • **Baixo de Palmela,** 21.30, na escola primária, com Luísa Araújo, do CC • **Águas de Moura** (Marateca), 21.30, no Salão Joaquim Lopes • **Pinhal Novo,** 21.30 h, no União Desp. da Palhota, sessão com Ercília Talhadas, do CC • **Pinhal Novo,** 21.30 h, nos Bombeiros, comício com **Domingos Abrantes,** da Com. Pol. do CC • **Arrentela,** 21.30 h, no Clube Recreativo Santo António • **Corroios,** 21.30, na Escola Primária • **Sesimbra,** 21.30 h, na escola primária de Aldeia do Meco • **Vendas de Azeitão,** 21.30 h, na Sociedade Recreativa, com Aranha Figueiredo, do CC • **Setúbal,** 21.30 h, na Escola Primária do Viso • **Azeitão,** 21:30 h, na Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, com Romeu Correia.

DORA: S. Pedro da Gafanheira, às 20.30, na Sociedade • **S. Lourenço,** 20.30 h • **Salvada,** 20.30 h, na Casa do Povo • **Beringel,** 20.30 h, na Casa do Povo • **Alvares,** 20 h, na escola • **Corte Pão e Água,** na rua, às 20 h • **Alcaria Longa,** 20 h, no Centro Cultural • **Gato,** 20 h, no Centro Cultural • **Polhada,** 20 h, na escola • **Amieira do Tejo,** 19.30 h, na Casa do Povo • **Casa Branca,** 20 h, na Casa do Povo • **S. Brás,** às 20 h.

DORAL: Tavira, 21 h, na Associação de Comerciantes, com **José Vitoriano,** da Com. Pol. do CC • **Ferragudo,** 21.30 h, na escola, com Margarida Tengarrinha, do CC • **Olhão,** 21 h, na escola, com Carlos Luís Figueira, do CC • **Albufeira,** no recinto da Feira Anual, projecção de filmes.

DORM ● **Rendufe** (Amares), às 21 e 30, na Escola Primária. ● **Apúlia** (Esposende), às 21 e 30, na Casa do Povo. ● **Antime** (Fafe), às 21 horas, Salão Paroquial. ● **Priscos** (Braga), às 21 horas, na Escola Primária. ● **Cunha** (Braga), às 21 horas, na Escola Primária. ● **Selho** (S. Lourenço), às 21 e 30, sessão. ● **Conde** (Guimarães), às 21 e 30, sessão. ● **Sande** (S. Lourenço), às 21 e 30, sessão. ● **Infias** (Guimarães), às 21 e 30, sessão. ● **Santa Marta Corredoura** (Guimarães), às 21 e 30, sessão. ● **Vieira do Minho,** às 21 horas, festa na Casa do Povo.

DORAM: Funchal, 20 h, no Largo da Igreja dos Álamos • **Caniço,** 18 h, na escola primária da Vargem • **Estreito de Câmara de Lobos,** 20 h, na escola primária de Corticeiras • **Funchal,** 18 h, no Jardim Municipal, com **Joaquim Gomes,** da Com. Política do CC • S. Roque, no Largo do Sítio do Galeão, às 20 h • **Funchal,** 20 h, no Auditório da Caixa de Previdência.

DORAA: Faial – Angústias (Horta) • **Terceira – S. Mateus** (Angra) • **Pico – Pico** (S. Roque), no cinema.

Dia 30, Sexta-feira

DORP: Guifões (Matosinhos), 21 h, na escola primária • **Perafita** (Matosinhos), 21 h, na escola primária velha • **Matosinhos,** 21 h, na escola primária de Esposende • **Custóias** (Matosinhos), 21 h, na escola primária da Urbanização • **Lagares** (Felgueiras), 21 h, na escola primária • **Paços de Ferreira,** 21 h, nos Bombeiros • **Alfena** (Valongo), 21.30 h, na escola primária da Codiceira • **Campo** (Valongo), 21.30 h, Casa do Povo • **Campo** (Valongo), 21.30 h, Junta de Freguesia • **Ermesinde** (Valongo), 21.30 h, escola primária de Sampaio • **Ermesinde** (Valongo), 21.30 h, escola primária da Costa • **Ermesinde** (Valongo), 21.30 h, escola primária da Palmilheira • **Sobrado** (Valongo), 21.30 h, Casa do Povo • **Maia,** 21.30 h, cinema • **Póvoa do Varzim,** 21.30 h, Póvoa-Cine • **Ermesinde** (Valongo), 21.30 h, Junta de Freguesia do Calvário • **Maia,** 21 h, Escola de Guifões.

DORBI: Castelo Branco, com Carlos Vale e Armando Morais, do CC • **Sertã** (Bombeiros), 21 h, com Carlos Pinhão, do CC e Gascão Nunes • **Vila de Rei,** com João Prata e Carlos Filipe • **Covilhã,** com João Prata • **Belmonte,** com Manuela Dinis de Carvalho e João Figueira • **Idanha-a-Nova,** com Francisco José.

DORLEI: Bombarral, convívio, 18.30 h, com **Joaquim Gomes,** da Comissão Política do CC • **Peniche** (Bombeiros), 21 h, encerramento da campanha eleitoral com **Joaquim Gomes,** da Comissão Política do CC • **Marinha Grande** (Pavilhão da Embra), 23 h, encerramento com **Joaquim Gomes,** da Comissão Política do CC.

DORSA: Couço, 21 h, com **Dias Lourenço,** da Comissão Política do CC • **Santarém** (Cervejas Clock), 12 h, com **Dias Lourenço.**

DORL: Cascais (Standard Eléctrica), 10 h, visita com **Carlos Brito,** da Comissão Política do CC • **Arsena** (Alverca), 21.30 h, com Octávio Teixeira • **Trancoso de Cima** (Vila Franca de Xira), 21.00 h • **Vialonga** (Vila Franca de Xira) 21.00 h, na Casa do Povo, com Carlos Carvalhas, do CC • **Alhandra** (Vila Franca de Xira) 21.30 h, com **Alda Nogueira,** do CC, e José António • **Brandoa** (Amadora), 21.30 h, no Pavilhão Polivalente, com Aboim Inglês, do CC • **Venda do Pinheiro** (Mafra), 21.30 h, Casa do Povo, com Francisco Lopes • **Alenquer,** 21 h, com **Carlos Brito,** da Comissão Política do CC • **Arruda dos Vinhos,** 21 h, na colectividade • **Sobral de Monte Agraço** 21.30 h, no cinema, com Zita Seabra, do CC • **Torres Vedras,** 21.30 h, no cinema, com **Octávio Pato,** da Comissão Política do CC • **Tercena** (Oeiras), 21.30 h, com Manuel Pedro, do CC • **Paço de Arcos** (Oeiras), 21.30 h, no Clube Desportivo, com Domingos Lopes • **Porto Salvo** (Oeiras), 21.30 h, na Sociedade, com Marques Pedrosa • **Linda-a-Pastora** (Oeiras), 21.30 h, nos Bombeiros • **Amadora,** 21.30 h, no cinema Portugal, com **Domingos Abrantes,** da Comissão Política do CC • **Vala do Carregado** (Vila Franca de Xira), 21 h • **Cadaval,** 21.30 h, nos Bombeiros • **Lisboa,** 14.30 h, no Hospital Curry Cabral, com Jorge Lemos • **Lisboa** (Poço do Bispo), 18 h, com Manuel Pedro, do CC • **Lisboa,** 17.30 h, na Estação de Santa Apolónia • **Lisboa,** 17.30 h, na Estação do Rossio (parte inferior) • **Lisboa,** 17.30 h, Estação do Cais do Sodré • **Lisboa,** 12.30 h, na Direcção Geral dos Desportos, almoço-convívio.

DORS: Alcochete, 21.30 h, Casa do Povo • **Cruzamento de Pegões,** 21.30 h, escola primária • **Faias** (instalações sociais), 21.30 h, • **Jardia,** 21.30 h, Café Miranda • **Alto Estanqueiro,** 21.30 h, Clube Águias Negras • durante a tarde, **Álvaro Cunhal** terá contactos com as populações nas seguintes localidades: • **Sines,** 17.30 h, (Largo dos Correios) • **Santiago do Cacém,** 18.30 h, (Largo da Casa do Povo) • **Grândola,** 19.15 h, (Praça D. Jorge) • **Alcácer do Sal,** às 20 h, **Álvaro Cunhal,** encontrar-se-á com a população, junto ao Centro de Trabalho do PCP • **Setúbal,** 21.30 h, comício com **Álvaro Cunhal,** no Largo de Jesus.

DORA: Estremoz, 20 h, canto livre • **Mora,** 21 h, canto livre • **Lavre,** 21 h, canto livre • **Viana,** 21 h, canto livre • **Vila Viçosa,** 21 h, canto livre • **Portel,** 21 h, canto livre • **Évora,** 21 h, canto livre • **Odemira,** 20.30 h, no cinema, com Ruben de Carvalho, do CC • **Almodôvar,** 20 h • **Boa Vista,** 20 h, na Casa do Povo • **S. Matias,** 20 h, na Casa do Povo • **Olhas,** 19.30 h, na Casa do Povo • **Mértola,** 20 h, no teatro • **Atalaião,** 21 h, St.º António das Areias, 20 h • **Portalegre,** 20 h, • **Cano,** 20 h, na Casa do Povo • **Elvas, 20 h, no Centro Recreativo, com Aurélio Santos, do CC.**

DORAL: Silves, 13 h, visita a fábrica com **José Vitoriano,** da Comissão Política do CC • **Silves,** 18 h, visita às fábricas com **José Vitoriano** • **Silves** , 21.30 h, nos Bombeiros, comício com **José Vitoriano** • **Palheiros** (Portimão), 21.30 h, no armazém • **Porto de Lagos** (Portimão), 21.30 h, escola • **Pera,** 21.30 h, na Sociedade Recreativa, com Carlos Luís Figueira do CC • **Messines,** 20.30 h, no cinema, com Margarida Tengarrinha, do CC • **Quarteira,** 21 h, escola primária • **Portimão,** 21.30 h, baile • **Monchique,** festa no Centro de Trabalho do PCP.

DORM: ● **Amares,** às 21 e 30, no Salão da Junta. ● **Esposende,** às 21 e 30, na Cantina Escolar. ● **Regadas,** às 21 horas, na Escola Primária. ● **S. Clemente** (Fafe), às 21 horas, na Escola Primária. ● **Passos** (Fafe), às 21 horas, na Escola Primária. ● **Revelhe** (Fafe), às 21 horas, na Escola Primária. ● **Figueiredo** (Braga), às 21 horas, na Escola Primária. ● **Balazar,** às 20 horas, sessão. ● **Serzedelo** (Guimarães), às 21 e 30, sessão. ● **Vila de Fafe,** às 21 horas, Festa no salão dos Bombeiros. ● **Covas** (Terra do Bouro), às 21 horas, no Ciclo Preparatório. ● **Gerez** (Terras do Bouro), às 21 horas no Hotel Ribeiro. ● **Vila Verde,** às 21 horas, festa, na Cantina das Escolas.

DORAM: Santa Cruz: 17 h, Casa do Povo • **Câmara de Lobos,** 20 h, no Largo da Lota • **Funchal,** 19 h, comício no Teatro Municipal.

DORAA: Achada (Nordeste), **S. Miguel** • **S. Bento** (Angra), **Terceira** • **S. João** (Lajes), **Pico** • **Terra do Pão** (Lajes), **Pico.**

POVO UNIDO

ÁLVARO CUNHAL
NO DISTRITO DE SETÚBAL

Dia 30 de Novembro
6.ª-feira

SINES
17.30/18 horas ■ Paragem no Largo dos Correios

SANTIAGO DO CACÉM
18.30/18.45 horas ■ Paragem no Largo da Casa do Povo

GRÂNDOLA
19.15/19.30 horas ■ Paragem na Praça de D. Jorge

ALCÁCER DO SAL
20.00/20.15 ■ Paragem em frente ao Centro de Trabalho do PCP

SETÚBAL
21.30 horas ■ Comício no Largo de Jesus

Reuniões importantes

● **Sertã, Proença-a-Nova, Oleiros e Vila de Rei**

No próximo sábado, a partir das 15 horas, realiza-se no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, mais uma reunião com camaradas naturais daqueles concelhos, a viver na zona lisboeta.

● **Alentejo**

Hoje, às 21 horas, no mesmo CT, decorrerá uma reunião destinada aos camaradas alentejanos residentes na área da capital.

Quem tem o 62412?

O possuidor da rifa com o número 62412, relativa ao sorteio efectuado pela organização do Partido na Amadora, está de parabéns e se não tem carta de condução o melhor é tirá-la, pois saiu-lhe um Fiat-127.

Amanhã, às 21 horas
Campanha eleitoral da APU no Porto encerra com grande festa popular

O encerramento da campanha da APU para a eleição intercalar da Assembleia da República é assinalado amanhã no Porto com uma grande festa popular que, estamos certos, levará milhares de democratas à Praça General Humberto Delgado e à Avenida dos Aliados.

Do vasto e aliciante programa, que se inicia às 21 horas, é de salientar as actuações de Fernando Tordo e dos grupos «Resistência», «1.º de Maio», «Arco-Íris» e «Objectivo». Haverá ainda a participação de ranchos folclóricos, fanfarras e Zés Pereiras. Os espectáculos decorrerão em três palcos.

O camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do Partido e cabeça de lista da APU pelo círculo da capital nortenha, fará uma intervenção política.

HOJE
Grande espectáculo
INTEGRADO NA CAMPANHA ELEITORAL
da APU POVO UNIDO

A FUNÇÃO PÚBLICA COM PORTUGAL DE ABRIL

cantado, declamado, musicado e ainda

Intervenções

José Casanova
(C. Política do PCP)

Adalberto Ribeiro
(candidato)

Carlos Mendes
Carlos Paredes
Edmundo Silva
Fernando Alvim
Joaquim Pessoa
Trovante
Maria Dulce
Pedro Pinheiro
Víctor Carvalho
António Mileu

COLISEU DOS RECREIOS
29/11/79 (5ª feira) 21.30h
preço único 70$00

Bilhetes à venda no Coliseu e C. Trabalho do PCP

Campanha é o prenúncio da vitória da democracia

– afirmou-se no comício da APU em Lisboa

Um comício da Aliança Povo Unido, realizado na noite da passada sexta-feira no Pavilhão dos Desportos, levou àquele recinto milhares de pessoas e possibilitou a oportunidade de dirigentes dos dois partidos que constituem a APU – o PCP e o MDP/CDE – analisarem a forma como tem decorrido a campanha eleitoral.

Presidiu ao comício António Galhordas, vice-presidente do MDP/CDE que, a abrir a sessão, sublinhou que a movimentação popular a que por todo o lado se assiste **é a confirmação da dinâmica unitária, é o prenúncio da vitória das forças democráticas.**

Na mesma mesa tomaram lugar Carlos Brito, da Comissão Política do CC do PCP, e José Tengarrinha, presidente do MDP/CDE, além dos candidatos da APU por Lisboa, Silveira Ramos, Gonçalves André, Paulo Bastos, Artur Rodrigues, Fernanda Gomes e Marília Cabral. Os milhares de presentes saudaram ainda, particularmente, dois grandes vultos da vida cultural portuguesa, ambos candidatos da APU, José Gomes Ferreira e Fernando Lopes Graça.

Na sua intervenção, Carlos Brito, depois de analisar o decorrer da campanha eleitoral, tirou, a uma semana do seu termo, quatro grandes conclusões.

A primeira **é a confirmação** – pelo programa, discurso, métodos e estilo – **do carácter profundamente reaccionário e fascizante da aliança do PPD, CDS, fidalgotes do PPM e outros apêndices**; a segunda é a permanência da ambiguidade por parte do PS – **o PS encarrega-se de demonstrar com a sua própria campanha que não é uma alternativa à direita, que o voto no PS é um voto no desconhecido, não é o voto útil dos democratas, dos trabalhadores, dos patriotas** – salientou o dirigente comunista; a terceira, é a confirmação, uma vez mais, de que **o voto no esquerdismo revela-se como um voto desperdiçado, perdido, como um voto que faz o jogo da direita**; e, finalmente, a quarta confirmação é a de que a candidatura da APU se confirma como **uma grande dinâmica unitária que reúne, congrega e mobiliza amplos sectores de democratas verdadeiramente empenhados em promover uma viragem democrática da política nacional.**

Na sua intervenção, Carlos Brito salientou ainda que se **multiplicam os sinais inequívocos de que a APU vai atingir o seu objectivo fundamental, isto é, aumentar o número de deputados do PCP na Assembleia da República e eleger deputados do MDP/CDE.**

Por sua vez, na sua intervenção, José Tengarrinha acentuou que, nas eleições de 2 de Dezembro, **nascerá uma nova geografia política em Portugal: a esquerda estender-se-á a todo o país.** O presidente do MDP/CDE analisou detalhadamente o comportamento do Partido Socialista, tendo salientado a dado passo: **Não obtendo a maioria absoluta, os partidos que compõem a aliança dita democrática só poderiam formar um governo com maioria parlamentar apoiado no PS.**

E José Tengarrinha prosseguiu: **Sendo este um problema de fundamental importância é estranho que sobre ele a direcção do PS ainda não tenha emitido uma posição clara, sem qualsquer equívocos nem ambiguidades, perante o eleitorado.**

Ao contrário, lembrou o presidente do MDP/CDE, **o que conhecemos são posições dos seus dirigentes que não sabemos até que ponto reflectem uma decisão da direcção do PS, pois são enunciadas a título individual, nem sempre coincidentes e até por vezes contraditórias.**

A este respeito, José Tengarrinha recordou o facto de Mário Soares ter dito, em 17 de Novembro em Aveiro, que o seu partido não fará obstrução a um governo da aliança PPD/CDS/PPM caso esta vença, enquanto que o dirigente nacional do PS, Tito de Morais, menos de uma semana depois, no distrito de Viana do Castelo, anunciou que o PS não deixará passar na Assembleia da República um governo da denominada aliança democrática.

A este respeito, José Tengarrinha interrogou-se: **Qual delas, afinal, é a posição responsável do PS? Ou será que, pela boca dos seus dirigentes, mantém todas as posições possíveis para que, depois, já passadas as eleições, possa fazer as alianças que lhe interessa com a direita?**

Tu, Liberdade! encheste o Coliseu de Povo Unido

A Liberdade, pela qual os comunistas e outros democratas incansavelmente se têm batido foi, na noite do passado domingo, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, música, poesia, bailado, imagem.

«Tu, Liberdade», assim se chamou o grande espectáculo promovido pela Direcção do Sector Intelectual da ORL do PCP. A Liberdade tratada por tu por dezenas de artistas e intelectuais dos mais prestigiados da vida cultural portuguesa; a Liberdade tratada por tu pelos milhares de pessoas que conseguiram entrar no recinto, pois a lotação esgotou-se muito antes do espectáculo se iniciar e muitos foram aqueles que permaneceram na rua, à espera de uma oportunidade de entrar no interior daquela casa de espectáculos.

Durante quatro horas e meia, a palavra e a música de homens que sempre cantaram a liberdade, a voz e o corpo daqueles que sempre se empenharam em transmiti-la encheram o espaço do Coliseu e subiram para além da cúpula.

Foram lidos os poemas de José Gomes Ferreira, Ernesto Melo e Castro, Maria Velho da Costa Papiniano Carlos, Casimiro de Brito, Agostinho Neto, Orlando da Costa, Ary dos Santos, Manuel da Fonseca, Eugénio de Andrade, Ruy Belo, Armindo Rodrigues, Wanda Ramos, José Saramago, Carlos de Oliveira, José Ferreira Monte, José Maria Amado, Alejandro Carriado Gabino – uma verdadeira antologia poética da vida, como só os intelectuais comunistas, os intelectuais democratas sabem organizar.

Um verdadeiro espectáculo construído a partir dessas palavras, ditas por António Anjos, Dalila Rocha, Eunice Muñoz, Fernanda Alves, Fernanda Lapa, Henriqueta Maya, José Carlos Gonzalez, José Viana, Mário Pereira, Mario Viegas, Rogério Paulo e Rui Pedro.

Uma audição musical inesquecível, com obras de Brahms, Haydn, Horst Hornung, Telmann e Fernando Lopes Graça. Obras executadas pela viola de Ana Bela Chaves, pelo piano de Olga Prats, pela guitarra de José Lopes e Silva, pelas vozes de Maria João Serrão e Celeste Amorim, pelo Coro da Academia dos Amadores de Música.

Cantando a Liberdade, todos estes artistas cantaram o povo português. E os que conseguiram entrar no Coliseu dos Recreios, cantando a liberdade, homenagearam todos os artistas, e de maneira particular, José Gomes Ferreira e Fernando Lopes Graça.

Outras iniciativas

Nas tardes dos passados sábado e domingo, funcionaram em simultâneo dois palcos, um no Parque Eduardo VII e outro perto da Torre de Belém.

Por eles passaram as canções de Barata Moura, de Teresa Paula Brito, António Martins, Carlos Alberto Moniz e Maria do Amparo, o Fado de Abril e poemas ditos por Armando Caldas, além de vários ranchos folclóricos.

Uma iniciativa a testemunhar que as canções, a alegria também são um contributo para a vitória democrática.

Significativo aspecto do comício realizado no domingo passado em Coruche, com a participação dos candidatos da APU e a presença do camarada Dias Lourenço – uma das centenas de iniciativas que, por esse país, comprovaram o crescente apoio popular à viragem democrática proposta pela APU

Centenas de desportistas apoiam Declaração da APU

Não é com objectivos de propaganda eleitoralista e oportunismo que a APU tem integrado na sua ampla actividade a nível nacional o problema do desporto e da cultura física no Portugal de Abril.

Encarando este importante fenómeno social (que tem ligações com todos os sectores da vida e da actividade) na perspectiva democrática, humanizadora e progressista, os comunistas e muitas outras personalidades afectas ao desporto e à cultura física vêm dando alguns passos concretos para a promoção de um amplo e significativo movimento de consciencialização e de acção em torno do problema desportivo no nosso país.

Reflexo desse real empenhamento é, na actual fase, a inclusão de vários candidatos ligados ao desporto nas listas APU para a eleição intercalar da Assembleia da República, entre os quais se encontram o jornalista de «A Bola» **Carlos Pinhão** (Círculo Fora da Europa), **Carlos Alberto Jerónimo,** presidente da direcção do clube «Galitos», de Aveiro; **Jorge Miguez Araújo,** treinador de basquetebol do Futebol Clube do Porto e professor de Educação Física; **Hélder Matos,** professor de E. Física, candidato por Lisboa, figura bem conhecida dos telespectadores (quem não se lembra do seu programa televisivo de ginástica infantil?); e **José Inácio Calapez da Costa,** membro da direcção do Sporting Clube Farense e da Comissão Distrital de Árbitros de Futebol.

De sublinhar igualmente a participação de largas dezenas de desportistas nas listas APU para as eleições autárquicas.

Depois de Abril, várias etapas assinalaram o trabalho dos comunistas e de outros democratas no plano desportivo. Durante a sua presença nos Governos Provisórios, o desporto e a cultura física conheceram uma vida diferente, para a qual contribuiram importantes medidas como a criação de condições necessárias para o lançamento de uma política desportiva visando satisfazer os direitos básicos das populações, não só democratizando o acesso à prática desportiva, como, em particular, procurando dar à luta pelo **Desporto, Direito do Povo** uma participação na luta mais geral pela democratização da sociedade. Foi esta a orientação assumida pelo aparelho do Estado no sector do desporto, onde tiveram então lugar, em diversos níveis de responsabilidade, vários comunistas e outros democratas.

O seu trabalho, cujos resultados ainda hoje são visíveis e produzem os seus efeitos em certos aspectos, proporcionou, nomeadamente, a criação de condições de acesso à prática do desporto ao maior número possível de cidadãos, fazendo incidir o esforço fundamental nas idades de escolarização obrigatória e nas classes sociais e áreas geográficas mais desfavorecidas. Por outro lado, foi estimulada a participação e iniciativa voluntária de indivíduos, organismos e populações a diversos níveis e sob diferentes formas, tendo em vista o significado dessa participação não só na progressiva generalização da prática desportiva, como na própria democratização das estruturas desportivas.

A partir do VI Governo Provisório dá-se a viragem negativa no sector desportivo, acompanhada da política de recuperação capitalista iniciada pelo PS sozinho.

Os comunistas não voltaram ao aparelho governamental. Mas o seu interesse em aprofundar e discutir os grandes problemas nacionais e o seu profundo empenhamento nas diversas manifestações populares em luta pelo **Desporto, Direito do Povo,** continuaram a afirmar-se cada vez mais, sendo de destacar a realização, em Março deste ano, do **Encontro Nacional das Organizações do PCP sobre Cultura Física e Desporto,** iniciativa inédita em Portugal, que reuniu mais de meio milhar de delegados oriundos de todo o país.

Já no princípio deste mês, num **Encontro de Desportistas de Apoio à APU — Para a Vitória Democrática,** realizado em Lisboa com a participação de Octávio Pato, foi divulgada uma Declaração em que se reafirmam as propostas concretas do PCP para o desporto e a cultura física. Aquele documento aponta os objectivos de luta imediatos e possíveis de concretizar no plano do **associativismo desportivo, autarquias, sistema educativo e juventude, formação de quadros, mulheres, reformados, idosos e deficientes, emigração, alta competição e profissionalismo desportivo.**

Salientando que «cabe aos desportistas um importante papel na luta por um **Desporto, Direito do Povo»,** diz a Declaração que «é necessário que todos os que de algum modo se encontram ligados a este sector de actividade (atletas, técnicos, dirigentes, activistas desportivos, professores de educação física, etc.) e lutam por um desporto novo no novo Portugal democrático, unam os seus esforços numa acção capaz de vencer a grande batalha política que se aproxima». Nesse sentido, «apoiando a APU, votando APU, estamos a contribuir para a grande vitória das forças democráticas e para que se torne realidade uma política desportiva que se traduza num desporto de todos, edificado com a participação livre e criadora de todos, tal como consagra a Constituição — um **Desporto, Direito do Povo»** — conclui o documento.

A Declaração continua, entretanto, a receber o apoio de muitos democratas ligados à cultura física e ao desporto, graças a uma ampla divulgação em todo o país.

Entre as centenas de personalidades que com a sua assinatura já apoiaram o documento da APU contam-se, por exemplo, **Abrantes Mendes,** dirigente desportivo; **Albano,** antigo jogador do Sporting e internacional de futebol; **Alves Barbosa,** grande figura do ciclismo; **Américo Ferreira,** vice-presidente da Federação Portuguesa de Atletismo; **António Fonseca e Silva,** antigo atleta internacional e recordista nacional; **António Paula Brito,** professor de Educação Física e docente do ISEF; **Armando Aldegalega,** atleta internacional; **Baptista Pereira,** antigo internacional de natação; **Celorico Moreira,** presidente da Federação Portuguesa de Halterofilia; **Coutinho Lopes,** dirigente do grupo desportivo dos CTT; **Fernanda Gomes,** professora de Educação Física e jogadora internacional de andebol; **Fernanda Seabra,** jogadora internacional de basquetebol; **Fernando Silva,** mestre internacional e ex-campeão nacional de xadrez; **Fernando Valadas,** professor do ISEF e treinador de judo; **Francisco Ferreira Alves,** antigo atleta olímpico, dirigente desportivo; **José Branco,** professor de Educação Física, docente do ISEF e antigo campeão nacional de judo; **José Freitas,** treinador de natação; **Manuel Campos,** treinador de basquetebol e presidente da Associação Nacional dos Treinadores daquela modalidade; **Manuel Sérgio,** escritor e dirigente desportivo; **Manuela Abreu,** antiga campeã nacional e praticante internacional de ginástica desportiva; **Manuela Miranda,** jogadora internacional de andebol; **Patrício Álvares,** jornalista desportivo; **Raul Vilar,** dirigente da Federação das Colectividades de Cultura e Recreio; **Rui Guedes,** dirigente desportivo; **Vasconcelos Raposo,** professor no ISEF, treinador de natação; **Vítor Godinho,** jogador de futebol (antigo titular do Belenenses) e actual treinador do S.G. Sacavenense; **Ida Sá e Silva Pereira,** treinadora da selecção nacional de ginástica rítmica desportiva; **Isabel Rocha,** campeã nacional e jogadora internacional de badmington; e **Jorge Vicente,** jogador internacional de hóquei em patins.

Barreiro, Grândola, Alcácer Comporta, Baixa da Banheira: com a APU para a vitória democrática

A campanha eleitoral do PCP e da APU no distrito de Setúbal, pela ampla movimentação de massas, tem vindo a comprovar que o povo deste distrito está com o Portugal de Abril e que, para o defender e para garantir a vitória democrática, vai, no próximo domingo, votar em massa na Aliança Povo Unido.

Nos últimos dias realizaram-se comícios no Barreiro e em Grândola, e sessões de esclarecimento na Baixa da Banheira, em Alcácer do Sal e na Comporta.

O comício da APU realizado no passado domingo no **Barreiro** – e que foi um dos mais grandiosos desde sempre realizados naquela localidade, uma vez que congregou uma multidão avaliada em cerca de 20 mil pessoas – foi antecedido de um desfile de carros alegóricos, bandas e grupos de dança pelas principais ruas da cidade. O comício realizou-se na praça junto do hospital, tendo usado da palavra Blasco Hugo Fernandes, em representação do MDP/CDE, e o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC do PCP e cabeça de lista da APU no distrito de Setúbal.

Jaime Serra presidiu, igualmente, ao comício realizado em **Grândola** na passada sexta-feira. O local escolhido – o salão dos Bombeiros – revelou-se manifestamente pequeno para conter todos os que pretendiam assistir à sessão, e por isso muitos ficaram à porta, o que não os impediu de participarem na sessão.

O mesmo, aliás, se veio a verificar na sessão realizada na tarde de sábado em **Alcácer do Sal**, no Salão da Associação de Trabalhadores, tendo também aqui muita gente ficado na rua, de onde ouviu a intervenção do camarada Jaime Serra.

No domingo à noite, mais de 600 pessoas esgotaram completamente a lotação do "Clube Chinquilhense", na **Baixa da Banheira**, onde Jaime Serra respondeu a numerosas perguntas que lhe foram colocadas pela assistência, depois de o dirigente comunista ter proferiso uma intervenção de abertura. Antes, tinha-se realizado uma animada sessão de canto livre.

Também no Salão de Festas da **Comporta** muitos trabalhadores locais acorreram à sessão de esclarecimento que a APU ali efectuou na noite do passado sábado.

As mulheres votam na democracia

Centenas de mulheres do distrito de Lisboa subscrevem um abaixo-assinado, que continua a circular, de apoio à APU. Entre os nomes que já aderiram à iniciativa, contam-se os de:

Maria Lamas, escritora; Alda Rodrigues, actriz; Ana Leão, fotógrafa; Ana Bela Chaves, música; Beatriz Falcão, operária reformada; Dulce Rebelo, professora; Eunice Muñoz, actriz; Eugénia Moura, assistente social; Fátima Vaz, pintora; Fernanda Mestrinho, jornalista; Fernanda Montemor, actriz; Francine Benoit, crítica de música; Helena Lapa, pintora; Ida Sá e Silva, treinadora da selecção nacional de ginástica rítmica; Idália Martins, operária da Plessey; Io Apolloni, actriz; Ivone Silva, actriz; Idália Correia, médica; Leonor Santa Rita, bibliotecária; Laura Lopes, advogada; Luísa Amorim, dirigente do MDM; Luísa Irene Dias Amado, professora; Luísa Neto Jorge, escritora; Luzia Maria Martins, encenadora; Marieta da Silveira, professora universitária; Maria Emília Galhordas, professora; Maria Eufémia, locutora; Maria da Graça Barahona Fernandes, psicóloga; Maria Helena Bastos, professora universitária; Maria Keil, pintora; Maria de Lurdes Roma Leão, empregada de escritório; Maria Lúcia Namorado, escritora; Rosa Maria, dirigente sindical da Função Pública; Lurdes Bandeira e Cunha, educadora; Aldina Costa, pintora; Olga Prats, pianista; Maria Helena de Freitas, crítica de música; Maria José Estanco, arquitecta reformada; Maria João Serrão, cantora lírica; Wanda Ramos, escritora; Maria Eugénia Bettencourt, actriz; Maria Eugénia Varela Gomes, assistente social; Maria Gabriela Pulido Valente, doméstica; Vera Menezes Santos de Carvalho, assistente de bordo; Maria Odete Câmara, enfermeira.

Ao contrário do que certos políticos pretendem fazer crer, a verdade é que é cada vez maior o número das mulheres portuguesas que acrescentam a sua voz, a sua presença e a sua combatividade à enorme corrente democrática que uma vez mais se sentiu nas ruas, nas praças e em todos os locais de actividade do Portugal de Abril ao longo dos dias da campanha eleitoral para a Assembleia da República.

Por muito que isso custe a certos políticos, a realidade demonstra claramente que as mulheres portuguesas não se deixam ludibriar pelos cantos de sereia e pelas falsas promesss dos que com a sua política de recuperação capitalista têm vindo a dificultar a todos os níveis a vida das mulheres portuguesas.

Subiram os preços dos alimentos, dos transportes, dos serviços. É difícil aguentar com as despesas. E há quem tenha três, quatro, cinco filhos. E há as rendas que levam grande parte do salário. E há o desemprego, que atinge tão duramente tantas famílias. Melhor do que ninguém, as mulheres portuguesas sentem toda esta situação. Responsabilidades por tudo isto... Também se sabe a quem pertencem... É aos senhores da direita, que tudo prometem e quase tudo têm vindo a tentar roubar às famílias dos trabalhadores.

Vêm aí as eleições. Uma vez mais, as mulheres portuguesas vão dar o seu voto para a liberdade, o progresso e uma vida melhor. Na sequência de numerosas e significativas provas de luta participadas e, em certos casos, desencadeadas por mulheres — operárias do campo e da cidade, empregadas, donas de casa, estudantes — pode-se afirmar sem hesitações que o importante voto das mulheres será em Abril e na sociedade que a reacção não quer. Será na democracia e no desenvolvimento económico, social e cultural do nosso país, perspectiva apontada a todas as mulheres portuguesas pela **Aliança Povo Unido (APU),** cuja candidatura tem vindo a suscitar a realização de vários encontros unitários de apoio, como os que decorreram recentemente na **Moita** e em **Vila Franca de Xira.**

Este último, que reuniu muitas mulheres na Casa do Povo de Vila Franca, foi promovido pelas candidatas que integram as listas da APU naquele concelho do distrito de Lisboa, com a presença da camarada Rosa Rabiais, candidata à Assembleia da República pelo círculo da capital. Além de ter salientado a importância da mulher nos próximos actos eleitorais — Assembleia da República e autarquias —, o encontro fez um balanço sobre o trabalho e a participação das mulheres em diversas frentes de acção a nível concelhio, como por exemplo no movimento popular de massas, tendo a dada altura aprovado por unanimidade uma moção de apoio às listas Povo Unido. Foram também lidas algumas conclusões do encontro da APU realizado no passado dia 17 na Sociedade Euterpe Alhandrense (Alhandra).

Abaixo-assinado de apoio à APU subscrito por centenas de mulheres.

Carlos Brito visitou freguesias de Vila Franca

As freguesias da Póvoa, de Vialonga e de Alverca, do concelho de Vila Franca de Xira, foram visitadas na passada sexta-feira pelo camarada Carlos Brito, da Comissão Política do CC do PCP, em deslocação integrada na campanha eleitoral.

A visita a estas localidades do concelho de Vila Franca iniciou-se cerca das 10 e 30 na Póvoa, tendo o camarada Carlos Brito percorrido os locais do mercado fixo e do mercado de venda ambulante, onde conversou demoradamente com os vencedores e com o numeroso público presente.

Depois da visita ao mercado, o camarada Carlos Brito, que se encontrava acompanhado de Abílio Martins, do CC do PCP, visitou a nova creche jardim de infância da Póvoa – uma instalação moderna integrada na zona educacional, cujos equipamentos foram, todos eles, construídos já depois do 25 de Abril de 1974, em consequência da dinâmica e da boa gestão realizada pelas autarquias, de maioria APU.

Da Póvoa, o dirigente do PCP deslocou-se à freguesia de Alverca, onde visitou o Jardim de Infância do Bom Sucesso e as instalações fabris da Mague. Aqui, Carlos Brito contactou com a Comissão de Trabalhadores e delegados sindicais, e ainda com grande número de operários das oficinas, bem como com elevado número de trabalhadores dos sectores técnico e administrativo.

Após a deslocação à Mague, o presidente do Grupo Parlamentar do PCP na anterior Assembleia da República deslocou-se à freguesia da Vialonga. Recebido junto à sede da Comissão de Moradores do Cabo por mais de uma centena de pessoas, Carlos Brito dirigiu-se de seguida para a sede local dos reformados, onde se verificou idêntica recepção. Aqui, o dirigente comunista discutiu com os reformados as principais medidas que o PCP se compromete a tomar e a defender na próxima Assembleia da República para melhorar a situação dos reformados, pensionistas e idosos.

Na sua deslocação, o camarada Carlos Brito esteve nas instalações da Cooperativa de Consumo Unipovo, de Alverca – cooperativa resultante da iniciativa das Comissões de Moradores – e na Argibay (empresa de construções navais) onde participou numa sessão de esclarecimento com os trabalhadores e visitou o Centro de Trabalho do PCP do Bom Sucesso, na presença de várias centenas de habitantes daquela localidade.

À noite, após um jantar de convívio realizado em Arcena, o camarada Carlos Brito presidiu a uma sessão de esclarecimento realizada no Cine-Teatro de Alverca, que contou com a participação de mais de um milhar de pessoas, enchendo todo o espaço disponível. A sessão de esclarecimento que encerrou o programa da deslocação de Carlos Brito a várias freguesias do concelho de Vila Franca comprovou que o povo de Alverca, bem como o das restantes localidades do concelho, está com o PCP e vai votar na APU, para garantir a vitória democrática.

Votar contra a reacção – aconselha a USL

O Movimento Sindical Unitário, de forma coerente com o seu Programa aprovado em Congresso e com a actividade que desenvolve em defesa dos direitos, liberdades, garantias e interesses das classes trabalhadoras, continua a aconselhar uma votação em massa capaz de derrotar nas umas a coligação do grande patronato (CIP/CAP/CCP) representada pela Aliança Reaccionária.

A União dos Sindicatos de Lisboa (USL), à semelhança de muitas outras estruturas congéneres e de inúmeros Sindicatos e órgãos representativos dos trabalhadores em empresas e serviços, aconselha «uma votação massiva nos sectores de esquerda consequente que, no decorrer dos anos, têm defendido os interesses e direitos dos trabalhadores e do Povo português».

A USL reafirma a necessidade de desmistificar por completo «a colorida fraseologia dos mini-partidos divisionistas», a «inconsequência do seu radicalismo» e o «aventureirismo inconsciente» do esquerdismo em geral. Para «preservar as grandes conquistas alcançadas no decurso de penosas lutas», a USL apela à «mais ampla participação dos trabalhadores nas campanhas e actos eleitorais» que se avizinham.

«Qualquer voto na Aliança Reaccionária (dita Democrática) é um voto contra os trabalhadores, contra o 25 de Abril, contra a esperança de uma vida melhor», acrescenta o comunicado distribuído juntamente com um outro do Departamento de Mulheres da USL apelando ao voto no mesmo sentido e com fundamento nas mesmas razões.

Tudo sobre o IX congresso
Partido Comunista Português
À venda

CDL a distribuição
edições Avante!

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 301
25 de Outubro de 1979

Jornal
de parede

POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO

A CAMPANHA ELEITORAL CONFIRMOU:

votar AD é votar no fascismo

Como demonstraram os elogios ao salazarismo, as ameaças e os insultos ao 25 de Abril dos dirigentes do PPD, CDS, etc.; as agressões e provocações; o tom agressivo e nazi da sua propaganda e as fortunas que nela foram gastas; os escandalosos apoios e interferências estrangeiras; as corrupções e compadrios revelados.

votar PS é votar na incerteza

Como demonstraram as recusas claras dos dirigentes do PS em explicarem a sua política futura; os ataques que continuam a dirigir a outras forças democráticas; a afirmação, preto no branco, de que o PS poderá deixar passar na próxima Assembleia da República um governo PPD/CDS ou mesmo aliar-se a um destes para constituir governo.

votar nos esquerdistas é votar para nada

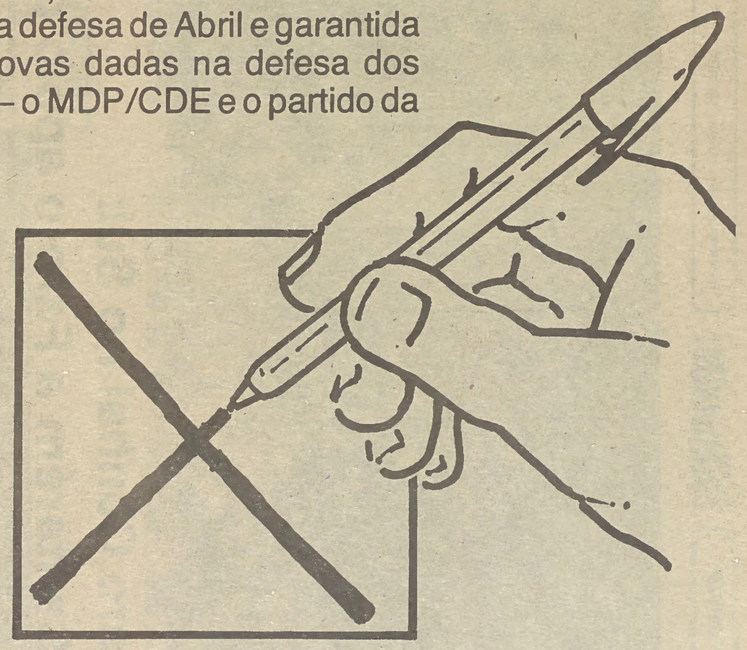
votar nos esquerdistas é votar para nada

Como demonstraram a incapacidade de mobilização dos grupos e grupinhos; o isolamento e o descrédito de que o povo português os rodeia; a sua insistência em alinharem com os argumentos da direita; os seus ataques às forças democráticas que podem efectivamente enfrentar a reacção; os seus esforços de dividirem os democratas.

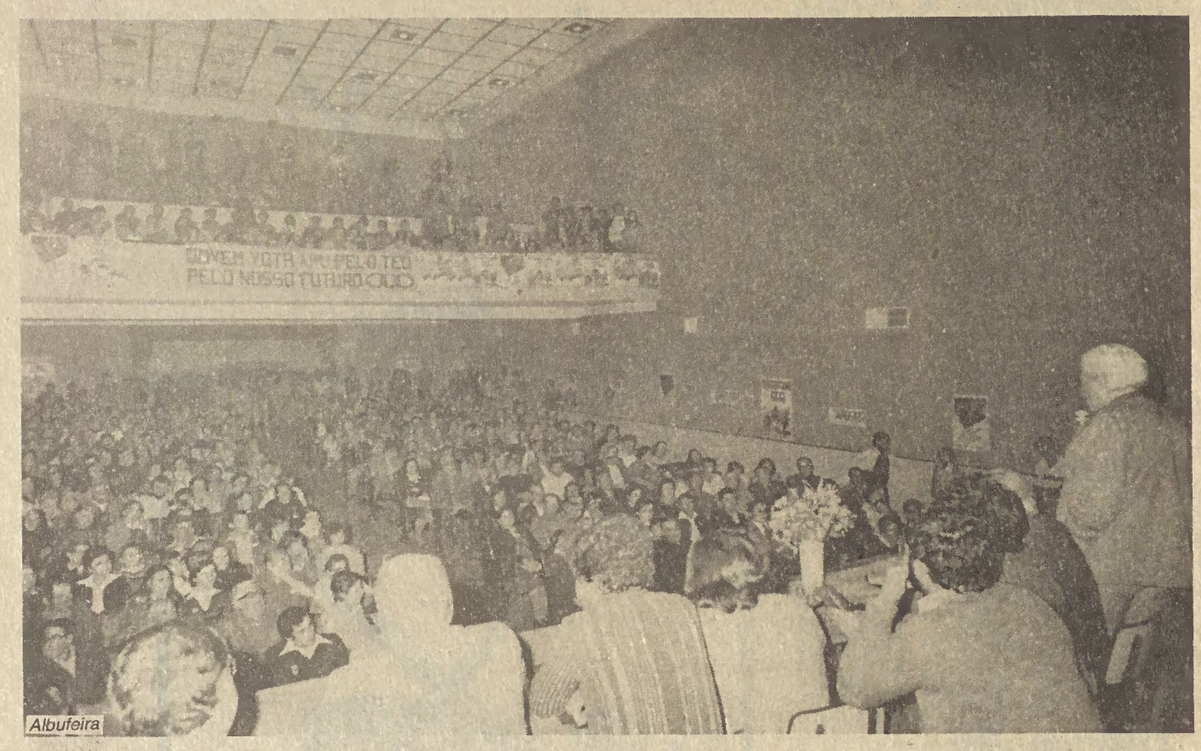
votar APU POVO UNIDO

é votar no 25 de Abril, na liberdade e na democracia

Como demonstraram o alargamento da influência da APU traduzida no aumento para mais do dobro das listas apresentadas, na presença e nessas listas unitárias de milhares de democratas sem partido, na fortíssima afluência popular às iniciativas da campanha da Povo Unido; na política proposta pela APU, baseada na defesa de Abril e garantida pela honestidade, pela experiência e pela prática dos partidos que a constituem com provas dadas na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo português, na defesa da liberdade e da democracia – o MDP/CDE e o partido da verdade, da esperança e do futuro, – o Partido Comunista Português.



APU POVO UNIDO



Albufeira

Santarém

Álvaro Cunhal no Sul: de Santarém a Faro o apoio popular às propostas da APU

Ao princípio da tarde de sexta-feira parecia feriado em Vale Cavalos, no distrito de Santarém. As crianças brincavam no parque da escola e os adultos espalhavam-se por ali, conversando e espreitando atentamente o caminho da estrada. Um ruído de carros, um grito de alerta — «já lá vem» — e centenas de pessoas que avançam numa saudação: «PCP, PCP».

Risos de alegria, beijos e abraços, uma emoção mal contida em muitos olhos, uma ponta de orgulho na voz daquele camarada que falou «da força de vontade de todos que conseguiu trazer o camarada Álvaro a Vale Cavalos quando a sua presença é desejada em tantos lugares do País».

Depois foi o diálogo, o levantar de problemas, a denúncia das ilegalidades e arbitrariedades cometidas contra os trabalhadores. As terras expropriadas que continuam na posse dos agrários; as cheias; a importação de 600 000 hectolitros de vinho quando há tanta produção nacional, «para enforcar os pequenos», como diria uma trabalhadora; e tantas outras coisas que não se esgotariam num dia inteiro de conversa.

Era a primeira visita de um longo fim-de-semana que só terminaria domingo, em Faro, quase de madrugada. E que não poderia ter começado melhor, naquele ambiente de festa de Vale Cavalos, onde os trabalhadores largaram o campo **(damos as horas depois,** disseram-nos) para vir receber o secretário-geral do PCP.

Mas o tempo passa depressa e às 17 horas do mesmo dia outros trabalhadores esperavam por Álvaro Cunhal em Benfica do Ribatejo. Eram horas de partir. «Não sem ir a minha casa tomar qualquer coisa, camarada Álvaro» — assim mesmo, como quem trata um amigo de longa data. E lá foi, seguido por toda a gente, dizendo e recebendo palavras de confiança:

«Vá descansado, que aqui desta vez havemos de ganhar. Vamos dar o grande salto.»

Uma visita tão pequena, tem de cá voltar...

A noite chegou quase sem se dar por isso, e com ela o frio. Mas no antigo lagar da Cooperativa Agro-Pecuária da Quinta de Santa Marta, em Benfica do Ribatejo, os trabalhadores pareciam não dar por nada.

As mulheres, muitas, estavam bem na frente, com os fatos de trabalho e as mãos ainda com terra. «Largamos às cinco, sabe, e agora andamos a 'descavar'; já viu, uma pessoa de sessenta anos como eu...» Calou-se de repente, chegou-se mais para a frente e saudou com os companheiros o PCP.

Problemas para debater também não faltavam, e alguns até bem fáceis de resolver, assim houvesse vontade política para tal. Seareiros sem terra e terras abandonadas; falta de produtos no mercado e produtos por escoar no produtor; trabalhadores que só querem trabalhar em paz ameaçados de expropriação...

Uma atenção concentrada nas explicações, uma confiança grande de que «as coisas melhorarão». A certeza de que o voto seguro e certo é na APU para os que querem defender a democracia.

Muito mais haveria que dizer, mas em Salvaterra o cinema abarrotava já de gente que aguardava Álvaro Cunhal; era preciso prosseguir. «Até sempre, tem de cá voltar...»

As mulheres, tantas que chamava a atenção, assim como os jovens, foram as primeiras a pôr-se de pé e o cinema de Salvaterra pareceu vir a baixo com a estrondosa ovação que saudou o secretário-geral do PCP. Respirava-se entusiasmo e confiança, e também uma vontade grande de fazer perguntas, de ficar esclarecido para melhor esclarecer.

As questões levantadas pela assistência foram muitas e variadas, num testemunho claro de que muitos dos que ali estavam não eram só comunistas, nem do MDP/CDE, nem sequer activistas da APU.

Perguntou-se, por exemplo, porque insiste o PCP na aliança com os socialistas; o que seria do PCP com um governo de direita; qual a posição do Partido face aos esquerdistas; o que se pensa da entrada na CEE.

O diálogo foi vivo. E quando Álvaro Cunhal afirmou que nunca será pela mão dos comunistas que o PS cairá nas mãos da direita, que o PCP está sempre pronto a dar a mão ao PS e sobretudo aos socialistas e a todos os democratas que querem resolver os problemas concretos, as palmas que coroaram o apelo à unidade não podiam ser mais fortes.

Quanto ao hipotético governo de direita e à afirmação de Sá Carneiro de que sendo primeiro-ministro não receberia os comunistas, o dirigente do PCP fez notar que a questão que se põe não é essa, mas sim a de evitar que tal suceda, para o que há forças bastantes.

Como então disse, **o caminho é complicado, tem montanhas difíceis, há que dar a curva para as ultrapassar, por vezes é preciso mesmo cavar o túnel para atravessar a montanha. Mas temos uma causa justa que ganha cada vez mais gente de todos os sectores da população. Com este entusiasmo, com esta gente, podemos confiar que vamos travar a batalha e ganhá-la.**

«Até que enfim fala uma mulher!»

A Casa do Campino, em Santarém, onde dias antes o PS reunira umas escassas trezentas pessoas, estava à cunha. O Canto Livre que antecedeu a sessão foi animado e o ambiente era de festa. E as gargalhadas não se fizeram esperar quando um dos oradores, referindo-se à visita de Mário Soares, contou que então se tinha dito **que as grandes sessões e comícios tinham acabado e que só o PCP ainda o conseguia porque pagava as passagens. Palavras para quê?** — comentou — **são artistas socialistas, já se vê.**

A presença de jovens e mulheres era elevada. No entanto, entre os muitos que colocaram questões, nem uma única mulher pedira a palavra.

Eis senão quando, com ar resoluto de quem tem uma tarefa a cumprir, uma das presentes se decide, comentando como que para si própria — «até que enfim chega aqui uma mulher!»

A mensagem que trazia era importante e dirigia-se tanto às mulheres como aos homens (sobretudo aos que deixam a democracia à porta de casa). Falava desta luta que é de todos, homens e mulheres, e da necessidade de todos participarem nela. Apelava à determinação, à capacidade, à mobilização de todas as mulheres na luta por um futuro melhor.

Um Alentejo ainda mais vermelho

Sábado foi dia de visita ao Alentejo, um Alentejo se possível ainda mais vermelho, mais entusiasta, mais determinado, mais certo de esmagar nas umas a política de direita dos vendedores de promessas, dos reaccionários que perseguem quem apenas deseja trabalhar em paz sem exploração.

Já se sabia que o cinema de Vendas Novas não ia chegar, como não chegou o Teatro Curvo Semedo de Montemor para conter quantos queriam saudar e ouvir Álvaro Cunhal.

Nem foi preciso perguntar como ia a campanha. Nos rostos queimados pelo sol e pelo frio agreste, no sorriso das bocas, na firmeza do olhar, uma mensagem se transmitia — **Isto vai bem!**

E por todo o lado a mesma preocupação — como vai a campanha no norte, o que pensam os camaradas e amigos quanto aos resultados?

Irmanados no mesmo ideal, talvez mais fortes pelas provações, firmes mas serenos na sua heróica luta em defesa da Reforma Agrária, os trabalhadores alentejanos sabem que não estão sozinhos. E às notícias «da maré cheia» de apoio à APU no Porto como em Vila Real, em Aveiro como em Braga, a confiança crescia, a certeza da derrota da direita era ainda mais forte.

As denúncias das provocações da Aliança Reaccionária foram uma constante — «as almas do outro mundo do PPM, as reluzentes caravanas e 'Mercedes' da Aliança Reaccionária, as damas bem vestidas e os senhores bem tratados vêm para o Alentejo provocar os trabalhadores, insultar as mulheres, destruir a propaganda da APU. Os trabalhadores respondem com serenidade, dar-lhes-ão a resposta nas urnas».

Vendinha, uma paragem obrigatória

No caminho para Reguengos de Monsaráz Álvaro Cunhal foi «obrigado» a uma paragem que não estava no programa. A população da Vendinha decidiu que ele «não havia de escapar» e sem mais aquelas postou-se na estrada, à entrada da povoação.

«Queríamos vê-lo, cumprimentá-lo; tem de dizer qualquer coisa...» E lá foram todos, garantindo a vitória da APU, afirmando o seu desejo de uma vida nova, a sua vontade de defender a Reforma Agrária.

Mário Soares também já por lá passara e, segundo a informação dada alto e bom som por uma trabalhadora, «só veio dizer aldrabices». Pelos vistos todos estavam de acordo, havendo mesmo quem garantisse que ali a APU iria recolher 90% dos votos.

E isso não é demais? Vejam lá... À observação de Álvaro Cunhal uma única resposta se fez ouvir: «Queremos a Reforma Agrária!»

«A luta continua» — foi a mais bela palavra de despedida

De Reguengos a Évora um mar de gente

A recepção em Reguengos de Monsaraz excedeu as expectativas, tornando manifestamente minúsculo o grande salão da Colectividade Artística local. Todos queriam entrar e muitos foram os que ficaram pela escada do pátio, resistindo ao frio intenso do princípio da noite, para poder ouvir o secretário-geral do PCP.

As perguntas e até as histórias vividas não faltaram.

Como a daquele trabalhador que contou ter ouvido falar pela primeira vez dos comunistas em 1936: **Um dia a patroa disse-me que isto estava mal, que os comunistas estavam a avançar. Aí eu disse «Viva o Cunhal.»**

— Sabe o que está a dizer?, perguntou-me ela.

— Sei, sim senhora. O que é mau para si é bom para mim.

— Mas então você é comunista?

— Eu cá estou mas é farto de passar fome!

Pegando na história, Álvaro Cunhal falou da acção dos comunistas, deixando bem claro que trabalham para servir o povo e os seus interesses. E revelou, a propósito dos vencimentos dos deputados, que os eleitos pelo PCP não ganham os trinta e cinco contos que lhes são pagos pelo Estado mas apenas o mesmo que recebiam nos seus empregos, revertendo a diferença a favor do Partido.

Em Évora, à noite, a sessão no Teatro Garcia de Resende culminou um dia de festa. Carros alegóricos haviam desfilado pela cidade, distribuindo propaganda, falando com a população, apelando ao voto na APU.

A iniciativa foi um sucesso, com carros representando os diversos sectores de actividade. Mas há quem garanta que a iniciativa mais aplaudida foi a dos bancários, com o seu «seguro contra a reacção». É claro que a melhor apólice está no voto da APU.

As pessoas eram muitas e, claro, sobraram pelos corredores do Teatro, pelo átrio, por todos os cantos onde se podia ouvir os esclarecimentos de Álvaro Cunhal.

A possibilidade da utilização da base das Lajes pelos Estados Unidos em acções repressivas contra outros países; a situação das empresas intervencionadas; a situação dos reformados e da juventude; a política de unidade com os socialistas e problemas relacionados com a Reforma Agrária, foram os principais temas das perguntas feitas.

E ainda uma constante — a certeza de aumentar a votação no distrito. «Trabalhamos para ter mais de 50% dos votos, afirmou-se. Se todos, nestes últimos dias, fizermos um pouco mais, estamos certos que essa meta será alcançada.»

A maré cheia de apoio à APU chega também ao Algarve

Para os que esperavam dos algarvios uma recepção menos calorosa à APU o domingo foi um desfazer de ilusões. Num dia particularmente activo para as principais forças políticas — por lá andaram o PS, a Aliança Reaccionária, com muitos carros e muito barulho — o secretário-geral do PCP foi recebido com o maior entusiasmo.

Em Lagos, uma hora antes da chegada de Álvaro Cunhal, o largo da Câmara tinha já mais do dobro das pessoas que ali tinham recebido Mário Soares naquela manhã.

Quanto à Aliança Reaccionária, que andou por Faro e Portimão, é difícil fazer contas pois os respectivos líderes resolveram jogar pelo seguro e fazer-se acompanhar de folgada assistência. Os mais de duzentos carros (não é exagero, houve quem se desse ao trabalho de contar) que compunham a caravana de comício a comício garantiam pelo menos cerca de um milhar de apoiantes. Mesmo que ao local da sessão não acorressem mais que umas dezenas de pessoas, o êxito estava feito.

E, entretanto, foram caluniando e insultando o PCP, falando do símbolo da APU chamando-lhe «algemas para o povo», como se o povo do Algarve não soubesse por quem durante cinquenta anos foi algemado, torturado e até assassinado.

Mas a opção para os algarvios não inclui a reacção. A opção está entre votar PS ou APU, e a experiência dos governos e da política dos socialistas já mostrou aos algarvios as suas desastrosas consequências no sector das pescas, do turismo, no campo do trabalho.

E bem pode o PS agitar o espantalho do golpe de Estado que os militares de direita fariam se os comunistas fossem para o Governo ou da reacção dos americanos a tal eventualidade. Como Álvaro Cunhal sublinhou, vivamente apoiado pelos milhares de algarvios que no domingo o ouviram, **quando o Povo português quiser os comunistas no Governo, a direita não terá mais força para golpes de Estado nem os americanos ditarão mais leis em Portugal!**

Em Silves, nem o futebol impediu a grande assistência

O PS passou por Silves de manhã, com uma caravana de mais de trinta carros. De tarde, à mesma hora em que começava o futebol, centenas de pessoas da terra juntavam-se junto à sede dos bombeiros para ouvir Álvaro Cunhal.

O encontro, a recepção calorosa, pecou apenas por ser breve, pois em Albufeira, com o cinema Pax a deitar por fora, outra sessão aguardava o dirigente do PCP. Mas de Silves, terra de tradições de luta — e por isso mesmo de grandes responsabilidades — uma certeza se levou: a reacção será derrotada, a APU aumentará a sua votação, os socialistas pagarão a sua política de cedências ao capital.

O aspecto mais saliente da sessão de Albufeira, para além do elevado número de jovens, era a presença ostensiva de militantes socialistas, que atentamente ouviram Álvaro Cunhal falar da indispensável unidade das forças de esquerda, criticando a capitulação do PS face aos partidos de direita, da completa insegurança do voto num partido que a escassos dias do acto eleitoral não definiu ainda qual o caminho que seguirá após as eleições e que continua a manter aberta a porta à reacção.

Afinal quantos são os chefes?

Às 17 e 30 de domingo o cinema de Portimão não levava mais ninguém. E a saudação a Álvaro Cunhal deixou bem claro que o povo de Portimão está firmemente empenhado na batalha eleitoral e disposto a impedir a reacção de passar.

Igualmente saudado com entusiasmo, Luís Catarino, do MDP/CDE, convidado a participar, faria uma breve intervenção, de defesa intransigente da unidade, **a primeira arma dos povos no combate pela sua libertação, no combate pela democracia.**

Referindo-se à aliança do MDP/CDE com o PCP na APU, fez notar que a **independência de um partido democrático é estar com a democracia; é estar, sempre, contra os inimigos da democracia.**

A independência de um partido democrático, sublinhou, **não será nunca a aliança com partidos e forças reaccionárias.**

Aos dirigentes do PS que tanto gostam de perorar sobre o assunto, a carapuça serve perfeitamente...

As questões abordadas não diferiram muito das restantes sessões, pois a preocupação é a mesma e o objectivo idêntico. Há que derrotar a reacção, a tal da «aliança », daquelas três figuras que aparecem juntas para parecerem mais.

Mas afinal quantos são os «chefes», perguntaria a dado passo Álvaro Cunhal? Serão dois a fingir que são três, pois o tal da monarquia nem sequer tem rei? E porque não hão-de ser quatro, já que Kaúlza de Arriaga apresenta a Aliança Reaccionária como a União Nacional possível e apela ao voto útil dos fascistas na agremiação?

É caso para se dizer que os tais três são só dois e que no fundo são quatro. Quem adivinha quantos são?

Ainda em Portimão, Margarida Tengarrinha, do CC do PCP e candidata à Assembleia da República, faria uma importante intervenção sobre os principais problemas algarvios, que posteriormente referiremos. Continuam por resolver, malgrado as promessas do PS, quando não mesmo se agravaram nos últimos anos.

E uma vez mais a questão se coloca — qual o voto seguro e certo?

Faro, fim da viagem mas não do entusiasmo

Se preciso fosse procurar a resposta (qual o voto seguro e certo) a que Portimão já havia respondido, Faro ali estava a confirmar bem alto o seu apoio à APU. O Ginásio da Escola Comercial e Industrial tinha gente em todo o lado. Nas cadeiras, em pé, nos intervalos das cadeiras, nos espaldares, nos vãos das janelas, fora de portas.

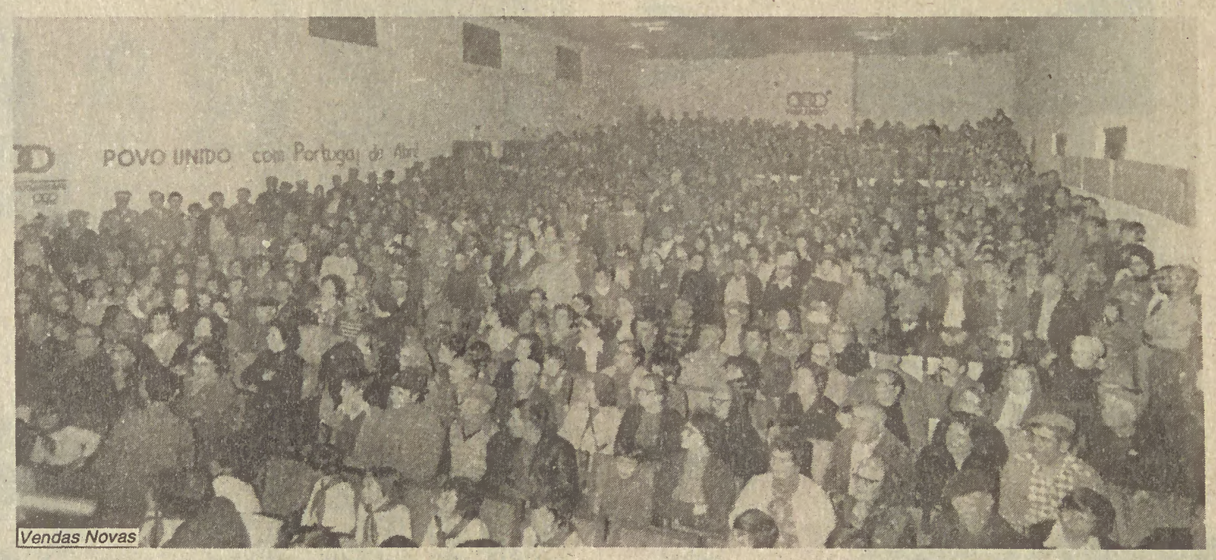
Os senhores da Aliança Reaccionária, que pouco antes haviam deixado a cidade rumo a Portimão, com os seus duzentos e tal carros, não gostariam de ver, tanto mais que nenhuma caravana seguiu Álvaro Cunhal. Foi a própria população de Faro que ali foi, pelos seus próprios meios (ainda que isso desgoste muito os que dizem que as grandes sessões acabaram!).

A necessidade de levar os socialistas à unidade com os comunistas e outros democratas voltou a ser o tema central.

Que a campanha unitária da APU está em marcha por todo o País já ninguém duvida e só o não vê quem não quer ver. Para que essa unidade atinja os socialistas, salientou o camarada Álvaro Cunhal, é preciso que se reforce o grupo parlamentar do PCP. **Nesse reforço está a chave da viragem política nacional no momento presente. Mas não a faremos sozinhos. O PS tem de ser convencido nas urnas, através do voto na APU, a aliar-se connosco!**

Estão criadas condições para uma grande votação na APU.

No Algarve, como no Alentejo, como no centro, como no norte, um último esforço tem de ser feito nestes últimos dias de campanha eleitoral. Vamos derrotar a direita. Vamos votar na APU!



Vendas Novas

Montemor

Évora

Reguengos

Faro

Defender a democracia, vencer a reacção

Se os grandes comícios são importantes, pelo entusiasmo que transmitem, pela demonstração de força que lhes é própria, pela atenção que despertam, as sessões de esclarecimento não o são menos sobretudo pela aproximação que permitem entre os dirigentes políticos, os esclarecedores e a população interessada.

Assim o entendeu o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, que no último fim-de-semana visitou diversas localidades dos distritos de Santarém, Évora e Faro. Optando pelo diálogo, Álvaro Cunhal deu vida a animadas sessões de perguntas e respostas cujo único limite foi o tempo disponível.

A introduzir os debates, o camarada referiu-se com particular insistência a três questões fundamentais: a importância política das eleições de domingo e a necessidade de bater a reacção; a insegurança do voto no Partido Socialista; e a proposta política do PCP no âmbito da APU para uma grande vitória das forças democráticas e a defesa e consolidação da democracia em Portugal.

Relativamente à primeira questão, Álvaro Cunhal afirmou que das eleições do dia 2 para a Assembleia da República «depende não só a formação do governo, mas também talvez o futuro de Portugal nos próximos anos».

«Não quer isto dizer, sublinhou, que se a Aliança Reaccionária ganhasse (o que não acreditamos que suceda) a causa estaria perdida; mas que certamente seriam dias muito negros para o nosso povo e que seria necessário lutar muito duramente» pelas liberdades fundamentais, pelas conquistas alcançadas com o 25 de Abril, pela democracia.

Fundamentando as suas afirmações, recordou os objectivos confessos da reacção que pela voz de Casqueiro e da CAP não se coíbe de proclamar a destruição da Reforma Agrária; a entrega das empresas nacionalizadas aos grandes capitalistas; a restauração dos monopólios; o retorno da censura aos órgãos de informação; a liquidação das liberdades de expressão e de reunião. Para já não falar da revisão ilegal da Constituição, da elaboração de uma lei eleitoral que transformasse as eleições numa mascarada à boa moda fascista.

Mas do que a Aliança Reaccionária quer ao que consegue vai um abismo. Como Álvaro Cunhal salientou, a direita parte para as eleições já derrotada: «queriam uma nova lei eleitoral, com o voto obrigatório; queriam institucionalizar o referendo; queriam a continuação do governo Mota Pinto-PPD-CDS de modo a dominarem sectores chave que lhes permitissem fazer das eleições uma mascarada, com restrições da liberdade, com o domínio dos órgãos de informação; queriam que as eleições não fossem intercalares mas antecipadas e que a Assembleia da República a eleger agora tivesse já poderes de revisão constitucional.»

Não conseguiram nada disto!

«Eles têm voz grossa — faria notar a propósito —, mas a sua força não é assim tão grande...»

Importa agora que a direita seja derrotada nas urnas, o que se conseguirá impedindo que obtenha a maioria, ou seja, como o camarada frisou, que o número de deputados eleitos pela Aliança Reaccionária não seja superior ao número de deputados eleitos pelo PS e pela APU.

Silves

O voto no PS

A necessidade de derrotar a reacção prende-se com um dos outros temas abordados — a política que vem sendo seguida pelo PS. A propósito Álvaro Cunhal alertou contra a «perigosa tese» defendida por Mário Soares de que «quem ganhar deve governar», pois isso pode induzir no erro de se considerar como vitória o facto de a Aliança Reaccionária ter mais votos que o PS sozinho. Ora, como observou, já em 1976 o PPD e o CDS juntos tinham mais deputados que o PS e nunca puderam formar governo por não terem o apoio indispensável da maioria dos deputados na Assembleia da República, ou seja, do PS e do PCP. A manter-se a mesma situação, isto é, a não elegerem mais deputados do que o PS e a APU juntos, só seria possível um governo da Aliança Reaccionária com o apoio implícito dos socialistas.

Pela nossa parte — afirmou o camarada — **dizemos que votaremos contra um tal governo, pois não precisamos de ver o seu programa para sabermos qual é. Mas quanto ao PS, qual é a sua posição?**

Respondendo à sua própria pergunta, o secretário-geral do PCP fez notar que o voto no PS não é um voto seguro e certo na democracia. E lembrou qual a política seguida pelo governo PS dito sozinho mas aliado de facto à direita, logo seguido pelo governo de aliança do PS com o CDS: o congelamento dos salários mas não dos preços; a política dos pacotes; a indemnização de capitalistas e agrários; a aprovação de uma série de leis lesivas dos trabalhadores e do povo em geral.

Quem garante aos socialistas e aos eleitores do PS que este partido não volta a fazer o mesmo? Quem garante que não se está a dar um voto de esquerda para uma posterior aliança com a direita, já admitida de resto pelo próprio Mário Soares relativamente ao PPD?

O PS não diz ao povo português o que vai fazer depois das eleições, recordou Álvaro Cunhal, salientando que só na medida em que aquele partido sinta a força crescente do PCP e dos democratas do MDP/CDE que integram a APU e o descontentamento do seu próprio eleitorado poderá vir a compreender a necessidade de se aliar com as forças de esquerda para a realização de uma política de defesa dos interesses dos trabalhadores e das massas populares em geral, batendo definitivamente a reacção.

Vendinha

Por isso há que votar massivamente na APU.

Mas é possível a aliança com os socialistas? A esta interrogação colocada em todo o lado responderia Álvaro Cunhal que não só é possível como indispensável. **Certamente que os nossos programas são diferentes,** disse, **mas podemos sempre sentarmo-nos a uma mesa e ver em conjunto em que é que nos poderemos entender para a resolução de problemas concretos. Pode ser que a direcção do PS não queira entender esta necessidade, mas os socialistas certamente que entendem, como aliás já sucede por todo o país a nível local, onde cada vez mais socialistas, comunistas e outros democratas se dão as mãos numa política de unidade na defesa dos interesses das populações.**

E essa política de unidade não tem feito diminuir a influência do PCP, antes pelo contrário.

Votar na APU defender a democracia

Explicando as razões que presidiram à formação da APU para as eleições à Assembleia da República, Álvaro Cunhal desmascarou os que pretendem fazer crer que o PCP «se esconde» sob a sigla e o símbolo da APU. Recordando que o acordo firmado com o MDP/CDE prevê, para além das possíveis iniciativas conjuntas, a realização de campanhas eleitorais separadas, o secretário-geral deixou bem claro que o PCP se apresenta ao eleitorado com um programa próprio, com candidatos seus.

Não nos escondemos atrás das argolas. Somos comunistas e afirmamo-lo com orgulho em todo o lado. Somos comunistas porque queremos uma vida melhor para o nosso povo, porque queremos acabar de vez com a existência de exploradores e explorados, porque lutamos pela liberdade, pela democracia, pela construção de uma sociedade socialista.

Quem esconde a cara não são os comunistas, que se prezam de cumprir a palavra dada.

Quem esconde a cara são os reaccionários que se autodenominam de democratas, sendo os mesmos que durante o fascismo faziam parte da União Nacional enquanto democratas e comunistas eram presos, torturados, viviam e lutavam clandestinamente!

Quem esconde a cara são os que dizendo-se socialistas vão para o governo defender os interesses do grande capital!

O PCP tem o seu símbolo de que muito se orgulha — a foice e o martelo que simbolizam o trabalho, a aliança do proletariado agrícola e industrial. Mas nestas eleições — lembrou — concorre coligado com o MDP/CDE na Aliança Povo Unido e o símbolo comum são as três argolinhas entrelaçadas. Por isso importa alertar os menos esclarecidos que queiram votar nos comunistas, uma vez que nos boletins de voto vão aparecer falsos símbolos com foices e martelos, com que grupelhos divisionistas e neonazis pretendem confundir o eleitorado.

Quem quiser votar no PCP vota na APU.

Esta questão foi, juntamente com outras, repetida por todo o lado. Os últimos dias de campanha são da máxima importância. Nem tudo está feito e todos podemos fazer mais qualquer coisa para contribuir para a vitória da democracia, como referiu Álvaro Cunhal:

Cada um de nós tem um vizinho, um amigo, um familiar que precisa de ser esclarecido. Vamos fazer esse esclarecimento, vamos fazer um esforço final para conseguir muitos e muitos mais votos para a Aliança Povo Unido.

Salvaterra de Magos

Lagos

Portimão

Vale de Cavalos

Gestão das empresas do Estado

Vai o Governo piorar ainda mais a Lei das CTs?

● Cresce a maioria unitária nas eleições dos representantes dos trabalhadores

As eleições de representantes dos trabalhadores nos órgãos de gestão do sector empresarial do Estado, ao abrigo da Lei 46/79, continuam a confirmar a tendência geral a que nos referimos no número anterior do «Avante!», atribuindo aos candidatos da unidade, apoiados pelas Comissões de Trabalhadores unitárias, uma extensa maioria de votos e lugares. Nos CTT, na UTIC, na Sonadel, na Uniclar, na Unisol e na Cimpor, as vitórias dos candidatos unitários, à semelhança das que mencionámos na semana passada, foram alcançadas por maiorias que variam entre 69 e 83 por cento, enquanto os níveis de participação atingem valores muito altos, quase sempre muito próximos e mesmo superiores a 80 por cento. O interesse manifesto dos trabalhadores por estas eleições deveria ser para o Governo mais um motivo de ponderação acerca da atitude que deve tomar perante a Lei 46/79, evitando qualquer medida ou atitude que prejudique a sua aplicação.

Num comunicado recente, a CGTP-IN depois de um encontro com o ministro do Trabalho, considerava que o Governo «pela prática adoptada nas empresas públicas e outras pertencentes ao sector empresarial do Estado, resiste à aplicação da Lei, mostra-se disposto a não cumprir e já começou mesmo a violá-la gravemente».

Ao comentar e criticar essa posição, a Central recorda que «os artigos 30.º, 31.º e 40.º do referido diploma consagram o **direito colectivo** dos trabalhadores a participarem na gestão das empresas do sector empresarial do Estado», pelo que «é de todo incompreensível» essa posição do Governo actual que, através dos «seus principais responsáveis, se tem afirmado defensor da participação directa dos cidadãos e das forças sociais nas decisões políticas, económicas e sociais e que, assim, despreza uma forma institucionalizada de participação consagrada na Lei».

O Governo não pode alterar a Lei das CTs

A necessária regulamentação da Lei 46/79 não pode implicar a sua alteração por parte do Governo, designadamente no sentido de limitar a participação dos trabalhadores.

A CGTP-IN reafirma que «o direito de participação na gestão, de acordo com o artigo 90.º da Constituição, foi previsto com fins de **desenvolvimento da propriedade social** relativamente a todas as empresas que, independentemente da sua forma jurídica, o Estado gere efectivamente. Uma interpretação restritiva seria contrária à própria letra da Lei. Bom será, portanto, que o Governo esclareça as suas posições sobre o assunto e ponha termo, de vez, ao boicote que os gestores das empresas do sector empresarial do Estado, sem a forma jurídica de empresas públicas personalizadas, já estão a praticar».

É conveniente ter em atenção que o conceito de «sector empresarial do Estado», expresso em várias leis, não abrange apenas as empresas públicas personalizadas, cuja regulamentação cabe ao Decreto-Lei 260/79. Inclui também todas as outras em que, de facto ou de direito, o poder de decisão é exercido pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, Autarquias Locais, fundos autónomos, institutos públicos, instituições de Previdência e outras entidades públicas. E isso independentemente da forma jurídica atribuída a estas empresas.

Por outro lado, e como já se afirmava no número anterior do «Avante!», o direito constitucional dos trabalhadores ao controlo de gestão não pode ser limitado através da tutela governamental sobre os representantes eleitos nas empresas e não designados pelo aparelho do Estado.

Não se pode dispensar a audição dos trabalhadores

Ao chamar a atenção do Governo para as responsabilidades e deveres especiais que lhe cabem quanto à aplicação da Lei 46/79 nas empresas que dele dependem, «como órgão do Estado com competência legislativa e administrativa», a CGTP-Intersindical Nacional sublinha com especial cuidado a disposição legal que obriga a ouvir os trabalhadores sobre qualquer matéria legislativa do seu interesse.

Deve salientar-se – afirma a CGTP-IN – **que o direito de participação na gestão é um direito colectivo dos trabalhadores, pelo que a legislação destinada a regulamentá-lo está integrada no conceito de legislação do trabalho para o efeito dos artigos 2.º a 7.º da Lei n.º 16/79 (participação dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho). Sob pena de inconstitucionalidade, em relação a todos os diplomas legais (incluindo as alterações aos estatutos das empresas públicas) previstos para regulamentar, neste particular, a Lei n.º 46/79, deverá observar-se o regime definido naquela outra Lei. O Movimento Sindical não abdica do seu direito de participar na elaboração de tais diplomas.**

Nenhum projecto do Governo pode ser aprovado neste campo sem que os trabalhadores tenham a possibilidade de sobre ele se pronunciarem. Não é de mais a insistência neste ponto, dado que, segundo a CGTP-IN, não está excluída a possibilidade de o Conselho de Ministros pretender alterar a Lei das CTs (46/79) «por via legislativa, embora careça de competência para o efeito», visto tratar-se de uma Lei da competência reservada da Assembleia da República que, como se sabe, foi dissolvida.

Segundo a Constituição da República, as Comissões de Trabalhadores estão directamente associadas à «construção do poder democrático dos trabalhadores». Nenhum procedimento ideológico ou jurídico que tente «domesticar» as CTs e os representantes da sua confiança pode ter curso válido perante a Lei Fundamental do País.

Da mesma forma, qualquer disposição, ou medida, que procure reduzir, ou destruir, o controlo de gestão é anticonstitucional. As CTs e os representantes dos trabalhadores nos órgãos de gestão das empresas não podem ser submetidos aos propósitos da colaboração de classes dentro da empresa, o que imediatamente levaria à possibilidade permanente de responsabilizar colectivamente os trabalhadores por decisões contrárias aos seus interesses, direitos e garantias.

Em alguns dos seus aspectos mais graves, a Lei 46/79 procura facilitar esse objectivo. Por isso, os trabalhadores, ao mesmo tempo que lutam pela consolidação das suas estruturas representativas nas empresas, com relevo neste caso para as CTs (o que passa pela aplicação da Lei 46/79), não esquecem a necessidade da revogação desse diploma reconhecidamente anticonstitucional. Que não venha agora este Governo deitar óleo sobre o fogo, tornando ainda mais anticonstitucional o que já assim foi aprovado e que a regulamentação em vez de piorar deve corrigir.

Decisão oportuna em defesa da Banca Nacionalizada

Os delegados eleitos pelas listas unitárias e os de tendência sindical socialista votaram juntos uma das resoluções mais importantes do Congresso do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI), aprovando por larga maioria, contra os delegados PPD, o empenho inequívoco dos trabalhadores na defesa da banca nacionalizada. Considerada um dos pontos altos do Congresso, que terminou na última quinta-feira, após três dias de trabalhos, no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, essa decisão, aplaudida de pé pela esmagadora maioria dos participantes, representa um progresso na batalha pela unidade e vem ao encontro de uma das reivindicações fundamentais e permanentes do Movimento Sindical unitário.

Num manifesto aos trabalhadores bancários, as listas unitárias candidatas às eleições de delegados ao Congresso do SBSI incluíam entre os seus objectivos de luta, "em cada local de trabalho, em cada banco, em toda a área do Sindicato", *a reestruturação do sistema bancário, de forma a que a Banca nacionalizada seja definitivamente orientada para a recuperação económica do País, colocando-a ao serviço das actividades produtivas, de harmonia com o estabelecido na Constituição da República.*

O Congresso aprovou esse objectivo e opôs-se inequivocamente a qualquer tentativa, manifesta ou encapotada, de abrir o sector bancário aos interesses privados. As conclusões do Congresso do SBSI, cujos dirigentes são, como é sabido, afectos ao PPD e ao PS, exprimem claramente essa decisão.

Pescadores do Algarve:

Uma lição de unidade nas eleições sindicais

O divisionismo continua a receber o tratamento que merece nas eleições sindicais. Apesar dos seus esforços no Algarve (no Verão, a UGT abriu uma sede em Faro, sem ter um único sindicato para lá meter) os gonelhistas continuam a somar derrotas, mesmo em sectores onde a «tendência» PS se «estimulava» com alguma implantação. E ver o que sucedeu há dias no Sindicato dos Pescadores do Algarve: 733 votos para a lista unitária; 90 para os divisionistas da UGT/Gonelha/PPD.

E não são apenas estes números que falam por si. Há mais. Em 9 mesas de voto, a lista «B» (divisionista, conhecida como a «lista dos mestres») só conseguiu uma votação maioritária, na Fuzeta, com 35 votos contra 7 da lista unitária. Nas outras 8 mesas, a unidade venceu folgadamente: Armação de Pera (32-3); Ferragudo (37-1); Alvor (63-4); Vila Real de Santo António (124-15); Albufeira (49-2); Lagos (50-3);Carvoeiro (31-0) e Olhão (177-25). Estes são apenas resultados parciais. Os resultados globais, ainda provisórios, conhecidos na última segunda-feira, somavam os totais acima indicados.

«Na unidade, a melhoria das condições de vida» é o lema da lista vencedora. Contratação colectiva, regime jurídico do contrato individual de trabalho, melhoria das condições de higiene e segurança e alteração do Regulamento de Inscrição Marítima constam, entre outros objectivos de acção e de luta, do programa de acção apresentado aos trabalhadores pela lista unitária.

Mesmo recorrendo à ameaça contra a segurança do emprego de alguns trabalhadores da lista «A», como revela um comunicado, os patrões apoiantes de lista UGT, «B», que integrava elementos apadrinhados por mestres e patronato, obteve resultados pelo menos desanimadores, não só para a lista derrotada nas eleições, mas para todos os divisionistas, sobretudo para aqueles que tentam impor a «aliança» partidária sem princípios e sem êxito entre o PS e o PPD em alguns sindicatos.

Unidade à frente nos Correios

Segundo os resultados, conhecidos na altura em que escrevemos, as eleições para os corpos gerentes do SNTCT (Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações), davam uma maioria de votos à lista unitária. Reduzidos ainda a uma parte de Lisboa, os resultados respeitantes a 1/6 do total dos votos anunciavam já uma vantagem de cerca de 400 para os candidatos da unidade sobre a segunda lista mais votada, a dos divisionistas da UGT.

Com sede em Lisboa, o SNTCT abrange todo o País.

Unidade no STAL

Os trabalhadores filiados no STAL (Administração Local) elegem amanhã, dia 30, os corpos gerentes do seu sindicato. A unidade está presente através da lista «B», que concorre sob o lema «Por um Sindicato unido, democrático e firme na defesa dos trabalhadores contra o divisionismo e a passividade».

Abolido tecto salarial

Uma das reivindicações pela qual os trabalhadores portugueses mais se têm batido – a abolição do tecto salarial – foi satisfeita há dias pelo Governo. Para a CGTP-IN, essa e outras medidas anunciadas recentemente pelo Executivo da eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo, «no seu conjunto, são positivas e correspondem a anseios populares e às reivindicações do Movimento Sindical».

Embora considere duvidoso o alcance positivo da sua aplicação, dado o limite de vigência do Governo actual, a CGTP-IN está de acordo, de um modo geral, com «os princípios definidos pelo Conselho de Ministros para a elaboração do Plano e Orçamento para 1980». A Central única dos trabalhadores portugueses salienta nomeadamente o seu acordo quanto ao «aumento da taxa de crescimento de 4 a 5 por cento, o crédito às pequenas e médias empresas, a redução da taxa de inflação, a redução e actualização das taxas de imposto profissional e a manutenção do poder de compra dos trabalhadores».

A Central considera ainda que «se podem tornar um factor positivo», no desenvolvimento da agricultura, pescas e habitação, as medidas de bonificação e alargamento do crédito com a intenção do investimento nesses sectores.

No seu comunicado de 23 do corrente sobre as medidas do Governo, o Secretariado da CGTP-IN chama a atenção para a «importância da vitória alcançada pelos trabalhadores com a demissão do governo fascizante Mota Pinto/PPD/CDS» (o que mais se destacou no assalto às conquistas mais elementares das classes trabalhadoras) e põe em relevo o significado da abolição do tecto salarial que «corresponde a uma grande vitória dos trabalhadores».

Como «medida de grande alcance, que é justo salientar e aplaudir», a CGTP-IN destaca ainda a criação do esquema mínimo de protecção social. Mas «a actualização das pensões de reforma, embora feita a valores nominais idênticos aos valores reivindicados pela CGTP-IN e pelas organizações dos reformados, pensionistas e idosos, é insuficiente, dado o atraso de quase um ano sobre a data» em que essa actualização deveria ser feita. Os novos valores das pensões entram em vigor no dia 1 de Dezembro próximo.

Quanto ao Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, o comunicado refere que a actividade desse organismo «corresponde a uma reclamação insistente da CGTP-IN». Todavia, desconhecem-se «as razões e objectivos que levam o Governo a falar na sua recomposição».

Por último, o Secretariado da CGTP-IN manifesta o seu desacordo perante uma série de medidas do Governo, que considera «negativas» e que incidem, nomeadamente, nas «tentativas de promover a criação da banca privada, a pretexto das chamadas sociedades de investimento».

Negativas são ainda as medidas governamentais no sentido de «apressar a regulamentação da lei das rendas de casa» (herança do governo Mota Pinto/PPD/CDS) e o «pagamento de indemnizações aos grandes latifundiários e monopolistas», refere a CGTP-IN.

As votações dos partidos nos diversos distritos

As Regiões Autónomas dos Açores e Madeira contam, respectivamente, com 157 245 eleitores e 150 024 eleitores.

O número de deputados eleitos para a Assembleia da República em 1976 foi de seis em cada Região, sendo nos Açores dois para o PS e quatro para o PPD e na Madeira um para os socialistas, quatro para o PPD e uma para o CDS. Este ano serão apenas 5 os deputados a eleger em cada Região Autónoma.

Nas eleições de 1976 a abstenção foi extremamente elevada, quer nos Açores quer na Madeira, tendo atingido nalguns casos cerca de 60%.

Os resultados obtidos pela Povo Unido reflectem a falta de democracia reinante nas Regiões Autónomas, onde o PPD age no mais completo desrespeito pelas liberdades constitucionais. São bem conhecidos os vandalismos dos separatistas, as perseguições constantes aos democratas, as agressões e as intimidações a que as hostes do PPD local submetem a população.

A Povo Unido, embora perdendo oitocentos votos, mantém no entanto a sua percentagem e consegue um mandato para a Câmara Municipal da Horta.

Também aqui o PS, PPD e CDS perdem elevado número de votos. Apenas os esquerdistas aumentam a sua votação.

DISTRITO: HORTA (AÇORES)

Partidos	Assembleia Constituinte		Assembleia da República		Assembleias Municipais		Ganhos/Perdas Assembleias Repúb./Municipais	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem
PCP/Povo Unido	533	2,3	328	1,5	292	1,7	– 36	– 11,0
PS	5 234	22,9	7 278	34,2	5725	33,2	– 1553	– 21,3
PPD	15 446	67,6	12 140	57,0	9954	57,6	– 2186	– 18,0
CDS			919	4,3	400	2,3	– 519	– 56,5

DISTRITO: ANGRA DO HEROÍSMO (AÇORES)

Partidos	Assembleia Constituinte		Assembleia da República		Assembleias Municipais		Ganhos/Perdas Assembleias Repúb./Municipais	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem
PCP/Povo Unido	1 057	2,3	590	1,5	475	1,7	– 115	– 19,5
PS	10 312	22,9	12 324	30,4	8 560	29,7	– 3 764	– 30,5
PPD	28 301	42,8	21 020	51,8	15 966	55,4	– 5 054	– 24,0
CDS	2 749	6,1	4 905	12,1	2 896	10,1	– 2 009	– 41,0
UDP MES GDUPs	534	1,2	455	1,1			– 455	– 100,0

DISTRITO: PONTA DELGADA (AÇORES)

Partidos	Assembleia Constituinte		Assembleia da República		Assembleias Municipais		Ganhos/Perdas Assembleias Repúb./Municipais	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem
PCP/Povo Unido	1 119	1,5	952	1,5	518	1,5	– 434	– 45,6
PS	23 143	30,3	23 124	35,4	10 400	29,2	–12 724	– 55,0
PPD	41 820	54,8	29 796	45,6	19 542	54,9	–10 254	– 34,4
CDS	2 359	3,1	7 708	11,8	3 173	8,9	– 4 535	– 58,8
UDP+ MES GDUPs	546	0,7	529	0,8	—	—	– 529	–100,0

DISTRITO: FUNCHAL (MADEIRA)

Partidos	Assembleia Constituinte		Assembleia da República		Assembleias Municipais		Ganhos/Perdas Assembleias Repúb./Municipais	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem
PCP/Povo Unido	2 053	1,6	1 680	1,5	1 451	1,9	– 229	– 13,6
PS	24 519	19,4	28 673	25,0	14 200	18,2	–14 473	– 50,5
PPD	78 320	62,0	60 923	53,0	42 033	53,8	–18 890	– 31,0
CDS	12 657	10,0	15 308	13,3	12 668	16,2	– 2 640	–17,3
UDP+ MES GDUPs	—	—	2 542	2,2	5 416	6,9	+ 2 874	+ 113,1

DISTRITO: LISBOA

Partidos	Assembleia Constituinte		Assembleia da República		Assembleias Municipais		Ganhos/Perdas Assembleias Repúb./Municipais	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem
PCP/ Povo Unido	239 337	19,0	263 047	21,9	229 397	24,6	– 33 650	–12,8
PS	581 561	46,1	460 696	38,3	338 189	36,2	–122 507	–26,6
PPD	188 256	14,9	196 068	16,3	143 227	15,3	– 52 841	–27,0
CDS	60 432	4,8	156 537	13,0	140 610	15,1	– 15 927	–10,2
UDP+MES/ GDUPs	34 705	2,8	39 592	3,3	46 108	4,9	+ 6 516	+ 16,5

DISTRITO: BEJA

Partidos	Assembleia Constituinte		Assembleia da República		Assembleias Municipais		Ganhos/Perdas Assembleias Repúb./Municipais	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem
PCP/ Povo Unido	50 149	39,0	52 948	44,0	46 816	48,3	–6 132	– 11,6
PS	45 632	35,5	38 258	31,8	39 877	41,1	+1 619	+ 4,2
PPD	6 719	5,2	9 916	8,2	2 918	3,0	–6 998	– 70,6
CDS	2 810	2,2	5 002	4,2	540	0,6	–4 462	– 89,2
UDP+MES/ GDUPs	5 090	4,0	4 761	4,0	—	—	–4 761	–100,0

LISBOA

O distrito de Lisboa, o maior centro urbano do país, é composto por 15 concelhos e 190 freguesias. Os concelhos do norte são particularmente férteis, neles se produzindo uma vasta gama de produtos agrícolas.

A actividade industrial em evolução sempre crescente rodeia a capital, constituindo a bem conhecida cintura industrial de Lisboa. O comércio de todos os ramos floresce no distrito e a actividade portuária é intensa.

A população é de cerca de um milhão e seiscentos mil habitantes, sendo 1 496 878 eleitores.

Do ponto de vista eleitoral, o Povo Unido ocupa o segundo lugar no distrito, com cerca de 230 mil votos em 1976, com uma diferença de 108 mil votos do PS.

Ao longo das três eleições, de 1975 para 1976, a abstenção duplicou sucessivamente. O PS foi quem perdeu mais votos (-112507 votos), seguido do PPD (-52841 votos). O Povo Unido perde 12,8% da sua votação e o CDS 10,2%. Os GDUPs foram a única força que aumentou em número absoluto de votos, embora a sua votação seja muito reduzida (4,9% do eleitorado).

Em 1976, o Povo Unido obteve 31 mandatos para Câmaras Municipais e 85 para Assembleias Municipais, ganhando em Vila Franca de Xira (42,7% dos votos).

Este ano serão eleitos 56 deputados à Assembleia da República, contra os anteriores 58. Em 1976 o PCP elegeu 14 deputados, o PS 25, o PPD 10, o CDS 8 e a UDP 1 deputado.

BEJA

Vulgarmente conhecido como a «terra do pão», o distrito de Beja oferece um panorama de grandes planícies apenas interrompidas nas proximidades de Moura a anunciar as serras do Caldeirão, Mendio e Aroche.

Dividido administrativamente em 14 concelhos e 90 freguesias, o distrito de Beja tem cerca de 200 mil habitantes e 144 768 eleitores.

Nas últimas eleições autárquicas o PPD e o CDS aliaram-se ao PS contra o Povo Unido em muitos concelhos. Os ganhos assim conseguidos pelo PS (+ 1619 votos) não compensam no entanto os votos perdidos pelos partidos de direita (11 460), o que confirma que o PS perdeu muito do seu eleitorado.

Embora seja a força mais votada, o Povo Unido perde votos em relação ao PCP na Assembleia da República. Aumenta no entanto em percentagem, de 44% para 48,3%, ganhando 9 dos 14 concelhos, 39 mandatos para Câmara Municipais e 70 para Assembleias Municipais. Em seis concelhos, o Povo Unido detém mais de 50% dos votos.

Nas eleições legislativas o PCP elegeu 4 deputados e o PS 2 deputados. Este ano apenas serão eleitos pelo distrito de Beja 5 deputados.

Análise global dos resultados eleitorais de 1976

Uma análise aos resultados eleitorais de 1976 mostra, antes de mais nada, a completa recuperação do PCP (principal força da Povo Unido) em relação às eleições presidenciais e a consolidação da sua votação.

A conclusão imediata, como o quadro com os resultados nacionais mostra, é a confirmação da perda de influência eleitoral do PS e do PPD, bem como a inversão da marcha do CDS momentaneamente ascendente, e ainda a redução dos esquerdistas à sua real expressão eleitoral (ilusoriamente em ascensão com o «fenómeno» Otelo).

Na verdade **o PS perde 497 009 votos** (26,3%); **o PPD perde 274 948 votos** (21,2%); **o CDS perde 171 725 votos** (20,2%) **e os GDUPs passam de 16,5% nas eleições presidenciais para os seus 2,5%.**

Quanto ao PCP, que após as presidenciais chegou a ser considerado por alguns como «um partido de 7%», aumenta a sua percentagem à escala nacional de 14,6% para 18,1%, perdendo apenas no total 29 166 votos (3,7%).

Importa também chamar a atenção, sobretudo para os defensores da perigosa tese de «quem ganhar deve governar», que já em 1976 os partidos da Aliança Reaccionária obtiveram mais votos, juntos, do que o PS. O que não conseguiram (nem conseguirão agora, estamos certos) foi obter mais votos do que o PS e o PCP juntos.

Ora não faz nenhum sentido que, se a esmagadora maioria dos eleitores votar nas forças de esquerda nas próximas eleições (APU e PS), como aconteceu em 1976 para a Assembleia da República em que as duas forças receberam 49,6% dos votos, a direita seja considerada «vencedora» por ter mais votos que o PS sozinho.

Apenas e só conseguindo a maioria absoluta – o que não sucederá – é que a Aliança Reaccionária poderá cantar vitória. Em caso contrário, existirão sempre na Assembleia da República forças de esquerda suficientes para impedir um governo da reacção.

O estudo dos resultados das eleições anteriores é também um alerta ao PS, um aviso de que o seu eleitorado, de esquerda, não deseja uma política de direita.

Só uma forte votação na Aliança Povo Unido para a Assembleia da República e para as autarquias locais responderá ao desejo da maioria do povo português de prosseguir, consolidar e reforçar a democracia portuguesa. Estamos certos de que assim será.

RESULTADOS NACIONAIS

Partidos	Assembleia da República		Assembleias Municipais		Ganhos/Perdas Assembleias República/Municipais	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem
PCP/Povo Unido	785 594	14,6	756 428	18,1	– 29 166	– 3,7
PS	1 886 932	35,0	1 389 923	33,3	– 497 009	– 26,3
PPD	1 296 246	24,0	1 021 298	24,5	– 274 948	– 21,2
CDS	857 179	15,9	685 454	16,4	– 171 725	– 20,2
UDP+ MES GDUPs	122 427	2,3	105 759	2,5	– 16 668	– 13,6
Abstenções	1 083 766	16,7	2 290 399	35,5	+ 1 206 633	+ 111,3

Semana

21
Quarta-feira

1962 – A China dá o seu acordo ao cessar-fogo na fronteira sino-indiana.

O presidente Carter, dos EUA, anuncia que poderá ordenar uma "operação militar contra o Irão" caso os reféns detidos na embaixada dos EUA em Teerão não sejam libertados ilesos, tendo o Pentágono informado, em sequência, que estava já a caminho do Golfo Pérsico uma força naval de combate chefiada pelo porta-aviões "Kittyhawk", onde deverá juntar-se ao porta-aviões "Midway" e a outros navios que já ali se encontram ■ Um grupo de indivíduos ocupa a Grande Mesquita de Meca, tendo Khomeiny e muitos outros dirigentes religiosos muçulmanos denunciado imediatamente o acontecimento como uma provocação do imperialismo e do sionismo; o governo saudita reage lançando tropas contra os ocupantes, havendo muitos mortos, segundo as primeiras notícias; em protesto contra estes acontecimentos, milhares de paquistaneses invadem e ocupam a embaixada dos EUA em Islamabad e o consulado daquele país em Ravalpindi e ainda o centro cultural britânico nesta cidade ■ A Grã-Bretanha recusa a proposta da Frente Patriótica no sentido de a força da Comunidade Britânica que vai supervisar o cessar-fogo na Rodésia ser constituída por efectivos mais numerosos ■ Um grupo de oficiais bolivianos de alta patente exige a demissão dos comandantes militares nomeados pelo coronel Alberto Natusch, depois do seu abortado golpe militar deste mês■ Segundo o jornal vietnamita "Nahm Dan", a China formou, instruiu e equipou uma divisão constituída por refugiados do Laos de origem chinesa e elementos de tribos montanhesas, para combater o regime democrático do Laos.

22
Quinta-feira

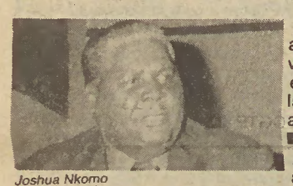
1974 – A Assembleia-geral da ONU concede o estatuto de observador à OLP.

Tanque chinês abatido no Vietname

Numa conferência de imprensa perante jornalistas de cerca de cinco dezenas de países, em Hanói, o primeiro-ministro vietnamita Phan Van Dong afirma que o Vietname, que tem pelo seu lado o direito e a moral, está preparado para enfrentar uma nova agressão chinesa ■ O Vietname propõe aos dirigentes de Pequim um imediato cessar-fogo ao longo da fronteira comum, ao mesmo tempo que denuncia uma concentração maciça de tropas chinesas naquela zona ■ O governo do Kamputchea anuncia a descoberta de documentos que demonstram que o regime deposto de Pol Pot executou dois navegadores australianos e seis americanos, presos ao largo da costa kamputcheana ■ Termina na capital da Tunísia a conferência da cimeira da Liga Árage, tendo os representantes dos países membros da organização reiterado a sua condenação a Israel, Egipto e EUA, sem, no entanto, adoptarem uma acção concreta relativamente ao pedido do Líbano para que fossem retiradas do sul do Líbano as forças palestinianas ■ Em discurso "de réplica" à ameaça de intervenção militar feita pelos EUA, o "ayatollah" Khomeiny declara que "começou a guerra santa entre o Islão e os pagãos", apelando aos milhões de muçulmanos que existem no mundo para o auxiliarem na sua luta contra os EUA.

23
Sexta-feira

1918 – Termina o Congresso Constituinte do Partido Operário Socialista que, em 1920, viria a adoptar a designação de Partido Comunista da Grécia.



Joshua Nkomo

Perto de 400 americanos abandonam o Paquistão, por via aérea, após o incêndio da embaixada dos EUA em Islamabad e a morte de dois americanos na quarta-feira ■ O ministro dos NE do Irão, Abdul Hassan Bani-Sadr, anuncia que o seu país não pagará as dívidas deixadas pelo regime do xá, pormenorizando que a dívida externa iraniana ascende a 15 biliões de dólares ■ O general boliviano Luis Garcia Mezza, demitido ontem do seu posto de comandante do Exército, revolta-se contra a presidente interina Lidia Gueiler, no poder há menos de uma semana, e toma o controlo do principal quartel do Exército na capital; o ministro da Defesa, coronel Ayoroa Montano, afirma que a rebelião só tinha o apoio de uma pequena parte das Forças Armadas ■ As autoridades sauditas anunciam que a Grande Mesquita de Meca foi finalmente desocupada pelas forças militares ■ Os dirigentes da Frente Patriótica, na conferência de Londres, respondem com um expressivo "para o diabo que o carregue" ao secretário britânico dos NE, "Lord" Carrington, quando este lhes apresentou uma proposta pormenorizada de cessar-fogo no Zimbabwé, que foi considerada como provocatória.

24
Sábado

1918 – É fundado o Partido Operário Socialista Húngaro (PSOH).

Na noite passada violento sismo abalou cidades e povoações da região ocidental da Colômbia, provocando a morte de pelo menos 45 pessoas, ferindo seiscentos e causando prejuízos que se elevam a cerca de 21 milhões de dólares ■ O Conselho de Segurança das Nações Unidas condena os recentes ataques dos racistas rodesianos contra a Zâmbia e pede à Grã-Bretanha que os impeça, na sua qualidade de "potência administradora" ■ A pedido dos dirigentes da Frente Patriótica, os dirigentes dos cindo Estados da Linha da Frente reúnem-se em Dar-Es-Salaam (Tanzânia) numa conferência de emergência destinada a discutir o bloqueamento das propostas de cessar-fogo para a Rodésia ■ Vários milhares de pessoas manifestam-se na cidade holandesa de Utreque, contra o projecto da NATO para a instalação de novos mísseis nucleares de alcance médio na Holanda.

25
Domingo

1936 – É assinado entre a Alemanha nazi e o Japão imperialista o "Pacto Anticomunista".

Abdul H. Bani Sadr

O Comandante-Geral do Exército boliviano anuncia que foi ultrapassada a crise militar que ensombrava o país há três dias, tendo-se chegado a acordo quanto à substituição do Chefe do Estado-Maior do Comando-Chefe das Forças Armadas e do comandante-geral do Exército; o general Garcio Mezza, que entrara em rebelião no principal quartel de La Paz, abandona a sua posição ■ O jornal londrino "Sunday Times" afirma que o Paquistão espera ensaiar um engenho termonuclear em Abril próximo ■ O ministro dos NE do Irão, Abdul Hassan Bani Sadr, anuncia que o governo do seu país estaria disposto a negociar a libertação dos reféns norte-americanos se os EUA condenassem oficialmente os crimes do regime do xá ■ Segundo o "The New York Times", o Exército dos EUA tenta conseguir a autorização do presidente para um programa alargado da produção de armas químicas da "nova geração".

26
Segunda-feira

1968 – Morre com 90 anos o escritor norte-americano Hpton Sinclair.

Israel adia indefinidamente a audiência sobre o apelo do ex-presidente da Câmara de Nablus contra a ordem de expulsão oficial da margem ocidental do Jordão ■ Explodem 21 bombas em 12 cidades do Ulster, numa das mais espectaculares acções dos últimos meses do "IRA provisório", causando cinco feridos ■ É assassinado um sargento da Polícia em Itália, sendo o crime reivindicado pelas "Brigadas Vermelhas".

27
Terça-feira

1492 – Cristóvão Colombo chega a Cuba.

Os motoristas de táxi de quatro capitais do Estado do Brasil paralisam as suas actividades, em protesto contra o aumento de 58% do preço da gasolina ■ Realiza-se em toda a Europa, por iniciativa do Conselho Mundial da Paz, um dia de acção contra a instalação neste continente das novas armas nucleares norte-americanas, os mísseis "Pershing 2" e "Tomahawk" ■ O primeiro-ministro do Iemen do Norte afirma que os Iemens do Norte e do Sul estão dispostos a fechar a entrada para o Mar Vermelho, desde que os interesses árabes assim o exijam.

Imperialismo já não impõe «soluções» na América Latina

Pouco depois do seu regresso ao Brasil, o camarada Luís Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, declarou, numa entrevista, que "actualmente existe a necessidade de mostrar o Brasil como uma democracia, devido à nova orientação adoptada pelos Estados Unidos em toda a América Latina". Uma orientação de que as raízes têm que ser procuradas na intensificação da luta popular por todo o continente e que, na verdade, como de uma forma geral a política externa de Washington, está a falhar, ao esbarrar com essa mesma luta de massas que a determina.

NICARÁGUA

A Nicarágua é o grande exemplo actual na América Latina, que está a influenciar, num grau hoje ainda difícil de avaliar, todo o processo revolucionário no continente. Não só porque é uma grande revolução vitoriosa, obtida nas mais difíceis condições e vencendo a extrema violência repressiva, assim como as múltiplas manobras do imperialismo, mas também como um processo que se firma baseando-se no apoio e na participação popular, e apontando assim para profundas transformações socioeconómicas. Medidas profundamente progressistas sucederam-se ao longo dos meses de Outubro e Novembro. A nacionalização dos Seguros, a nacionalização de todos os centros mineiros do noroeste do país, na sua maioria de capital norte-americano e canadiano, assim como dos jazigos mineiros do nordeste. Uma campanha de alfabetização, a concretizar nos primeiros meses do próximo ano, com base na experiência cubana, e que deverá finalmente anular uma realidade que atinge 80 por cento da população.

A Reforma Agrária, que já abarca 50 por cento das terras cultiváveis do país, e que se traduz, não só na distribuição das terras pelos camponeses (cerca de 60 por cento da população do país), mas numa política que aponta para o aceleramento da organização entre as massas camponesas, a resolução de problemas como os de educação, saúde, assistência à produção, comercialização, transportes – são os Comités de Defesa da Revolução (CDR) que controlam a rede de distribuição dos produtos, como a aplicação dos preços máximos fixados do produtor para o consumidor, facto que atesta bem do carácter verdadeiramente revolucionário da Reforma Agrária em curso.

Como não poderia deixar de ser, o povo da Nicarágua continua a defrontar a resistência, a acção e os novos planos desestabilizadores da reacção. A CIA conspira a partir de uma base situada nas Honduras. Grupos terroristas, actuando no país, assassinam militantes revolucionários e atacam mesmo organizações populares. Mas também neste domínio o povo da Nicarágua dá a resposta adequada denunciando as conspirações, e criando uma milícia popular para defender as conquistas da revolução em curso.

SALVADOR

Também em El Salvador o imperialismo jogou na cartada da "liberalização", e perdeu. A Junta que actualmente governa o país não está consolidada. O país defronta-se quer com a persistência de elementos fascistas no aparelho de Estado, quer com a acção irresponsável e por vezes mesmo criminosa de elementos esquerdistas. Não há uma linha política bem clara. Mas a situação actual não constitui, de forma alguma, a "solução" procurada pelo imperialismo. Antes reflecte o nítido ascenso da luta popular, que a violência repressiva (500 pessoas assassinadas e 350 "desaparecidas" entre Maio e Outubro deste ano) não conseguiu abafar. Ao longo do ano o movimento popular reforçou-se numa luta quotidiana. As greves passaram a ter lugar quase diariamente, assumindo rapidamente claro conteúdo político e passando pela ocupação das instalações das empresas, muitas vezes filiais das multinacionais. O golpe que levou a Junta ao poder surge na sequência desta quotidiana acção de massas. E não é por acaso que a Junta conta com o apoio – condicionado – do Partido Comunista de El Salvador. Nestes últimos dias, membros das Juntas Revolucionárias dos governos de El Salvador e da Nicarágua, reunidos em Manágua, elaboraram um comunicado conjunto em que salientaram como tarefas fundamentais a transformação das estruturas económicas, sociais e políticas, num processo de democratização que conte com uma verdadeira participação popular.

BOLÍVIA

A Bolívia é o mais característico exemplo, no continente, de como a força do movimento operário, das massas trabalhadoras, pode hoje fazer gorar mesmo um golpe militar de claras tendências fascistas – isto depois de ter impedido a concretização da "solução", imperialista, que seria a imposição de Estenssoro, acusado de implicações neste falhado golpe, como presidente da República. O governo actual, chefiado por Lidia Gueiler, está longe de ser a solução para o futuro – nem pretende sê-lo. Para evitar o aprofundamento da divisão no seio dos militares, foi necessário substituir os comandos inicialmente investidos por este governo, para substituir os impostos pelo coronel golpista Natusch. São profundas as dificuldades económicas – ainda agravadas neste ano de luta pela institucionalização da democracia, período em que os investimentos foram mínimos, devido ao boicote e à sabotagem das multinacionais diminuição das exportações, principalmente do sector agro-pecuário, uma dívida externa que ultrapassa os três biliões de dólares (150 biliões de escudos), uma inflação galopante. Mas se são grandes as dificuldades, se permanecem perigos, nem por isso são menos amplas as perspectivas num país onde as massas trabalhadoras têm sabido – e têm tido a força – de impedir qualquer "solução" imperialista e surgem hoje no panorama político nacional como factor determinante que ninguém – mesmo que o queira – pode ignorar.

BRASIL

Como salientou Carlos Prestes, "na realidade muito pouca coisa mudou no Brasil", dentro desse esquema de "liberalização" aparente que a Casa Branca desejaria impor à América Latina. Esquema que entretanto também aqui não se consolida. A "Lei dos Partidos", agora aprovada no Congresso, e destinada a pulverizar as forças democráticas claramente maioritárias no país, esbarra com a determinação do Movimento-Democrático Brasileiro (MDB) de manter a unidade. Ainda este mês o MDB elegeu uma nova comissão executiva, que reúne representantes das suas três correntes principais. A luta dos metalúrgicos de São Paulo, reactivada em Novembro, a determinação do movimento sindicalista brasileiro quanto à sua proposta de uma central única de trabalhadores, apesar da oposição governamental, são indícios da força de um movimento popular que – como noutros países da América Latina – impede a aplicação dos esquemas elaborados em Washington e lança as bases de um futuro diferente que já se está a construir no continente.

Uma crescente consciência anti-imperialista

CLAROS movimentos anti-imperialistas, contra a política desenvolvida pelos Estados Unidos, sucedem-se, não só no Irão, mas também no Paquistão, no Bangladesh, na Turquia, defrontando nalguns casos uma violenta repressão. As raízes destes movimentos são claras: a consciência popular de que o imperialismo é o grande inimigo, o obstáculo número um à realização de processos de libertação e de real independência, a base da miséria generalizada que se vive nesta zona, como em toda a área do subdesenvolvimento. Menos claros são os factores imediatos que têm determinado a forma que estes movimentos de massas têm assumido. Forma que, quer pela sua ilegalidade à face de um direito internacional que importa preservar, quer pelo carácter extremamente violento que assumem, pode conduzir, e está a conduzir, a uma grande subida de tensão na zona, «justificativa» de graves medidas entretanto assumidas por Washington, como o congelamento dos bens do governo iraniano, o corte das importações de petróleo do Irão, a expulsão de estudantes daquele país e – o facto mais perigoso – a ameaça de intervenção militar, pano de fundo propício a provocações como a da ocupação da grande mesquita de Meca, que levou à morte de muitas centenas de pessoas.

O actual equilíbrio mundial de forças não permitirá, em princípio, uma intervenção militar norte-americana no Irão. Mas desde já funcionou como pretexto a um perigoso reforço do poderio aeronaval americano no Índico, no golfo Pérsico e no mar Arábico – num momento em que são claras as intenções do imperialismo de reforçar o seu poderio militar, como o provam quer os planos cozinhados na NATO, especificamente em relação à Europa e no que respeita ao aumento geral das verbas destinadas a fins militares; a constituição de corpos militares especificamente destinados a intervir em áreas onde os interesses do imperialismo se vejam ameaçados; a provocação montada contra Cuba socialista, invocando o fantasma do reforço de uma presença militar soviética.

A crise qua se está a viver – e que se espera possa ser solucionada pacificamente no quadro da iniciativa promovida pelo secretário-geral da ONU, Waldheim – revelou não só o fortíssimo espírito anti-imperialista entre as massas dos países subdesenvolvidos na zona, como acentuou e deixou mais a nu os graves problemas com que se debate todo o sistema capitalista. A suspensão dos fornecimentos de petróleo aos Estados Unidos, a recusa da utilização do dólar como moeda de troca internacional – medidas pedidas pelo Irão e pelo secretariado geral do Congresso do Povo Árabe, organização internacional criada pela Frente da Firmeza – estão já a pôr em causa o equilíbrio mais que precário de um sistema económico condenado, e que se vê confrontado com a revolta dos povos em cuja exploração assenta.

Não à transformação da Europa num polígno de guerra nuclear

A batalha da paz está num momento crucial. Enquanto se multiplicam as iniciativas da comunidade socialista, em particular da URSS, para que passos sejam dados a nível do desanuviamento militar, sem o que qualquer forma de coexistência pacífica é impensável; depois da grande – ainda que parcial – vitória das forças da paz, concretizada com a assinatura dos acordos SALT-2 (que hoje entretanto continuam ainda suspensos da decisão final dos Estados Unidos) – a ameaça de uma nova escalada na corrida aos armamentos pesa de forma particularmente perigosa.

Esta ameaça tem uma expressão muito concreta – os planos dos Estados Unidos de instalação na Europa Ocidental de cerca de 600 mísseis nucleares "Pershing-2" apontados para território soviético – e conta com uma intensa cobertura propagandística, destinada a convencer os povos destes países de que tal plano visa responder à "ameaça soviética", visa "equilibrar" as forças militares em presença na Europa.

Em Dezembro, em Bruxelas, os Estados Unidos e os restantes países da NATO decidirão sobre o estacionamento de tais armas na Europa. Entretanto, à campanha encabeçada pelos Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a RFA – todos, claro está, dizendo simultaneamente estar a defender a paz... – têm vindo a corresponder algumas perigosas respostas afirmativas de governos da Europa capitalista, como é o caso do belga e do italiano, enquanto na Holanda importantes manifestações populares deixam clara a determinação do povo holandês em recusar a presença de novas armas agressivas no seu país.

A decisão que à NATO tomar em Dezembro poderá ser determinante – acarretando para este bloco militar do capitalismo a responsabilidade integral das suas consequências. Incansavelmente a União Soviética repete o seu aviso de que não só estes planos da NATO põem em causa o próprio processo de desanuviamento, dificultando profundamente quaisquer negociações em curso, como "a União Soviética tem potencialidades industriais, técnicas e científicas suficientes para empreender acções contra os preparativos de instalação de novos mísseis nucleares da NATO", como foi afirmado no "Sovietskaya Rossia". O que significa que qualquer pretensão da NATO à superioridade militar é ilusória, contribuindo, sim, para uma perigosa escalada na corrida aos armamentos, ...e para o aumentos dos lucros das multinacionais do armamento, objectivamente interessadas nessa criminosa corrida contra o direito fundamental à vida.

Nas recentes visitas de Andrei Gromyko, ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, à Espanha e à RFA, foi mais uma vez reafirmado o empenhamento da União Soviética na elaboração de medidas concretas no sector do desarmamento e da limitação de armas estratégicas, bem ilustrado pela oferta feita por Brejnev em Berlim de retirada unilateral de 20 mil soldados da linha defensiva do Pacto de Varsóvia na Europa, oferta hoje naturalmente condicionada pela decisão da NATO em Dezembro. Foi também uma vez mais garantido que a URSS está pronta a comprometer-se formalmente a não utilizar armas nucleares contra os Estados que renunciem ao fabrico e utilização de tais armas no seu território. Trata-se de uma inequívoca política de paz a que o capitalismo tem correspondido acentuando a pressão da corrida aos armamentos e usando e abusando dos meios propagandísticos para "justificar" uma perigosíssima política de guerra fria.

Esta crescente agressividade esbarra, entretanto, não só com a serenidade, a força, a coerência da linha política seguida pela União Soviética e pela comunidade socialista – que constituem factor determinante da defesa da paz – como com um poderoso e crescente movimento pela paz, que mobiliza povos e amplas massas de população em todos os países do mundo, num movimento que é particularmente visível na Europa capitalista, envolvida nos actuais planos de implantação de mísseis, que a transformariam num polígono de "guerra nuclear limitada". Realizam-se manifestações em diversos países europeus. O Conselho Mundial da Paz promoveu no passado dia 27 uma acção a nível continental contra a instalação na Europa das novas armas nucleares norte-americanas. A Federação Mundial da Juventude Democrática decidiu organizar, de 1 a 8 de Dezembro, uma semana de acção da juventude europeia contra estes planos da NATO.

A campanha de protestos que se desenvolve por toda a Europa só tem paralelo no movimento contra a bomba de neutrões, o que reflecte a crescente consciência dos povos europeus dos perigos que envolve a corrida aos armamentos, da premente necessidade de paz. Esta consciência, esta força do movimento de massas pela paz, a firme política da URSS e da comunidade socialista, são a garantia de que as forças militaristas acabarão por ser derrotadas. Uma garantia que exige entretanto uma crescente mobilização, uma batalha diária por um objectivo vital na era nuclear.

Festa Nacional da Jugoslávia

O 29 de Novembro é o dia da festa nacional da República Socialista Federativa da Jugoslávia – o dia em que se comemorara a constituição do novo Estado jugoslavo, num momento em que, inserindo-se na conjuntura internacional favorável criada pela resistência heróica do povo soviético e as suas Forças Armadas ao invasor nazi, a luta dos povos da zona contra as hordas de Hitler atingia um ponto culminante.

Em 29 de Novembro de 1943, na pequena cidade de Jajce, no território libertado da Jugoslávia, celebrou-se a segunda sessão do Conselho Popular Antifascista de Libertação da Jugoslávia que, como organização política suprema do movimento de libertação, se constituiu como organismo superior do novo Estado. Na Casa de Cultura daquela cidade, reconstruída após ter sido incendiada pouco tempo antes, reuniram-se 142 delegados procedentes de todas as regiões do país, para adoptar as decisões sobre a constituição da república popular, democrática e federativa. O comandante supremo do Exército de Libertação, Tito, foi então eleito presidente do órgão executivo do conselho.

Assim foi dado um passo decisivo no processo de libertação da Jugoslávia. Uma boa parte do território jugoslavo foi libertado quando ainda as tropas hitlerianas ocupavam parte importante da Europa e as tropas soviéticas detinham o avanço do nazismo. Nas zonas libertadas os órgãos de poder começaram a funcionar regularmente, enquanto a luta de libertação prosseguia no resto do país. Uma grande batalha em que estava empenhado o Exército de Libertação que contava com 26 divisões e uma centena de unidades de guerrilha, somando, no total, 300 mil combatentes.

A libertação da Jugoslávia constituiu uma contribuição assinalável para a derrota do nazismo pelas Forças Armadas soviéticas, pela resistência dos povos e das forças progressistas de toda a Europa.

12.º Congresso do PC Romeno – Entrevista com Sérgio Vilarigues

«A necessidade de fazer frente à escalada na corrida aos armamentos, de defender a paz, é o imperativo da unidade entre os partidos comunistas e operários, entre os países socialistas, como base fundamental da unidade anti-imperialista – foram duas questões muito importantes abordadas no Congresso do Partido Comunista Romeno» – afirmou ao «Avante!» o camarada Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, de regresso da Roménia, onde chefiou a delegação do nosso Partido ao 12.º Congresso do PC Romeno.

– Que impressões trazes do Congresso?

– Foi um grande Congresso, com 2 656 delegados, representando todas as organizações provinciais, de empresa, de cooperativas agrícolas, das Forças Armadas, etc. Teve a caracterizá-lo o balanço do trabalho realizado em todos os aspectos da vida social, produção, ciência, cultura, desenvolvimento e bem-estar do povo. Os delegados não se limitaram a apresentar o trabalho positivo, mas analisaram também as deficiências – como é característico dos partidos comunistas – e apontaram formas para melhorar o trabalho, para vencer as dificuldades e deficiências e superar os erros cometidos. Mas o balanço é sem dúvida positivo e as condições de vida do povo romeno melhoraram, segundo o balanço do Congresso e como se pode observar directamente, e continuam a melhorar. Por exemplo, o programa prevê que o montante de rendimentos reais da população aumentará, até 1985, 23-25% em relação a 1980. Quanto às verbas totais destinadas ao desenvolvimento do ensino, à protecção da saúde, assistência social, cultura e desporto, aumentarão cerca de 37% até 1985.

– Que problemas internacionais foram mais salientados?

– A necessidade de fazer frente à corrida aos armamentos, de defender a paz, de evitar a colocação de mísseis na Europa, de se lutar pelo desanuviamento, pela proibição das armas nucleares e todas as armas de destruição massiva, na perspectiva do desarmamento. Este parece-me um aspecto muito importante do Congresso, que aliás foi salientado por muitíssimos delegados e não apenas pelos dirigentes do Partido Comunista uma necessidade imperativa sempre actual assume hoje uma importância política extraordinária. É a base da frente mais ampla, mundial, da frente anti-imperialista, em que se integram as forças da paz, a luta dos povos pela sua liberta uma necessidade imperativa sempre actual assume hoje uma importância política extraordinária. É a base da frente mais ampla, mundial, da frente anti-imperialista, em que se integram as forças da paz, a luta dos povos pela sua libertação ou pela consolidação da sua independência.

A unidade e a estreita cooperação entre os países socialistas, entre os partidos comunistas e operários que neles assumem a responsabilidade da direcção da sociedade, é indispensável. Só com essa unidade é possível defender o trabalho pacífico dos povos. Nela se baseiam os resultados alcançados em todos os domínios para defender a paz no mundo.

– É esse aliás o traço fundamental da linha política defendida pelo nosso Partido em relação ao Movimento Comunista Internacional...

– Sim, naturalmente. Independentemente de aspectos ou de apreciações divergentes dos nossos problemas, esse aspecto é para nós, comunistas portugueses, determinante. Como é conhecido, lutamos sempre pela unidade do Movimento Comunista Internacional, pela consolidação e ampliação da frente anti-imperialista mundial, orientamo-nos sempre pela necessidade de cooperação entre os partidos comunistas e operários. E isto é particularmente importante num momento em que o imperialismo, particularmente os Estados Unidos, procura reforçar as bases que tem em países estrangeiros – e nós sabemos que isso também acontece aqui, em Portugal. Facto que acarreta grandes perigos para todos nós. Porque hoje uma guerra no atingiria apenas este ou aquele país, podia sim atingi-los a todos, e um pequeno país como o nosso poderia ser sujeito a vastas destruições se das bases da NATO, se das bases norte-americanas em Portugal, partissem armas dirigidas contra outros países.

A unidade do Movimento Comunista Internacional, a unidade da frente anti-imperialista, contribui decisivamente para o desanuviamento internacional. Essa unidade foi defendida pelos dirigentes romenos, tendo também em vista a luta contra a corrida aos armamentos, a luta pela cooperação entre todos os Estados, a luta pela coexistência pacífica, de forma a chegar-se a uma situação que permita a liquidação simultânea tanto do Pacto do Atlântico como do Tratado de Varsóvia, e de outros pactos militares.

Uma luta que impõe simultaneamente o cumprimento das obrigações de todos os países socialistas no Pacto de Varsóvia, que desde a sua própria criação surgiu e age como factor de paz. No relatório do CC apresentado ao Congresso, o secretário-geral do PC Romeno, camarada Ceausesco, afirma ser de uma importância particular «a colaboração com os países membros do Tratado de Varsóvia, a cooperação militar com estes países para a defesa contra uma agressão imperialista; a colaboração activa visando a promoção da política de desanuviamento e de paz», destacando que a Roménia agirá de acordo com as correspondentes obrigações assumidas.

– Que outros aspectos queres salientar?

– Uma outra constante no Congresso foi a reafirmação da vontade dos comunistas romenos, do Partido Comunista Romeno como dirigente da sociedade romena, e da classe operária como força determinante, a vontade de trabalhar para o cumprimento dos planos elaborados, para a construção de uma sociedade socialista desenvolvida, para o comunismo.

Uma ou outra divergência que possa existir sobre a apreciação deste ou daquele problema internacional não ofusca esta vontade, esta realidade: os objectivos dos partidos comunistas são idênticos. A nossa orientação, a orientação seguida pelos comunistas portugueses, visa isso mesmo: destacar aquilo que nos une, porque a base é a mesa e os objectivos a atingir são idênticos, para lá, naturalmente, de diferenças da história, dos costumes, do desenvolvimento económico, da realidade de cada nação. Como foi destacado no fim do Congresso, não há tarefa mais nobre do que servir o povo, servir a causa do socialismo e do comunismo. Este um traço importantíssimo da unidade dos comunistas de todo o mundo que se reflecte na solidariedade que nos une.

A tribuna da presidência do Congresso, quando usava da palavra o camarada Ceausescu

A «direita mais estúpida do mundo» seria capaz de governar o País?

A campanha eleitoral tem vindo a confirmar o que já se sabia acerca da aliança dita democrática e daquilo que defende como projecto para o nosso país se por acaso viesse a ser governo. Sobre isto estamos conversados. Mas há outro aspecto que vale a pena analisar, qual seja o das contradições internas e antagonismos profundos e insanáveis que minam por dentro a sobredita agremiação. Esta questão é importante por diversas razões, sendo uma delas o assim ficar provado ser completamente destituída de fundamento a pretensão dos partidos reaccionários se apresentarem ao eleitorado como um bloco firme e coerente, possuidor da segurança e capacidade capazes de produzirem «uma boa governação».

Com efeito, mesmo antes do início da campanha eleitoral que se percebia a evidente intenção por parte dos partidos aliançários de darem de si uma imagem calma e segura, muito própria de quem pretende que os outros pensem que o seu futuro não pode ser outro que não seja — ser governo. Pode mesmo dizer-se que esta orientação cedo surgiu como uma clara e deliberada linha de propaganda, assumida com os intuitos óbvios de aparecer perante o povo como «o cavalo vencedor», assim como a modos de quem diz: os portugueses estão connosco, nós já ganhámos!

A recente divulgação por um semanário de um documento interno da «aliança» contendo linhas de orientação para a campanha eleitoral apenas veio confirmar tudo isso, isto é, o intento aliançário de surgir «com a certeza da derrota dos adversários», desenvolvendo *slogans* tais como «Vamos ganhar, Portugal vai mudar».

● Processo penoso

Mas vejamos então o que se esconde por detrás de tais pretensões. Diga-se desde já que a ideia de aparecer como um bloco sólido e coeso visa, além do mais, ocultar as bases extremamente movediças em que a «aliança» assenta, bem patente através do prolongado, penoso e por vezes pouco claro processo da sua formação, nomeadamente no que se refere à solução das listas conjuntas – processo este, diga-se de passagem, que foi fundamentalmente impulsionado pelo CDS, bem consciente de que, apresentando-se sozinho às eleições, sofreria uma derrota clamorosa e desceria substancialmente em votos e percentagem...

O processo foi penoso, dizíamos. Recordemos alguns factos.

Em Abril, Sá Carneiro defende num comício no Porto que «cada partido vá por si às eleições» e dias depois, Amaro da Costa, a propósito das conversações entre PPD e CDS, diz: «Nós não estamos interessados em entrar em jogos florais». Em Maio, Lucas Pires ataca o PPD por se atrelar ao «comboio antigovernamental» do PS e do PCP. No mês seguinte Sá Carneiro insiste em que a frente eleitoral proposta pelo CDS não lhe parece «consentânea com a fidelidade e identidade próprias de cada partido».

Os do PPM, muito assumidos no seu papel de bobos da corte, também entram no dize-tu-direi-eu. Em Abril afirmavam, primeiro, que o «PPM foi sempre contrário à formação de frentes ideológicas, designadamente, antimarxistas», mas dias depois propõem em conferência de imprensa uma aliança eleitoral com o PPD e «reformadores» mas... excluindo o CDS. Semanas depois, entrevistado por um semanário, Ribeiro Telles (todo inchado por Freitas do Amaral considerar o PPM «o maior partido ecologista português»...) já ameaça, contra o PPD, que se não houver listas conjuntas dos três partidos o PPM terá que rever as suas posições «unitárias»...

Em Julho, neste ambiente amigável e fraterno, Sá Carneiro, no Congresso do PPD da Madeira, e o Conselho Nacional do mesmo partido, dias depois, dizem «não» às listas conjuntas. Apesar de tudo, e não se sabe através de que processos, a ideia das listas comuns avança. A verdade é que em 3 de Agosto António Capucho (PPD) afirma haver «uma pressão por parte do CDS e do PPM em relação ao PSD», enquanto na véspera o «Tempo», alarmado, assinala que surgiu uma crise na AD «devido a uma atitude de triunfalismo do PSD», que faz propostas sobre a formação das listas (conjuntas nuns sítios, separadas noutros) consideradas «leoninas» pelo CDS. E dias depois, desencantado, Basílio Horta diz que «neste momento parece inevitável» a existência de listas separadas.

No fim do mês a situação já é outra, ou parece ser. No «Tempo», numa tirada a vários títulos interessante, Nuno Rocha exulta: «À direita regista-se a maior unidade. O MIRN não concorrerá às eleições tal como o PDC, para que os seus votos se concentrem na Aliança. Aqueles dois partidos não teriam qualquer apoio financeiro, **uma vez que os meios empresariais e económicos do País decidiram concentrar exclusivamente o seu auxílio na Aliança Democrátrica**» (o sublinhado é nosso). E dias depois, Rui Oliveira (CDS) adianta uma afirmação que viria a causar grande celeuma e vários desmentidos: a fusão do PPD e do CDS «é uma hipótese encarada pelos dirigentes dos dois partidos».

Afinal nem tudo ia no melhor dos mundos: Em 27 de Setembro, numa alvoraçada notícia de última hora, o «Tempo» grita que a Aliança está em perigo, devido a dificuldades surgidas na constituição das listas...

É lícito perguntar: será possível que todas estas desinteligências e contradições tenham desaparecido, como que por toque de varinha mágica? Não se torna evidente que a apregoada «solidez» aliançária não passa de um verniz superficial que na primeira oportunidade irá estalar?

● O fracasso das listas conjuntas

Os dirigentes reaccionários acabaram por se decidir pelas listas conjuntas não só nas intercalares – o que, como é óbvio, oferecia menos dificuldades – mas também nas autárquicas. Acreditaram que seria possível fazer convergir num ideário comum os caciques locais, muitos deles ligados ao fascismo e que se habituaram a servir-se do povo e não a servi-lo. O resultado viu-se. Sobrevieram os interesses pessoais, as inimizades antigas, as rivalidades entre os caciques, cada um deles a querer predominar sobre o vizinho na opressão e exploração das populações. Sucederam-se os inevitáveis inêxitos na formação de listas comuns.

No fundo, nenhuma surpresa. Marcelo Rebelo de Sousa, que conhece por dentro os partidos e homens em causa, alertava em Julho no «Expresso», a propósito das dificuldades na formação de listas, para a «alergia das bases», «muito marcadas por um clubismo partidário e eleitoral», acentuando: «os lugares são escassos e as ambições são muitas dentro de cada partido».

Em Braga, não conseguiram apresentar-se em conjunto na lista da Câmara, sendo entretanto patente o descontentamento nas bases distritais devido ao «casamento» da cúpula. Em Leiria, o CDS apresenta-se sozinho à Câmara, malogradas que foram as negociações no decorrer das quais o CDS acusou o PPD de só se mostrar interessado em coligações nas autarquias onde

isso partidariamente lhe interessava. No distrito de Bragança também o CDS viu frustradas as tentativas para formar listas únicas, devido à arrogância do PPD em defender os seus exclusivos interesses, donde resulta que há listas separadas em todos os concelhos.

No distrito de Santarém é particularmente conhecido o caso de Vila Nova de Ourém, onde o cacique dr. Teixeira (CDS), devido à sua desastrosa gestão, deu pretexto a uma polémica que originou a apresentação de listas separadas, enquanto no distrito do Porto rivalidades caciqueiras e inimizades pessoais levaram ao fracasso das negociações em Paredes, Póvoa de Varzim, Paços de Ferreira e Amarante, acontecendo o mesmo em numerosas freguesias.

Em Setúbal, os do PPD acusam os do CDS de «demasiado direitistas», só à última hora acedendo, «por uma questão de interesse nacional» – as palavras são de um dirigente do PPD – em negociar listas conjuntas, o que apenas foi conseguido em metade dos concelhos. O mesmo acontece no distrito de Coimbra, onde o PPD concorre sozinho em 9 dos 17 concelhos, e em Viseu (nos 24 concelhos haverá listas separadas em 15).

Os pajens do PPM também quiseram dar um ar da sua real graça. Em Elvas, onde o partidito joga num candidato em que deposita esperanças para a vitória, o PPM borrifou-se nas alianças e avançou com lista própria, levando os dois parceiros a fazerem o mesmo...

Sublinhe-se que estes são apenas alguns exemplos dos muitos que poderíamos citar, e referem-se apenas a casos de que os jornais têm falado.

A «operação» listas conjuntas acabou, pois, por redundar num fracasso, quando chegou a hora da concretização – não obstante ser certo que tal táctica permitirá, numas duas ou três dezenas de Câmaras, roubar presidências ao PS.

Fracasso, desde logo, porque não conseguiram pôr a funcionar a aliança senão em metade das autarquias. Fracasso também porque, através do desenrolar das negociações, ficaram patentes as grandes rivalidades e incompatibilidades entre os diversos caciques, incapazes de sacrificarem as suas ambições pessoais a um projecto comum. Fracasso ainda porque igualmente se torna visível que o recurso às listas comuns se destinou fundamentalmente a tentar esconder as debilidades e incapacidades dos partidos reaccionários e não propriamente para lançar as bases necessárias a uma gestão eficaz ao serviço das populações.

A este respeito é particularmente reveladora uma nota interna do CDS, segundo a qual a negociação das listas conjuntas teria em vista tentar evitar a derrota nos casos em que o PPD e o CDS são maioritários e em que a sua gestão se mostrou «menos activa e menos operosa e onde, portanto, a imagem do partido-mor do Município esteja de certo modo degradada». Ou seja: o que interessa é tapar buracos e impedir que o legítimo desencanto do antigo eleitor do PPD e do CDS se possa traduzir na escolha de uma outra alternativa partidária.

● O que eles dizem uns dos outros

Não restam dúvidas: os homens da «aliança» não se entendem. O que apenas episodicamente os une (e mal) é o ódio ao 25 de Abril, um cego anticomunismo e o desejo de regresso ao passado. Em numerosos sítios, aliás, resultam infrutíferos os esforços dos chefes nacionais para conter no segredo dos gabinetes os antagonismos e rivalidades locais.

Em Mangualde, por exemplo (e cá temos de novo a questão das listas...), os do CDS clamam: «Fomos e estamos a ser atraiçoados pelo partido que ultimamente se designou Partido Social Democrata», o qual «nos andou a enganar» dizendo que «fazia connosco uma coligação». Acusa o CDS que o PPD «tinha connosco as coisas preparadas para o efeito e 48 horas antes da entrada das listas em juízo abandonou-nos traiçoeiramente, tendo previamente e às nossas escondidas arranjado os seus homens separadamente».

Mas em Vimioso são os do PPD que classificam os do CDS de «inimigos da democracia», «*ayatollahs* do Irão», «seita» e «fascistas», acusando nomeadamente o chefe local do CDS de ser um «Führer», inimigo do catolicismo e dos padres e que pretenderia «ver restaurada neste rincão a inquisição sempre pronta a devorar na chama do ódio quem com eles não concorde».

Entretanto, na Madeira, as coisas invertem-se, pois aqui são os do CDS que chamam publicamente «fascistas» aos do PPD, enquanto estes dizem que os do CDS são «marxistas» (supremo insulto ao prof. Freitas!).

É importante reter aqui, aliás, o que se tem passado nas Regiões Autónomas. É um caso significativo porque se trata de zonas onde a direita tem estado sozinha no governo e, portanto, seria de prever que daí viesse o exemplo vivo e concreto não só da «solidez» e do «bom entendimento» entre os respectivos partidos, mas também de uma «boa e democrática gestão», tal e qual como a reacção promete se vier a ganhar as eleições.

Mas vejamos então como são ali as relações entre os dois partidos-mores da «aliança», e qual a apreciação que um deles faz acerca da governação do outro.

«O Governo da Região Autónoma dos Açores não conseguiu em três anos resolver praticamente nenhum dos problemas reais do Povo» – afirmava o CDS em comunicado, no princípio do mês passado. Além de atribuir ao Governo «inépcia» e «nepotismo», o CDS acusava o Executivo de «indefinição política a todos os níveis», de não ter «uma estratégia de desenvolvimento» e de «grande irresponsabilidade».

E são estes senhores que, ainda por cima juntos, se propõem governar todo o País...

● «As mãos tintas de sangue»

Abordemos agora a questão um pouco mais ao «topo». Não há dúvida que ao longo dos últimos anos os dirigentes dos três partidos inúmeras vezes têm dado mostras de antagonismos indisfarçáveis. Poderíamos aqui recordar o que este disse daquele e vice-versa, nomeadamente quando da ruptura das negociações para a chamada «Convergência Democrática», em finais de 1977, e depois, quando da aliança de governo entre o CDS e o PS. Certos «galanteios» trocados através de comunicados e em debates em S. Bento, por exemplo, seriam matéria mais do que suficiente para duvidar fortemente da capacidade dos galos reaccionários se entenderem durante muito tempo na mesma capoeira. E será preciso lembrar que o CDS votou contra a Constituição, o PPD disse, satisfeito, que ela era social-democrata, e o PPM, esse, até é anti-republicano?

Por outro lado, no presente, e para além das aparências, é visível por exemplo que nos comícios conjuntos os dois chefes e seu pajem não falam sempre a mesma linguagem. Adivinha-se de forma latente o vírus corrosivo da surda incompatibilidade. O dr. Mário Soares até vai mais longe e diz que os três dirigentes reaccionários vão juntos aos comícios «para se espiarem mutuamente».

De qualquer modo, vem a propósito lembrar que a integração de certas personalidades rotuladas de «reformadores» nas listas da «aliança» também se pressente não ser um fenómeno pacífico, para além das aparências conjunturais. Citemos o caso de Sousa Tavares. Que pensava e dizia ele, ainda há meia-dúzia de meses?

Em Novembro do ano passado acusava Tavares que o PPD e o CDS constituem «uma direita reaccionária e revanchista, que já ostenta sem pudor os brasões do passado» e que «apenas suporta tacticamente uma máscara de democracia formal».

Em Abril deste ano culpava o PPD de «solidariedade, conivência, evidente simpatia e cumplicidade com o movimento separatista e até com as suas manifestações e os seus crimes»; acusava-o também de cometer «o acto de traição continuado que representa a cobertura do movimento separatista, a garantia da impunidade dos seus díscolos, a mal disfarçada satisfação com as suas acções antinacionais»; chamava a atenção para o «lado reaccionário, populista e trauliteiro do PSD».

Ia mais longe. Em Maio último, Tavares, qual gato assanhado, acusava Sá Carneiro de ter «as mãos tintas de sangue» e de «cinismo político». Escrevia: «É nítido que Sá Carneiro não suporta as limitações de uma democracia nem a habitualidade do seu processo político», acusando ainda o seu actual «chefe» de ter uma imagem «ligada a um possível movimento populista de índole reaccionária».

Também neste caso se poderá acreditar no tal toque de varinha mágica? Ou não quererá tudo isto dizer, mais uma vez, que a «aliança» está efectivamente colada com cuspo e, enquanto projecto «sólido» e «coerente», não dá quaisquer garantias nem tem qualquer futuro?

● Que direito tem esta direita?

No documento confidencial de campanha já citado, os conselheiros espanhóis e alemães de *marketing* apontam a necessidade de a aliança reaccionária, na sua propaganda eleitoral, insistir em conceitos como estes: «Sabemos o que queremos e podemos o que queremos»; «sabemos governar e podemos governar»; «a Aliança Democrática é a garantia de estabilidade e segurança».

Entretanto, cremos não haver dúvidas de que de tudo o que acima ficou dito a conclusão só pode ser que tais conceitos não passam daquilo que são, ou seja... pura propaganda.

E terminamos recorrendo mais uma vez ao mesmo reputado conhecedor dos bastidores, ou se preferirem, dos baixos-fundos dos partidos reaccionários. Confidenciava Marcelo Rebelo de Sousa no «Expresso», em Março passado: «O centro e a direita merecem perfeitamente que se lhes aplique aquele qualificativo que alguém um dia formulou, ao dizer que a direita portuguesa é a mais estúpida do mundo».

Para nós, é claro, o problema não reside na asnice ou falta dela. Mas se o povo é contra a direita, e ainda por cima os seus próceres a consideram «a mais estúpida do mundo» – é caso para perguntar: que direito tem esta direita de ser governo em Portugal?

Os «democratas» da moca e os seus métodos de «esclarecimento»

Tal como se previa, a campanha eleitoral da Aliança Reaccionária fomentou provocações, procurou limitar liberdades, pretendeu, em suma, instaurar o ódio e a violência.

E se é verdade que este ano já não encontraram o clima propício para este tipo de actuação, ao contrário do que sucedeu em 1975 e 1976, durante as anteriores campanhas eleitorais, mesmo assim alguns casos sucederam.

Foi o caso do que se passou no dia 22, após o comício da «Aliança reaccionária» destinado à juventude e que decorreu no cinema Vale Formoso, no Porto.

No final, um grupo de várias dezenas de jovens «sociais-democratas», «centristas» e neonazis saíram organizadamente em automóveis e motos, capacetes na cabeça e armados de matracas, dirigindo-se à sede da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), na Rua Serpa Pinto.

O cerco que montaram não deixava dúvidas sobre a intenção de tentarem assaltar a sede, a exemplo do que já tinha acontecido em 24 de Novembro de 78 e em 10 de Novembro de 79.

Tal situação só não se concretizou – refere posteriormente um comunicado da JCP sobre o assunto – **porque a isso se opuseram os jovens comunistas.**

No Algarve

No Algarve, a campanha da APU ganha progressivamente maior apoio de todas as camadas laboriosas do distrito, encontra uma receptividade a nível das populações, e é precisamente esta situação que desagrada às forças reaccionárias, as quais deixam transparecer o desespero procurando boicotar, nas zonas onde ainda podem movimentar os seus lacaios, as actividades da APU, do PCP ou do MDP/CDE.

É o que a Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP denuncia num comunicado agora divulgado, salientando que **são exemplos disto os actos praticados por conhecidos provocadores na Vila do Bispo, Sagres, Raposeira, Budens, tudo isto no concelho de Vila do Bispo, as tentativas de boicote organizadas em Estoi e Santa Bárbara, no concelho de Faro, em Marmolete, no concelho de Monchique, no Carvoeiro, no concelho de Lagoa.**

A estas acções onde foram visíveis na sua organização e incitamento conhecidos filiados em partidos da «aliança reaccionária», juntam-se-lhes outras de arranque sistemático de cartazes e faixas da APU, casos entre outros verificados em Faro, Lagoa, Quarteira, Portimão e Vila Real de Santo António.

Sessão revogada em Lisboa

Diferente foi o que se passou com a sessão de esclarecimento que a APU procurou efectuar numa das salas de audiência do Palácio da Justiça de Lisboa. Mas também aqui a mão da direita esteve presente.

Feito o pedido, ao abrigo da Lei Eleitoral vigente, este foi deferido pelo juiz-administrador dos Tribunais Cíveis de Lisboa, dr. José Carvalho Pinheiro, por despacho de 12 de Novembro e a sessão marcada, por efeito, para o dia 21, às 18 e 30 horas.

Mas a sessão não viria a realizar-se, pois na manhã do próprio dia 21, os matutinos «O Dia» e «Correio da Manhã» inserem **notícias intimidatórias contra a realização da referida sessão** como refere uma nota da SIP da DORL do PCP, a qual acrescenta que **logo nesse mesmo dia, o mesmo juiz profere novo despacho revogando o seu despacho do dia 12, impedindo assim a realização da sessão prevista, autorizada e já anunciada.**

No despacho em questão não se **atribui aos promotores da sessão nenhuma «culpa»; ao contrário, revoga a anterior autorização porque, «conforme informações que tenho por seguras, se preparam manifestações contrárias à dita sessão (...) que muito podem perturbar a ordem e decência que devem imperar no edifício do Palácio».**

E a nota da SIP da DORL acrescenta: **Se, como se evidencia no despacho do sr. dr. juiz, a autoridade tinha conhecimento de que forças adversas preparavam manifestações criminosas contra uma sessão legal e pacífica de propaganda eleitoral da APU – o que a autoridade deveria ter feito era não ceder perante aqueles que não respeitam nem a lei, nem o decoro dum Palácio da Justiça, e defender a legalidade, assegurando o exercício do direito de propaganda eleitoral, e tomando as medidas necessárias para impor o respeito pela ordem democrática aos eventuais desordeiros. Com tal cedência às ameaças de desordeiros e de pasquins afectos à Aliança reaccionária dita «democrática», apenas se pôs a nú como o domínio que as forças da Direita ainda alcançam nos tribunais, transformam a Justiça em injustiça e a lei em violação da lei. Assim, não se prestigia a Justiça e o Direito em Portugal».**

Na madrugada de hoje, e ainda em Lisboa, um bando de arruaceiros, dentro do estilo habitual da Aliança Reaccionária, apedrejou o edifício da Embaixada da União Soviética, num acesso de ódio fascista que nenhum palavreado reaccionário consegue mascarar.

Tiros da «AD» em Braga

Boa imagem de si própria e dos seus odientos processos deu a coligação PPD/CDS/PPM, no último domingo, ao promover uma caravana automobilística pelos vários concelhos do distrito de Braga: um rasto de violência e sangue assinalou a sua passagem por Cabeceiras de Basto, Vila Verde, Fafe e Braga. Na primeira daquelas localidades, uma criança de oito anos, Maria Marcela Magalhães Gonçalves, foi atingida por um tiro, sendo assistida de urgência no Hospital de S. João, do Porto. Felizmente, a bala disparada da caravana da reacção não atingiu qualquer órgão vital. Foi alojar-se numa omoplata da indefesa vítima do ódio dos «democratas» da moca.

Na vila de Fafe, outra criança, que se curvara solícita para recolher a bandeira caída de um dos carros, foi barbaramente agredida à paulada na cabeça. O mesmo sucedeu a uma rapariga, em Ponte de Ranha, enquanto que em Prado, no concelho de Vila Verde, foram duas mulheres os alvos directos da violência das hostes de Carneiro, Freitas e CIA.

Um sem número de provocações e arruaças pontilhou o itinerário da direita, a qual, incapaz de apresentar a gente que não tem, apresentou os carros que possui. E atrás de si ficou, até Braga, a verdadeira imagem do ódio, da intolerância e da violência sobre as populações.

Fermentelos e Póvoa do Valado

Na quinta-feira passada, uma sessão da APU em Fermentelos, concelho de Águeda, foi impedida de se realizar pela acção de provocadores, entre os quais se destacavam os reaccionários Carramona e Teixeiro.

Os apaniguados de Salazar e Carneiro cortaram a luz da zona onde está situada a escola primária, e na qual se devia realizar a sessão. Caceteiros cercaram a escola e acenderam fogueiras. A acção pouco convicta de uma força da GNR permitiu que os arruaceiros apedrejassem os militantes da APU que ali se deslocaram para a sessão, sendo uma das viaturas fortemente atingida pelas pedradas.

Já na véspera, também em Fermentelos, um grupo que colava cartazes da APU foi agredido pelos provocadores reaccionários e dois militantes tiveram de ser tratados no hospital de Águeda, ficando um deles internado.

Os arruaceiros impediram mesmo que um dos feridos fosse transportado para o hospital numa viatura dos bombeiros locais, só o sendo possível fazer muito mais tarde e numa viatura particular.

Entretanto, também em Póvoa do Valado, concelho de Aveiro, os «democratas da aliança» impediram a realização de uma sessão da APU. Para conseguirem os seus intentos agrediram diversas pessoas da terra que pretendiam assistir à sessão e a sua valentia foi ao ponto de baterem num deficiente que ali se deslocou.

O repúdio da população foi geral perante este acto de cobardia.